

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JEVALDO DA SILVA

A AMAZÔNIA NA GEOGRAFIA DE BERTHA BECKER: CONCEPÇÕES
E CONTRIBUIÇÕES AOS DESAFIOS AMAZÔNICOS CONTEMPORÂNEOS

MANAUS

2026

JEVALDO DA SILVA

A AMAZÔNIA NA GEOGRAFIA DE BERTHA BECKER: CONCEPÇÕES E
CONTRIBUIÇÕES AOS DESAFIOS AMAZÔNICOS CONTEMPORÂNEOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia na área de concentração Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira.

MANAUS

2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586a Silva , Jevaldo da
 A Amazônia na geografia de Bertha Becker: concepções e
 contribuições aos desafios amazônicos contemporâneos / Jevaldo
 da Silva . - 2026.
 158 f. : il., color. ; 31 cm.

 Orientador(a): Ricardo José Batista Nogueira .
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas,
 Programa de Pós-Graduação em Geografia, Manaus , 2026.

 1. Amazônia . 2. Geopolítica. 3. Geografia Política. 4. Desafios
 contemporâneos . 5. Pensamento geográfico. I. Nogueira, Ricardo
 José Batista. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de
 Pós-Graduação em Geografia. III. Título

JEVALDO DA SILVA

A AMAZÔNIA NA GEOGRAFIA DE BERTHA BECKER: CONCEPÇÕES E
CONTRIBUIÇÕES AOS DESAFIOS AMAZÔNICOS CONTEMPORÂNEOS

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Amazonas,
como pré-requisito para a obtenção
do título de Doutor em Geografia na
área de concentração Espaço,
Território e Cultura na Amazônia.

Aprovada em: 27 de fevereiro de 2025

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Eduardo Karol, Membro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha, Membro
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Thiago de Oliveira Neto, Membro
Universidade Federal do Amazonas

AGRADECIMENTOS

Considerando que minha trajetória é marcada por lutas, sonhos e persistência, inicio meus agradecimentos aos meus familiares, que me deram apoio e suporte, especialmente aos meus tios e aos meus avós, Raimundo Francisco da Silva e Francisca Renovato da Silva;

Agradeço também aos professores que fizeram parte da minha trajetória;

Ao meu orientador, Professor Ricardo Batista Nogueira, agradeço pela atenção, pelas orientações, pela compreensão e, sobretudo, pela simplicidade, pelo bom senso e por sempre acreditar em seus alunos desde a graduação;

Aos meus colegas de turma;

À Secretaria Municipal de Educação, pela liberação para estudo por meio do Programa Qualifica;

À Secretaria de Estado da Educação e Desporto, pela liberação durante toda a duração do curso;

À Universidade Federal do Amazonas, pelo apoio institucional e por todas as garantias legais pertinentes à sua função enquanto instituição pública;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro à pesquisa que deu origem a este trabalho e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAM (PPGEOG-UFAM).

À minha esposa Thaiany Guedes da Silva e aos
meus filhos Emanuel Delêh e Elis Dandara pelo
incentivo e motivação.

“Pelo potencial e a oportunidade que passou a representar para o mundo, de promover uma utilização alternativa dos recursos naturais e de manter a sustentabilidade do planeta, a Amazônia adquiriu valor simbólico para o futuro da humanidade” (Bertha Becker).

RESUMO

A presente tese caracteriza a geografia produzida pela geógrafa Bertha Koiffmann Becker a partir de seus estudos sobre a Amazônia. O trabalho estrutura-se em duas partes. Na primeira, examinam-se a trajetória intelectual da autora, a concepção de Geografia por ela formulada, bem como os conceitos, os métodos e os fundamentos epistemológicos que orientaram suas investigações acerca da Amazônia e que constituem seu núcleo teórico. Na segunda parte, analisam-se os temas, os conceitos e os quadros geopolíticos mobilizados ao longo de sua produção, os quais expressam seu eixo empírico-analítico. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada no método hermenêutico. Os resultados sustentam a tese de que os estudos desenvolvidos por Bertha Koiffmann Becker sobre a Amazônia ressignificaram e ampliaram sua produção intelectual nos campos da Geopolítica e da Geografia Política, consolidando-a como uma das principais referências nesses domínios do conhecimento, a partir dos quais analisou a emergência de novos atores e as dinâmicas aceleradas de transformação regional. Com este trabalho, resgatam-se e sistematizam-se ideias e proposições centrais presentes na obra da autora, inserindo-as nos debates contemporâneos acerca das políticas voltadas para a Amazônia, sobretudo no âmbito ambiental, além de se dar continuidade aos seus aportes teóricos por meio de novas investigações acerca de temáticas por ela propostas, com vistas à atualização das análises diante dos desafios e das dinâmicas recentes e futuras da região.

Palavras-Chave

1.Amazônia. 2.Geopolítica. 3.Geografia Política. 4. Desafios contemporâneos 5. Pensamento geográfico.

ABSTRACT

This dissertation characterizes the geography produced by the geographer Bertha Koiffmann Becker based on her studies on the Amazon. The work is structured into two parts. In the first part, the author's intellectual trajectory, her conception of Geography, as well as the concepts, methods, and epistemological foundations that guided her investigations of the Amazon and constitute her theoretical core are examined. In the second part, the themes, concepts, and geopolitical frameworks mobilized throughout her work are analyzed, as they express its empirical-analytical axis. This research is bibliographical in nature and grounded in the hermeneutic method. The results support the thesis that the studies developed by Bertha Koiffmann Becker on the Amazon redefined and expanded her intellectual production in the fields of Geopolitics and Political Geography, consolidating her as one of the main references in these domains of knowledge, from which she analyzed the emergence of new actors and the accelerated dynamics of regional transformation. This work rescues and systematizes central ideas and propositions present in the author's oeuvre, inserting them into contemporary debates concerning policies directed toward the Amazon, especially in the environmental sphere. Furthermore, it seeks to continue her theoretical contributions through new investigations into themes proposed by her, with a view to updating analyses in light of the region's recent and future challenges and dynamics.

Keywords: Amazon. Geopolitics. Political Geography. contemporary challenges. geographical thought.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. OS FUNDAMNETOS DA GEOGRAFIA DE BERTHA BECKER.....	11
1.1 Trajetória e concepção de geografia	11
1.2 A autora e sua produção no contexto da evolução do pensamento geográfico brasileiro	26
1.3 O interesse pela geografia política e pela geopolítica	38
1.4 O interesse pela amazônia.....	44
2. CONCEITOS: TERRITÓRIO, REGIÃO E FRONTEIRA	49
2.1. Terriório	50
2.2. Região	62
2.3. Fronteira.....	70
3. A AMAZÔNIA NA GEOGRAFIA DE BERTHA BECKER: CONCEPÇÕES E TEMAS	86
3.1. Concepções sobre a Amazônia	86
3.2. O papel do Estado	95
3.3.1. Desenvolvimento.....	103
3.3.2. Regionalização.....	111
3.3.3. Conflitos	115
3.3.4. Urbanização	119
4. QUADROS GEOPOLÍTICOS, NOVAS ABORDAGENS E PROPOSIÇÕES FRENTE AOS DESAFIOS AMAZÔNICOS CONTEMPORÂNEOS	130
4.1. Quadros geopolíticos	130
4.2. Novas abordagens	132
4.2.1. O debate ambiental: atores e interações	134
4.2.2. Ciência, tecnologia e políticas públicas	139
4.2.3 Proposições frente aos desafios contemporâneos	146
CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152

INTRODUÇÃO

A presente tese surgiu a partir de dois movimentos que se complementam. O primeiro caracteriza-se pela constante e cada vez mais acentuada presença da Amazônia nos debates nacionais e internacionais nas últimas décadas, sobretudo no que diz respeito às questões ambientais, o que a insere nos cenários de disputa nacional e internacional, domínio no qual emergem percepções muitas vezes desconectadas da realidade da região. O segundo movimento é marcado pelo reconhecimento da fecundidade presente nos estudos realizados pela geógrafa Bertha Koiffmann Becker, que se tornou um nome de referência internacional na Geografia, sobretudo pelo desenvolvimento de seus estudos acerca da referida região. Desses movimentos partiram nossas inquietações e o desejo de sistematizar um trabalho de doutoramento que investigasse suas contribuições, do ponto de vista epistemológico, para a compreensão e a crítica do pensamento amazônico contemporâneo.

A geógrafa Bertha Koiffmann Becker nasceu em 7 de novembro de 1930, no Rio de Janeiro. Formou-se em Geografia e História pela então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também atuou como professora por mais de quarenta anos. Além de sua atuação nessa universidade, envolveu-se com outras instituições de pesquisa e órgãos governamentais. Dedicou-se, de modo especial, ao estudo da Amazônia. Da década de 1970 até o ano de sua morte, em 2013, essa notável pesquisadora, de destaque nacional e internacional, refletiu sobre o vasto território amazônico e deixou contribuições substanciais tanto para a compreensão da região quanto para o pensamento geográfico brasileiro. Nesse sentido, a tese busca caracterizar a Geografia produzida por essa autora, com o objetivo de investigar de que maneira o arcabouço epistemológico por ela elaborado contribuiu para a construção do pensamento sobre essa região.

Embora existam diversos artigos, capítulos, teses e dissertações que abordam aspectos específicos¹ da sua obra, além do fato de ela ser amplamente

¹ Observa-se, nos trabalhos sobre a autora, maior ênfase nas abordagens presentes na obra *Geopolítica da Amazônia*, uma de suas obras mais importantes e que marca seu direcionamento para os estudos sobre essa região. Todavia, obras anteriores e posteriores, que integram seu núcleo teórico e eixo empírico e que evidenciam mudanças temáticas, metodológicas, teóricas e

citada em muitos trabalhos, não há, até o presente momento, nenhuma dissertação ou tese dedicada integralmente à sua produção, desde a década de 1960 até sua última publicação, em 2013. Segundo Bertha Becker, citada por Karol (2014), Bertha Becker foi a geógrafa que mais produziu nos campos da Geopolítica e da Geopolítica Brasileira nos últimos quarenta anos.

Diante disso, a ausência de um estudo que aborde o conjunto da obra da autora, considerando as mudanças e permanências teóricas, metodológicas, temáticas e conceituais, constitui, a nosso ver, uma lacuna que a presente tese não tem a pretensão de esgotar. Todavia, busca contribuir para a história do pensamento geográfico brasileiro, a partir da análise da obra dessa importante geógrafa. Trata-se de um resgate que lança luz sobre sua relevância para os estudos amazônicos, para a Geografia Política e para os debates ambientais contemporâneos. Eis os elementos que justificam a pesquisa que resultou na presente tese.

Nessa perspectiva, emerge a seguinte questão: quais os sentidos epistemológicos identificados na produção intelectual da geógrafa Bertha Becker, a partir dos estudos sobre a Amazônia, e como esses sentidos potencializaram sua produção geográfica no âmbito da Geografia Política e da Geopolítica?

Defendemos a hipótese de que a produção geográfica de Bertha Becker sobre a Amazônia, constitui de um arcabouço epistemológico singular no pensamento geográfico brasileiro, bem como potencializou a sua produção no âmbito da Geografia Política e da Geopolítica, permitindo a formulação de interpretações inovadoras sobre a região e seu papel no território nacional e internacional.

Dessa maneira, temos como objetivo geral caracterizar a Geografia de Bertha Becker a partir do arcabouço epistemológico que fundamentou seus estudos, discussões e a produção de conhecimentos sobre a Amazônia.

Como objetivos específicos, elencamos os seguintes: 1) verificar as continuidades e descontinuidades teóricas e conceituais ao longo de suas obras; 2) discutir as concepções de Amazônia formuladas por Bertha Becker a partir da

conceituais que, para nós, são fundamentais para a compreensão do conjunto de sua obra, mas que não são abordadas em uma perspectiva de conjunto. É sob essa perspectiva que a tese busca tratar.

análise das categorias, conceitos e temas adotados por essa autora; 3) identificar quais teorias e quadros geopolíticos foram elaborados por Bertha Becker sobre a Amazônia, bem como seus desdobramentos e influências nos estudos posteriores e nas propostas de políticas públicas para essa região; 4) articular o pensamento de Bertha Becker com a realidade contemporânea da Amazônia no que diz respeito ao papel do Estado na condução de políticas ambientais, de ciência e tecnologia.

Adotamos o método hermenêutico na perspectiva de Ricoeur, a partir das categorias “mundo do texto” e “explicação”. Esse autor defende a ideia de que existe um “mundo da obra”, formado pela tríade discurso–obra–mundo, a qual constitui o elemento central da hermenêutica. Conforme explica, “a preocupação da hermenêutica não é descobrir uma intenção oculta por detrás do texto, mas manifestar um mundo diante dele” (Ricoeur, 1983, p. 38–39). É sobre o mundo apresentado na obra de Bertha Becker que extraímos os fundamentos de sua Geografia e os sentidos epistemológicos formulados por essa geógrafa em seus estudos sobre a Amazônia. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, entendemos que esse método é condizente com os objetivos propostos. Schmidt (2014, p. 195) salienta que “através da leitura do texto e do exame de outras informações relevantes, o intérprete propõe sua compreensão do significado intencionado pelo autor”. Desse modo, realizamos o cruzamento das ideias da autora em diferentes períodos, no sentido de extrair mudanças e permanências teóricas, metodológicas, temáticas e conceituais, buscando conduzir uma reflexão radical, crítica e totalizante, conforme preconiza Sposito (2004) ao tratar do método hermenêutico.

No que diz respeito à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. No aspecto bibliográfico, foram e continuam sendo realizados levantamentos da obra de Bertha Becker contida em livros, artigos, periódicos, anais, entrevistas, teses e dissertações, bem como em fontes como o Currículo Lattes e o blog que reúne suas obras, pensamentos e reflexões. Em relação aos livros, lançaremos mão de referências informativas e remissivas. Destacamos que nossa abordagem privilegia a leitura direta das obras de Bertha Becker. em segundo plano, e de forma complementar, consultamos textos de autores que escreveram sobre ela. Quanto à análise documental, que busca

responder a um dos objetivos específicos, utilizamos como fonte a produção resultante de consultorias desenvolvidas pela autora para diversas instituições governamentais.

Divide-se o trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo, abordamos a trajetória da autora, a concepção de Geografia por ela formulada e os principais conceitos adotados. A atuação da autora em diferentes instituições e as funções assumidas ao longo da carreira contribuíram significativamente para o desenvolvimento de suas pesquisas e de sua concepção de Geografia e seu fazer geográfico, no que diz respeito às linhas de pesquisa, aos métodos adotados, às áreas de estudo, aos temas e aos subcampos da Geografia. Embora a autora não tenha se apegado a um único método ou teoria, assumiu uma postura caracterizada por ela mesma como eclética, conforme se verifica ao analisar sua atuação no contexto da periodização da Geografia brasileira. Sua atuação no Instituto Rio Branco foi determinante para a opção pela Geografia Política e pela Geopolítica como campos de atuação, bem como pela Amazônia como área de pesquisa, experiência que levou para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição à qual esteve vinculada por mais de quarenta anos.

No segundo capítulo, desenvolve-se a discussão acerca de três conceitos identificados como centrais na obra da autora: território, região e fronteira. O conceito de território foi resgatado por Bertha Becker no Brasil, tornando-se central em suas análises — tanto na Geografia Política quanto na Geopolítica — e atravessando toda a sua obra. No bojo dessas discussões, a autora desenvolveu pesquisas sobre a gestão do território e a territorialidade, sendo a primeira mais voltada para análises na escala nacional e a segunda para a compreensão de processos regionais e locais. Ao investigar os efeitos das políticas do Estado direcionadas à Amazônia a partir da década de 1970, Bertha Becker lançou mão do conceito de região. Analisou a regionalização forjada pelo Estado, bem como a formação de regiões a partir da dinâmica local, caracterizada por ela como poder territorial. A autora propôs, ainda, uma regionalização da Amazônia baseada na dinâmica de ocupação. Ancorada no conceito de fronteira, buscou desenvolver uma teorização a partir da dinâmica socioespacial da Amazônia, compreendida como região de fronteira em processo de incorporação ao restante do país. Em função dessa dinâmica, a

região assumiu diversas feições, sendo caracterizada como fronteira de recursos, fronteira agrícola, fronteira urbana, fronteira móvel, entre outras. Assim, a partir dos conceitos de território, região e fronteira, a autora constituiu o marco teórico que orientou suas pesquisas sobre o Brasil e a Amazônia.

No terceiro capítulo, tratamos das concepções de Amazônia formuladas por Bertha Becker, do papel do Estado na região e dos principais temas recorrentes em sua obra — como desenvolvimento, regionalização, conflitos e urbanização, entre outros. Nossa pretensão é compreender como essas questões influenciaram a produção de um arcabouço teórico-metodológico que potencializou sua produção geográfica e definiu seu núcleo teórico.

No quarto capítulo, examinamos os quadros geopolíticos analisados pela autora e as novas abordagens diante dos desafios amazônicos contemporâneos, que incluem as questões ambientais, especialmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável como um novo modelo a ser incorporado às políticas públicas. Tal processo envolve a articulação entre ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, bem como a participação de velhos e novos atores na Amazônia.

1. OS FUNDAMNETOS DA GEOGRAFIA DE BERTHA BECKER

1.1 Trajetória e concepção de Geografia

A geógrafa Bertha Koiffmann Becker nasceu em 7 de novembro de 1930, na cidade do Rio de Janeiro. Ela fez parte da segunda geração de geógrafos e geógrafas do Rio de Janeiro, herdando aspectos teóricos e metodológicos de uma Geografia então recentemente institucionalizada sob forte influência francesa. Essa geógrafa deu importante contribuição à Geografia brasileira, sobretudo nos campos da Geografia Política e da Geopolítica. Conforme descreve em seu memorial apresentado ao concurso para provimento do cargo de Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1993, sua escolha pela Geografia.

[...] se fundamenta numa paixão, verdadeira identificação existencial com essa disciplina. Pois que, no sentido etimológico, entendo a grafia da Terra, não como descrição, mas como design, desenho e projeto; não em uma consolidação estática, mas sim em contínua remodelação; não apenas a ser descoberto, mas sim, também a ser socialmente construído (BECKER, 2013, p. 50).

Essa concepção de Geografia por ela estabelecida constitui uma marca que evidencia seu diferencial não apenas na forma de conceber essa ciência, mas também na maneira de articular seu pensamento geográfico com a realidade. Compreender a grafia da Terra como “desenho e projeto” é uma formulação que posiciona a ciência geográfica em um patamar que considera sua forma e seu conteúdo em constante movimento de continuidade e descontinuidade, estando, portanto, “em contínua remodelação”. À medida que o desenho e o projeto da Terra são socialmente remodelados, a Geografia também demanda uma constante remodelação epistemológica.

Bertha Becker concebeu também a Geografia como uma ciência política. Para ela, ao estudar o espaço e o território, é possível extrair não apenas o componente social, mas também o componente político por excelência. Entendemos que o fato de a Geografia ser uma ciência social, condição aceita por muitos geógrafos, não anula sua condição de ciência política, uma vez que o componente político é indissociável da formação espacial, constituindo, juntamente com a ideologia, uma de suas instâncias, conforme destaca Moreira (2016). Dessa maneira, Becker formulou uma concepção própria de produção

do conhecimento geográfico, marcada pela articulação entre as dimensões social e política do espaço.

Ao longo de sua trajetória, Bertha Becker demonstrou diversas possibilidades de análise da Geografia e, por meio de sua atuação, buscou compreender o Brasil. Para ela, o país representava uma fronteira de oportunidades, inovação, movimento e transformação. A vinda de seus pais em busca de oportunidades e de “coisas novas” inspirou sua escolha pela Geografia como uma ciência capaz de compreender as transformações que se processam no espaço.

Trata-se de concepções de Geografia construídas ao longo de sua trajetória, as quais lhe permitiram percorrer diferentes caminhos teóricos e metodológicos, bem como vivenciar distintas experiências nos âmbitos profissional e familiar. As conjunturas históricas vividas pelo país e os mestres cujos ensinamentos ela assimilou contribuíram para que pudesse pensar a Geografia de maneira própria, construindo uma interpretação singular da realidade socioespacial brasileira.

O interesse de Bertha Becker pela Geografia foi resultado de uma escolha pessoal, embora influenciada por diversos fatores. Um dos mais marcantes foi a trajetória de seus pais, ambos judeus que migraram para o Brasil, onde se conheceram e se casaram. Seu pai, Issak Kauffmann, era romeno e chegou ao país em 1914, antes da Primeira Guerra Mundial. Sua mãe, Adélia Vainer Koiffmann, era ucraniana e chegou ao Brasil em 1918.

As histórias narradas por seus pais sobre a longa viagem migratória e sobre a vida no Brasil, onde contribuíram para a criação de instituições culturais e assistenciais que possibilitaram a preservação da cultura e dos valores judaicos orientados por uma perspectiva progressista, também exerceram forte influência em sua trajetória intelectual. Becker destaca essa influência, situando seus pais como atores constituintes da dinâmica que caracteriza a fronteira, ou seja, atuação de sujeitos oriundos de outros lugares do Brasil ou do exterior.

Eu tive sempre uma curiosidade enorme pelo novo. Daí meu interesse pela fronteira, pela fronteira em expansão. Uma das coisas importantes para as quais eu contribuí foi com o conceito e os estudos da fronteira em expansão, em movimento, não da fronteira política, da fronteira em movimento. Meus pais vieram da Europa, atravessaram o Atlântico e acho que isso também me influenciou no sentido de buscar o novo. Novas terras, novas histórias, novas fronteiras. Então, isso influenciou

minha vida e minha vida influenciou minhas pesquisas (SILVA, 2010, p. 281).

A influência da sua irmã mais velha, a geógrafa Fany Rachel Davidovich², foi importante na trajetória de Bertha Becker, que se sentia motivada ao ouvir os relatos da primogênita da família Kauffmann sobre os trabalhos de campo organizados pelo professor Francis Ruellan ao longo do curso de História e Geografia da Universidade do Brasil. “Através desses relatos travei contato com a primeira geração carioca de futuros grandes geógrafos, como José Veríssimo da Costa Pereira, Orlando Valverde, Carolina e Hilgard Sternberg; Pedro Geiger, Lysia e Nilo Bernardes, Elza Keller, entre outros” (BECKER, 2013, p. 55).

Os referidos geógrafos e geógrafas também contribuíram para a formação acadêmica de Bertha Becker, que, anos mais tarde, passou a compor a segunda geração de geógrafos cariocas, conforme destaca Scarim (2008). Seu ingresso na universidade possibilitou o contato direto com esses mestres por meio das leituras, das aulas e dos trabalhos de campo por eles desenvolvidos, favorecendo a compreensão da perspectiva de Geografia que então se constituía no país. Esse legado intelectual orientou a construção de sua trajetória acadêmica e contribuiu para a formulação de um pensamento geográfico próprio, que viria a caracterizar sua produção científica.

As conjunturas políticas e econômicas do Brasil também influenciaram a trajetória de Bertha Becker, sobretudo no que diz respeito às temáticas por ela abordadas. Em 1930, ano da Revolução, “alteraram-se as funções e a própria estrutura do Estado” (IANNI, 1971, p. 13) e reformulou-se “o projeto de unidade nacional, dando-lhes agora ares de estado modernizado, burocrático e hierarquizado” (SCARIM, 2008, p. 41). Diante dessa nova configuração, o Estado promoveu um conjunto de transformações no país e passou por diferentes fases

² Graduada e licenciada em Geografia e História, pela Faculdade nacional de Filosofia, da então universidade do Brasil (1942), diplomou-se também em cursos de Especialização, destacando-se o curso de Geografia urbana pela universidade Federal do rio de Janeiro – UFRJ (1975), e o de Estatística, na Escola nacional de ciências Estatísticas – ENCE. Seu primeiro ingresso no IBGE deu-se em 1941, onde permaneceu até 1942. Retornou somente em 1960, como estagiária, tendo sido efetivada em 1962. No departamento de Geografia teve expressiva atuação até aposentar-se em outubro de 1992. Fany participou da elaboração do pensamento geográfico regional, atuando na definição e delimitação dos espaços homogêneos e espaços polarizados. Como relatora da excursão ao Vale do rio doce, organizada por Francis Ruellan, construiu o aprendizado da disciplina para o desempenho das atividades de campo. Dedicou-se aos estudos de Geografia da Indústria, tema recorrente em suas pesquisas, e que incluem, entre outros estudos, o de Geografia urbana. A geógrafa produziu *Tipos e Cidades Brasileiras*, apresentado no congresso Internacional de Londres, além de trabalhos inovadores sobre aglomerações urbanas e escala de urbanização (IBGE, 2016, p. 39).

econômicas, caracterizadas conforme as concepções dos sucessivos governos, em um contexto marcado pela alternância entre autoritarismo e democracia. Entre 1949 e 1952, período em que cursou História e Geografia, Becker presenciou a seguinte realidade no país:

As condições particulares do Brasil foram igualmente decisivas para o sentido de minha trajetória. A realidade ainda em grande parte desconhecida deste país imenso forjado historicamente numa economia de fronteira baseada na aproximação contínua de terras, e marcado por imensas desigualdades sociais e regionais, país em processo de construção, com amplos espaços pouco povoados, constituía em si um fantástico desafio científico e fortalecia sobremaneira a importância da fronteira e do pioneiro desbravador e construtor.

Ademais, nasci e vivi a maior parte de minha vida no contexto do nacional-desenvolvimentismo. Contexto marcado por amplas e rápidas transformações conduzidas por ação crescente do Estado, em que a integração do território teve papel crucial. O território não foi apenas usado como instrumento ideológico para fortalecimento do governo central, mas sim, foi também meta efetiva de modernização econômica e social, seja em períodos liberais, seja sob forte autoritarismo.

A “marcha para o oeste”; a participação do Brasil na guerra contra o nazismo (após hesitação); a criação da Cia. Siderúrgica Nacional; a luta pelo petróleo é nosso são flashes de minha infância e adolescência que, acumulados, me transmitiram enorme confiança no crescimento do Brasil. Fortaleceram o papel do território e da fronteira, e acrescentaram ao processo, ainda que inconscientemente, um elemento novo, o papel do Estado, certamente germes de minha orientação para a Geografia Política (BECKER, 2013, p. 55).

As transformações decorrentes das ações do Estado tiveram forte impacto sobre o território nacional, tornando-se objeto de análise de geógrafos vinculados às instituições criadas e desenvolvidas nesse contexto. De acordo com Karol (2014, p. 63), “é na realidade social, econômica e política que a Geografia gera e refaz suas análises”. Nesse sentido, as primeiras obras de Bertha Becker, na década de 1960, acompanharam e analisaram essas mudanças, a exemplo dos estudos sobre os fluxos inter-regionais no Brasil em direção às zonas pioneiras e de fronteira de um país que se transformava e que tinha os migrantes internos e externos como importantes agentes produtores do espaço geográfico nacional. Esses sujeitos construíam suas geografias na busca pela sobrevivência em um país que reproduzia internamente a relação centro-periferia, aspecto identificado por Becker em seus estudos sobre a estrutura espacial do Brasil.

Duas instituições criadas pelo Estado brasileiro na década de 1930 foram fundamentais para a trajetória de Bertha Becker: a Universidade do Brasil e o

IBGE. De acordo com Corrêa (1992, p. 85), ambas mantiveram uma estreita vinculação, pois

muitos geógrafos recém-formados foram trabalhar neste instituto, que também recorria aos professores da universidade ao ministrar cursos de férias para professores de vários estados. Mestres estrangeiros que permaneceram por período relativamente longo no Brasil trabalharam simultaneamente nas duas instituições.

Tais instituições, juntamente com a Universidade de São Paulo e a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), constituíram as bases da evolução do pensamento geográfico brasileiro, pois, além de formarem gerações de geógrafos, desenvolveram o ensino e a pesquisa, bem como promoveram a disseminação do pensamento geográfico em um período no qual o Brasil passava por intensas transformações econômicas, políticas e sociais. Portanto, o conhecimento geográfico foi imprescindível não apenas para a compreensão dessa conjuntura, mas também para subsidiar as ações do Estado sobre o território, uma vez que foi por ele apropriado como instrumento de planejamento e intervenção espacial.

A Universidade do Brasil e o IBGE desempenhavam papéis distintos. O IBGE realizava pesquisas sobre o território que subsidiavam as ações governamentais. Por muitos anos, o maior volume de pesquisas em Geografia no Brasil foi realizado por esse instituto, sob a ótica da Geografia Tradicional, até a década de 1970, quando os “geógrafos rompem com o segmento da geografia francesa – base histórica da geografia acadêmica no Brasil – interessando-se pela geografia teórica, que se apresenta como uma grande moda” (Scarim, 2008, p. 49). “Às universidades cabia sobretudo o ensino e a formação de pesquisadores” (Becker, 2013, p. 57). A partir da década de 1970, com a expansão dos programas de pós-graduação nas universidades, houve um aumento da produção intelectual em Geografia. Por outro lado, o IBGE perdeu importância em função de mudanças em sua estrutura (Oliveira, 2008).

A trajetória acadêmico-profissional de Bertha Becker esteve ligada principalmente à universidade. Todavia, em razão da citada relação institucional, o IBGE também influenciou sua trajetória, uma vez que a proximidade com geógrafos desse instituto contribuiu para que ela adotasse alguns dos métodos de pesquisa por eles desenvolvidos. Becker teve participação direta em grupos de trabalho e espaço na Revista Brasileira de Geografia, principal meio de

divulgação da produção geográfica do IBGE, na qual foram publicados 15 de seus trabalhos entre os anos de 1966 e 1991. Ela ocupou, ainda, o cargo de membro titular da Câmara Técnica de Geociências entre 1989 e 1993, bem como participou de diversos eventos organizados por essa instituição.

A longa relação de Bertha Becker com a Universidade Federal do Rio de Janeiro iniciou-se em 1949, quando ela ingressou no curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia aos 18 anos. Na condição de aluna, foi convidada para secretariar as excursões dos professores Francis Ruellan³ e Hilgard Sternberg⁴. Essa posição possibilitou que ela acompanhasse de perto as atividades de campo desenvolvidas por esses docentes, ampliando seu contato com os métodos de investigação geográfica e com importantes debates da disciplina. Além disso, a participação nessas excursões proporcionou-lhe uma experiência formativa singular, permitindo-lhe articular os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula com a observação direta da realidade espacial.

E foi, sem dúvida, a figura do Prof. Sternberg a que mais me estimulou e com quem mais aprendi, através do contato com a realidade viva e o foco em problemas reais. Seus trabalhos, sobre as enchentes do Vale do Paraíba, sobre o problema da seca do Nordeste o configuravam como um dos pioneiros na pesquisa de problemas geográficos relevantes, e ele me revelou a importância das relações com os geógrafos internacionais (Becker, 2013, p. 56).

Em 1956, um ano antes de ingressar como professora na mesma universidade, Bertha Becker foi convidada pelo professor Sternberg para secretariar a comissão de recepção do Congresso Internacional de Geografia da UGI, presidida pelo professor Nilo Bernardes. “O Congresso foi um ponto alto da geografia brasileira e uma integração exitosa à comunidade geográfica internacional. Foi o primeiro Congresso Internacional de Geografia fora da Europa e dos Estados Unidos realizado em um país em desenvolvimento” (Kohlhepp, 2017,

³ Chegou ao Brasil em 1940 para lecionar nos cursos de graduação em geografia. Atuou como consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia. Foi um dos principais introdutores do trabalho de campo no país, chefiando inúmeras excursões geográficas” (Angotti-Salgueiro, 2005, p. 21).

⁴ Hilgard O'Reilly Sternberg (Rio de Janeiro, 05.07.1917) era filho de imigrantes: a mãe tinha raízes irlandesas e o pai era de origem alemã, da região do Báltico; em 1940 concluiu o bacharelado em Geografia e História no Rio de Janeiro, e obteve o licenciamento pela Universidade do Brasil. Na sua função docente, Hilgard foi um dos professores fundadores da Universidade Católica (PUC) no Rio de Janeiro (1941-1944), Professor Assistente na Universidade do Brasil (1942-44), e em 1943 *Teaching Assistant* na Universidade de Califórnia em Berkeley. Lá ele pôde familiarizar-se com a temática da geografia da paisagem (*Landschaftskunde*), a pesquisa homem-meio ambiente e a importância do trabalho de campo com o geógrafo norte-americano de alta reputação, Carl O. Sauer, introdutor da geografia cultural nos EUA e apreciador da metodologia da geografia alemã. Em 1944, Hilgard foi chamado para assumir interinamente a Cátedra de Geografia do Brasil no Departamento de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro) no Rio de Janeiro. Nessa instituição conseguiu estabelecer uma posição de liderança no meio universitário na qual o ensino e a pesquisa científica ocupavam papel central (Kohlhepp, 2017, p. 9).

p. 9) e “despertou minha consciência quanto à importância dessa convivência para a atualização do conhecimento sobre a Geografia e o mundo” (Becker, 2013, p. 56).

Como desdobramento do congresso, o professor Sternberg organizou um curso de Altos Estudos Geográficos. Novamente, Bertha Becker foi convidada para atuar como secretária. Segundo relata em seu memorial,

o efeito desses eventos se desdobrou em duas novas situações fundamentais para a minha trajetória: o convite para ingressar na universidade como auxiliar de ensino do Prof. Sternberg e o estabelecimento de laços com a UGI, situações das quais até hoje não me dissocie e que balizaram também o sentido da minha atuação (Becker, 2013, p. 56)

Já na condição de professora, a partir de 1957, Becker atuou como auxiliar do professor Sternberg. Ele “previa para os seus assistentes uma forma de participação segundo a escola geográfica segundo as ‘relações homem-meio’, para tanto os impulsionando a ministrar disciplinas as mais variadas envolvendo Geografia física e humana” (Becker, 2013, p. 57). A assimilação das diretrizes teóricas e metodológicas desse professor por Bertha Becker foi fundamental para a consolidação de seu pensamento geográfico. Somou-se a isso o contato com as obras dos geógrafos Leo Waibel, Pierre Monbeig, Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade e Lysia Bernardes, além de historiadores e economistas como Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Por iniciativa própria, ela aprofundou-se nas obras desses autores em busca de novos caminhos teóricos e metodológicos, movida pelo autodidatismo e pela ousadia, características que fazia questão de destacar.

Ao longo de sua carreira na universidade, Becker percorreu os diferentes níveis da carreira acadêmica até alcançar a Livre-Docência. Dedicou-se ao ensino e à pesquisa de forma indissociável e participou ativamente da administração acadêmica. No ensino de graduação e de pós-graduação, colaborou com a “reorganização do currículo, à iniciativa de criar um setor de Geografia Regional, envolvendo o mundo e a América Latina, e a implantação de novas disciplinas.” (Becker, 2013, p. 65). Algumas das disciplinas criadas nesse contexto refletiam as temáticas pesquisadas por Bertha Becker, a exemplo do desenvolvimento regional, tema de interesse não apenas de geógrafos, mas também de economistas e sociólogos, além de ocupar posição central na esfera governamental de um país subdesenvolvido marcado por profundas desigualdades regionais.

No campo da investigação científica, o Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil (CPGB), criado em 1951 na Universidade do Brasil pelo professor Sternberg, foi fundamental para a formação e a produção intelectual de Bertha Becker e de outros geógrafos. Com a ida do professor Sternberg para os Estados Unidos, o centro passou a ser dirigido pela professora Maria do Carmo Corrêa Galvão. Nesse espaço, Becker passou a desenvolver pesquisas pautadas em métodos, metodologias e temáticas próprias, processo favorecido também por seu ingresso como pesquisadora do CNPq, alcançando a condição de chefe de pesquisa em 1970. Com isso, tornou-se “reconhecida pela comunidade geográfica nacional e internacional através de uma crescente produção científica” (Becker, 2013, p. 62). Foi nesse contexto que teve seu primeiro contato com a temática da fronteira, posteriormente alçada à condição de eixo central de suas investigações sobre a Amazônia.

Um dos feitos mais importantes de sua atuação universitária no campo da pesquisa foi a criação do Laboratório de Gestão do Território

(LAGET), em 1988, juntamente com o professor Cláudio Egler, do Departamento de Geografia, em parceria com o IBGE. Estabeleceu-se, assim, o LAGET com a finalidade de desenvolver estudos e análises sobre as rápidas e amplas transformações em curso no território brasileiro sob impacto de novas tecnologias de produções e gestão, e sobre o papel do Estado e dos agentes civis na criação de núcleos de alta densidade tecnológica” (Becker, 2013, p. 72).

Vinculada ao laboratório, foi criada uma linha de pesquisa sobre Tecnologia e Gestão do Território, como continuidade dos estudos sobre a Amazônia desenvolvidos a partir da Geografia Política, o que possibilitou a realização de pesquisas em parceria com outros departamentos e instituições, inclusive estrangeiras. A partir do LAGET, Becker fortaleceu suas investigações sobre a Amazônia, redirecionando parte de suas abordagens a partir da década de 1990 e estabelecendo relações entre os vetores tecnológico e ambiental. Permaneceu na coordenação do laboratório até 2013, ano de seu falecimento.

No que diz respeito à administração acadêmica, Bertha Becker foi convidada a colaborar com a reestruturação da Faculdade de Filosofia. Nessa reformulação, o curso de Geografia, que integrava essa faculdade, passou a fazer parte do recém-criado Instituto de Geociências, que congregava os cursos de Geologia, Meteorologia e Astronomia. Em seu memorial, ela afirma que,

apesar de ter continuamente participado da administração acadêmica através da reforma universitária, implicando na organização de cursos e do próprio IGEO, na representação dos corpos deliberativos do Departamento e da Pós-Graduação em Geografia, na Câmara de Estudos brasileiros e na suplência dos Livre-Docentes na Congregação, nunca havia assumido cargo formal de chefia (Becker, 2013, p. 69).

O cargo a qual ela se referiu foi o de Adjunta para Pós-Graduação e Pesquisa do IGEO, função que exerceu por dez anos. Nesse período, promoveu importantes mudanças no instituto, reorganizando e fortalecendo os cursos de Pós-Graduação por meio da contratação de professores⁵, além de incentivar a integração interna e externa.

Paralelamente à sua atuação na universidade, Becker participou de inúmeras reuniões científicas organizadas pela União Geográfica Internacional (UGI) e pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), as quais tiveram grande importância para a divulgação de suas pesquisas e de suas ideias no Brasil e no exterior. “A participação sistemática em reuniões científicas foi uma

⁵ Bertha Becker destaca em seu memorial que, dentre os Professores contratados, estavam Milton Santos e Maurício de Abreu.

frente de atuação desenvolvida desde o início da minha vida acadêmica com o sentido de abertura, aprendizagem e de testar e validar minha competência no seio da comunidade científica nacional e internacional” (Becker, 2013, p. 62).

O nível da relação que ela estabeleceu com as referidas instituições variou no que diz respeito à divulgação de trabalhos em periódicos, à participação e à organização de reuniões científicas, bem como às afinidades teóricas, políticas e até ideológicas. Como sua inserção e participação na UGI antecederam sua aceitação como sócia efetiva da AGB, Becker demonstrou maior afinidade teórica, metodológica e ideológica com a primeira entidade.

Seu primeiro contato com a UGI ocorreu em 1956, durante o Congresso Internacional realizado no Brasil. A partir de então, Becker ampliou seu vínculo com a entidade ao participar de diversas reuniões científicas para apresentar trabalhos resultantes de suas pesquisas. Presidiu uma sessão do Simpósio sobre População durante o congresso da entidade realizado na Índia, em 1968, e teve contato com o professor Brian Berry, com quem ampliou sua compreensão sobre Teoria Política e Desenvolvimento Regional, temática pela qual passou a se interessar. “A partir daí ingressei definitivamente na comunidade geográfica internacional como geógrafa brasileira da U.B.” (BECKER, 2013, p. 62).

Além disso, Becker chefiou a Comissão Nacional da UGI no Brasil em 1977, sendo responsável pelo programa científico da Conferência Regional Latino-Americana, realizada em 1982. Em 1996, chegou à vice-presidência da UGI, cargo que ocupou até 2004.

A relação da geógrafa Bertha Becker com a AGB foi marcada por três momentos. O primeiro correspondeu à sua filiação como sócia efetiva, em 1968; o segundo, ao rompimento motivado por divergências ideológicas, em 1979; e o terceiro, ao restabelecimento das relações na década de 1990. Não foram poucos os geógrafos que vivenciaram aproximações e afastamentos em relação a essa entidade, que, durante a realização de seus eventos, pauta as questões teóricas e metodológicas da Geografia, bem como discute sua organização interna. Tal dinâmica enseja debates que extrapolam o campo científico e alcançam as esferas política e ideológica, processo particularmente intenso nas décadas de 1970 e 1980.

Fundada em 1934, a AGB completou 90 anos em 7 de setembro de 2024 e continua desempenhando papel de relevo para a Geografia brasileira e para o

Brasil. O evento mais recente organizado pela entidade foi o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos e Geógrafas, realizado em julho de 2024, em São Paulo, cujo tema foi “Geografando para construir o Brasil”. O evento contou com mais de 3 mil inscritos e uma extensa programação que abarcou a diversidade temática e metodológica da Geografia, bem como as questões centrais da dinâmica socioespacial brasileira. Nesse sentido, “a AGB propiciou um avanço político no amadurecimento da Geografia brasileira” (Sposito, 2007, p. 168). Esse avanço permanece em curso, e a consolidação desse amadurecimento pode ser observada nos eventos promovidos pela entidade.

O ingresso de Becker como sócia efetiva da AGB deu-se em um contexto no qual a participação na entidade era restrita. Desde sua fundação, estabeleceu-se uma categorização que distinguia os membros entre sócios efetivos e sócios correspondentes. Nos primeiros anos de funcionamento da associação, a admissão de novos sócios ocorria por indicação dos sócios efetivos, evidenciando a existência de relações de afinidade “seja por motivo acadêmico, político, ou mesmo meramente pessoal” (França, 2008, p. 58). Considerando que os princípios fundadores da entidade estavam atrelados aos interesses da elite paulista, essa forma de inserção de novos membros não se mostrava surpreendente.

Após a segunda reforma estatutária da AGB, ocorrida em 1945, dentre os vários pontos alterados, destaca-se a nova categorização dos sócios. Conforme destacado por França (2008, p. 191-192):

Outro importante eixo de estruturação dos estatutos é o que vai tratar da forma e dos critérios de associação à AGB. No título “Dos Associados”, o estatuto aprovado nessa reforma vai regular a questão em tela. O estatuto aprovado cria para a AGB, três categorias de sócios: os efetivos, os cooperadores e os honorários. A classificação é claramente de caráter meritocrático e excludente, onde a entrada em uma ou outra categoria dependia tanto da indicação de outros associados diplomados na categoria superior, como também numa avaliação do desempenho acadêmico do solicitante.

Os sócios efetivos seriam aqueles que possuíam titulação acadêmica e trabalho geográfico de comprovado valor e que tivessem seu nome indicado por pelo menos 3 sócios efetivos. O nome desse associado indicado seria avaliado em uma assembléia geral da AGB, juntamente com um exemplar do seu trabalho, que caso considerado relevante, e aprovado pela maioria dos sócios efetivos presentes à Assembléia, esse seria considerado aprovado, e então passaria a compor o quadro dos sócios efetivos depois da devida diplomação. Os sócios cooperadores seriam aceitos entre os interessados na Geografia e em ciências afins e entre professores auxiliares, estudantes universitários e, grande número de professores secundários de Geografia. Deveriam ser indicados e aceitos em

reunião da Seção Regional a que pretendesse associação. Os sócios honorários seriam os grandes beneméritos da Associação. Teriam que ser indicados por um mínimo de cinco sócios efetivos, e aceitos por pelo menos três quartos dos sócios efetivos da Associação.

Essa classificação de associados, diferente da que então vigorava na AGB nos seus dois primeiros anos de existência – que distinguia apenas sócios e sócios correspondentes; da segunda classificação, resultado dos estatutos aprovados em 1936 - que criou os sócios efetivos e sócios de honra, além da manutenção dos sócios correspondentes; vai permanecer até a reforma estatutária, em 1979. É possível a partir dessa categorização de sócios, fazer um paralelo da AGB, com seus efetivos e colaboradores; com a estrutura dos cursos universitários, com suas cátedras e assistentes.

Foi sob a égide desse novo estatuto que Bertha Becker ingressou na AGB, conforme salienta em seu memorial:

Particpei ativamente das Assembleias e Congressos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) desde 1958 e por toda década de 1960, e pude comprovar o verdadeiro papel de escola que exercia. Até 1964 fui tratada como aluna, participando de grupos de pesquisa organizados para reconhecimento da área onde se realizava a reunião sob a direção de um geógrafo renomado. Pude, assim, fortalecer a metodologia da pesquisa de campo e conhecer realidades diversas do país. A partir de 1965 minha posição mudou a duras penas; embora questionando minha pesquisa, atribuíram-me responsabilidades como secretária de Simpósio, co-dirigente de excursão e, finalmente, em 1968, a chefia de um grupo na área de Montes Claros, tendo em vista a pesquisa que realizara sobre a expansão da fronteira pastoril. Era o início do reconhecimento pelos pares, e ainda nesse ano tornei-me sócia efetiva da AGB, condição, na época, só oferecida a geógrafos de reconhecido valor (BECKER, 2013, p. 62).

O referido evento de Montes Claros, citado pela autora, foi mencionado por Antunes (2008) em sua tese. Tratou-se da XXIII Assembleia Geral Ordinária da AGB, realizada em 1968. Na ocasião, Becker chefiou um grupo de geógrafos e estudantes da Fundação Universitária do Norte de Minas, que realizou uma pesquisa coordenada pela professora Lysia Bernardes sobre o referido município, a fim de apresentá-lo aos participantes da assembleia por meio de “um Guia de Excursões, com textos de caráter descritivo das áreas que seriam visitadas, entregue aos participantes durante o evento” (Sposito, 2004, p. 162). Tendo adquirido experiência durante as práticas de campo realizadas por seus mestres, Becker passou a incorporá-las em suas pesquisas e contribuiu para a realização de diversos eventos científicos.

Conforme informações contidas em seu Currículo Lattes, Becker integrou conselhos, comissões e consultorias da AGB e participou de alguns eventos organizados por essa entidade. Dentre eles, identificamos os seguintes: a) o II Congresso Nacional da AGB, em 1965, no qual foi apresentado o resultado de

suas pesquisas sobre as mudanças no espaço agrário da Região Sudeste; b) o VI Congresso Nacional de Geógrafos, realizado em Goiás, no ano de 2004, embora não haja indicação da forma de sua participação; c) o XIV Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Rio Branco, no qual participou da mesa de abertura juntamente com o professor Carlos Walter Porto Gonçalves. Nessa ocasião, Bertha Becker discutiu “os desafios dos impactos decorrentes da globalização, centrando sua análise na produção de territórios corporativos, na medida em que se mercantilizam os elementos da natureza” (Faria; Ribeiro et al., 2006, p. 193). Vale lembrar que Becker possuía uma visão distinta da defendida por Gonçalves em relação à Amazônia, aspecto que ficou evidenciado durante a participação de ambos no referido evento.

No que diz respeito ao número de publicações, identificamos duas. A primeira refere-se à pesquisa intitulada “Significado do núcleo colonial do Pium para o aproveitamento dos vales de Paul no Rio Grande do Norte”, publicada nos Anais da XV AGO, em 1960. Durante esse evento, o trabalho foi apresentado pelo professor Nilo Bernardes. A segunda publicação consta no Volume I do extinto Boletim Carioca de Geografia, publicado em 1982, em parceria com a geógrafa Lia Osório, sob o título “Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia brasileira: uma contribuição”. Esse foi o último número do Boletim Carioca de Geografia, o único de caráter temático, cuja temática central foi “Amazônia, problemas e impasses”.

Segundo Antunes (2008, p. 119), “os Anais representavam, junto com a Revista Brasileira de Geografia, as publicações de maior relevância dentro do cenário da Geografia brasileira de então”. Entre os periódicos científicos, o maior volume de publicações de Bertha Becker encontra-se na RBG (Revista Brasileira de Geografia), vinculada ao IBGE, com trabalhos publicados entre as décadas de 1960 e 1990. Possivelmente, em razão de sua maior vinculação com essa instituição e do encerramento das atividades do Boletim Carioca de Geografia, Becker publicou apenas dois trabalhos nos meios de divulgação da AGB.

As relações de Bertha Becker com a AGB foram estremecidas uma década após sua incorporação como sócia efetiva. Em seu memorial, ela faz a seguinte afirmação: “fui membro do Conselho Diretor da AGB, participei e colaborei com suas reuniões científicas até 1979, quando, por força da polarização ideológica, passei a ser marginalizada juntamente com grande parte

dos geógrafos” (BECKER, 2013, p. 70). Ela não detalha os pormenores desse processo. Contudo, Oliveira (2008) destaca que as mudanças ocorridas na AGB possuíam um caráter mais acadêmico, portanto teórico-metodológico, do que propriamente político. Nesse contexto, a inserção de uma Geografia de orientação marxista foi bastante expressiva na entidade, o que desagradou parte dos geógrafos associados. Muitos deles se afastaram da AGB, tanto por divergirem dessa orientação teórica quanto por discordarem das alterações estatutárias que ampliaram a participação estudantil, medida que contribuiu para o fortalecimento da democracia interna da entidade.

Ao tratar das instituições geográficas brasileiras no contexto da renovação crítica, Karol (2014, p. 73) afirma que havia uma disputa na qual “os geógrafos que defendiam seus privilégios se afastaram da AGB e se refugiaram em outras instituições como a UGI para continuar pensando uma Geografia com caráter subalternizada, que é mais prestigiada academicamente, a partir do mundo anglosaxônico”. A interpretação apresentada pelo autor expressa uma leitura daquele momento de tensionamento entre geógrafos vinculados a diferentes perspectivas teóricas, especialmente em relação à incorporação das concepções marxistas na Geografia e aos seus possíveis desdobramentos para a produção do conhecimento geográfico. No caso de Bertha Becker, sua relação com a UGI não decorreu de uma busca por privilégios institucionais, mas de afinidades teóricas e profissionais construídas anteriormente à sua inserção na AGB, conforme já mencionado.

Diferentemente de Karol, Oliveira (2008) apresenta outro ponto de vista acerca desse processo. Ele divide os geógrafos desse período entre aqueles comprometidos com o debate intelectual, acadêmico e dialético e aqueles mais envolvidos com os movimentos sociais, os partidos políticos e o processo de redemocratização do país. Observa-se, nessa interpretação, uma posição mais moderada, que evidencia, de um lado, a dimensão política e, de outro, as questões científicas e acadêmicas que passaram a integrar os debates promovidos pela AGB a partir de 1978 (Sposito, 2004).

As relações de Bertha Becker com a AGB foram reatadas na década de 1990, após cerca de dez anos de distanciamento. Sua reaproximação ocorreu em um contexto de consolidação do processo de renovação da Geografia, iniciado no final da década de 1970, que inaugurou uma nova fase para essa

ciência no Brasil. “Hoje a situação é mais rica, é mais genuína-mente democrática, e faz bem para a Geografia essa diversidade” (Conti, 2008, p. 22). Atenta às transformações da Geografia brasileira e mundial, Becker passou a incorporar novas perspectivas teóricas, metodológicas e temáticas, redirecionando suas investigações, sobretudo no que diz respeito aos estudos sobre a Amazônia.

Concordamos com Carlos (2002, p. 163) quando afirma que “uma coisa é altamente positiva na geografia brasileira: a multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas e, nessa perspectiva, o pensamento geográfico não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo”. O reconhecimento e a aceitação dessa multiplicidade foram fatores fundamentais para que a Geografia ingressasse em uma nova fase, que perdura até os dias atuais, caracterizada pelo pluralismo que emergiu após a superação da polarização ideológica. Um pluralismo que, segundo Scarim (2000, p. 69), manifesta-se “com retornos, descobertas, recuos e novas descobertas”. Esses movimentos, que caracterizam a dinâmica da Geografia brasileira ao longo do tempo, fazem-se presentes na história da AGB e são evidenciados em suas reuniões, congressos e demais meios de divulgação.

Em 1966, Bertha Becker foi convidada para ocupar a cadeira de Geografia no Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) do Instituto Rio Branco, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, condição que ela define como uma nova frente de ensino e pesquisa: a “experiência desafiadora foi vital para o meu amadurecimento, com influência decisiva para o curso de Geografia da universidade” (BECKER, 2013, p. 61). Ela exerceu essa função por dez anos e, nesse período, teve contato mais direto com a Geopolítica e com a Amazônia, temáticas que serão abordadas nos tópicos seguintes.

A autora destaca quatro aspectos que fortaleceram sua atuação a partir dessa experiência. Em primeiro lugar, o CPCD, devido ao seu elevado nível acadêmico, conferia ao Instituto Rio Branco o status de instituição de ensino superior. Dessa forma, Becker atuou como professora titular com plena autonomia. Em segundo lugar, contribuiu para a reorganização do curso e implantou a cadeira de Geografia Política, criando um programa inédito no país. Em terceiro lugar, estabeleceu contato com a diplomacia, segmento fundamental do aparelho de Estado. Por fim, essa experiência foi levada para a universidade,

fortalecendo sua atuação acadêmica e contribuindo para o desenvolvimento do próprio curso de Geografia. “Ela me permitiu introduzir uma nova concepção de Geografia como ciência política através do ensino e da pesquisa que, gestada do I.R.B. florescia na universidade nas décadas de 1970 e 1980” (BECKER, 2013, p. 61), o que resultou no aprofundamento de pesquisas anteriormente realizadas, bem como na incorporação de novas temáticas às suas análises, especialmente no contexto do avanço de suas investigações sobre a Amazônia.

Esse conjunto de instituições das quais Bertha Becker fez parte ao longo de sua trajetória constituiu a espinha dorsal da Geografia por ela concebida e produzida. Tal percurso possibilitou “a abertura de múltiplas frentes, via palmilhada com grandes lutas e grande investimento de trabalho, tempo e emoção, ganhou consistência entorno de um nexo central: a Geografia Política do Brasil” (BECKER, 2013, p. 75). Nessa perspectiva, ela ocupou espaços para além do meio acadêmico, construindo o que denominou de “nova Geopolítica” por meio de “consultorias e instituições que detêm poder de decisão” (BECKER, 2013, p. 75), a exemplo de secretarias estaduais e ministérios, sobretudo aqueles ligados à questão ambiental. Houve, ainda, vínculo direto com a Presidência da República no final da década de 1990, bem como participação em projetos de cooperação técnica desenvolvidos em parcerias entre o Brasil e organismos internacionais, nos quais apresentou propostas voltadas à formulação de políticas públicas. Essa atuação lhe rendeu amplo reconhecimento na comunidade científica nacional e internacional.

Cabe destacar, ainda, que toda a sua trajetória profissional foi mediada pela institucionalidade, uma vez que esteve continuamente vinculada a diferentes instituições, como universidades, centros de pesquisa, ministérios e organismos de assessoramento governamental. É notável o fato de que ela enfatiza esse processo como elemento fundamental de sua trajetória, pois foi por meio de sua atuação nessas instituições que conseguiu inserir-se em diferentes espaços, projetar-se academicamente e desenvolver pesquisas a partir das quais contribuiu de maneira significativa para a Geografia brasileira.

1.2 A autora e sua produção no contexto da evolução do pensamento geográfico brasileiro

Bertha Becker vivenciou diferentes conjunturas políticas, sociais e econômicas que influenciaram sua produção geográfica, bem como os rumos da Geografia brasileira. Nesta seção, procuraremos situar a obra da autora no âmbito das diferentes escolas do pensamento geográfico brasileiro, com o objetivo de compreender como cada uma delas influenciou sua produção do ponto de vista teórico, metodológico e temático. Interessa-nos captar as mudanças e permanências presentes em sua obra, o que nos auxiliará na compreensão da construção do arcabouço teórico de Bertha Becker e da importância desse processo para a fundamentação de sua produção sobre a Amazônia. Para isso, lançaremos mão da periodização.

Sobre a periodização, Karol (2014) destaca que vários geógrafos e geógrafas brasileiros contribuíram com propostas nesse sentido, visando à compreensão do pensamento geográfico no país. Adotaremos a proposta desenvolvida por Scarim (2001), um dos trabalhos mais recentes sobre essa questão e que, segundo Antunes (2008, p. 93), se dedica a “visualizar a própria história oficial da ciência geográfica e de suas instituições”. Scarim elabora uma periodização da Geografia brasileira que leva em consideração cinco escalas. A primeira refere-se às escolas do pensamento geográfico; a segunda, à política acadêmica a partir da AGB; a terceira, ao perfil dominante do pesquisador; a quarta, às perspectivas da comunidade acadêmica; e a quinta organiza-se a partir das gerações.

Adotaremos apenas a primeira escala, dividida em quatro períodos: o primeiro, de 1934 a 1960, correspondente à hegemonia da Geografia francesa; o segundo, entre 1960 e 1970, marcado pela disputa entre a escola francesa e a Geografia Quantitativa; o terceiro, entre 1970 e 1990, caracterizado pela hegemonia da Geografia de orientação marxista; e o quarto, a partir da década de 1990, marcado pelo pluralismo de ideias, abordagens e temáticas. Ressaltamos que a adoção desses períodos serve principalmente como parâmetro temporal, a fim de situarmos a trajetória da autora sob os pontos de vista teórico e metodológico. Trata-se de um processo heterogêneo, múltiplo, contínuo e descontínuo, conforme destaca Carlos (2002).

As influências da escola francesa na trajetória de Bertha Becker foram evidentes ao longo de sua formação no curso de História e Geografia da Universidade do Brasil e no início de sua carreira acadêmica. Conforme relata em seu memorial, já na década de 1960 Becker demonstrava descontentamento com a Geografia Tradicional, pautada no esquema homem-meio e na diferenciação de áreas, além da ênfase nos estudos monográficos e descritivos, que mantinham a ciência geográfica relativamente fechada em relação às demais áreas do conhecimento. Segundo a autora, essa perspectiva não era capaz de captar a dinâmica política e econômica que se processava no país (Becker, 2013).

A maior parte das pesquisas e publicações era realizada no âmbito da Geografia Física. Além disso, a universidade seguia uma organização hierárquica na qual os geógrafos seniores e os chefes de cátedra ocupavam posição de destaque, o que constituía uma barreira para aqueles que concebiam a Geografia para além dessa perspectiva teórica e metodológica (Becker, 2013).

Destacamos anteriormente a importância dos Professores Francis Ruellan e Hilgard Sternberg⁶ na trajetória de Bertha Becker. Embora tenham contribuído significativamente para sua formação, tanto do ponto de vista da carreira acadêmica quanto das metodologias, dos métodos e das temáticas por eles abordadas, Becker buscou construir autonomia intelectual, atribuindo novos significados aos procedimentos metodológicos assimilados de seus mestres. O trabalho de campo foi o elemento mais importante nesse processo, pois lhe permitiu “não só ampliar a percepção do desafio científico construído pelo Brasil como também [...] firmar sua imagem de país-fronteira” (Becker, 2013, p. 55).

Além disso, entendemos que Becker assimilou desses autores, sobretudo de Sternberg, a prática de articular pesquisas, instituições e pesquisadores em torno de temáticas comuns. Essa característica tornou-se uma marca de sua trajetória acadêmica, evidenciada pela capacidade de estabelecer redes de cooperação com instituições e geógrafos do Brasil e do exterior, potencializando a produção e a circulação do conhecimento geográfico.

⁶ Sobre esse geógrafo que foi o que mais teve influência sobre Bertha Becker, destacamos ainda o fato de ele ter desenvolvido no Brasil a Geografia anglo-saxão, característica assimilada por ela, sobretudo após participação em eventos científicos da UGI, onde teve contato com geógrafos de diferentes universidades e centros de pesquisa que adotavam essa tendência.

Um passo importante de Bertha Becker na busca por autonomia intelectual foi o contato com a obra de geógrafos e de autores de outras áreas do conhecimento que, segundo ela, não eram amplamente divulgados, tampouco discutidos na universidade. Por iniciativa própria, buscou aprofundar sua compreensão da realidade brasileira, processo que foi fundamental para a construção de sua base teórica e geográfica, a partir da incorporação de novas abordagens temáticas e metodológicas que se distanciavam da Geografia Tradicional.

Nesse percurso, foram particularmente importantes as leituras de geógrafos como Leo Waibel, em seus estudos sobre as frentes pioneiras; Pierre Monbeig, que, segundo Silva (2007), introduziu no Brasil o conceito de fronteira; Orlando Valverde, com suas contribuições para a Geografia Agrária e os estudos sobre colonização; Manoel Correia de Andrade, nos estudos regionais; e Lysia Bernardes, nas abordagens sobre clima e redes urbanas. Destacam-se também autores de outras áreas, como Caio Prado Júnior, em suas interpretações sobre a formação histórica e econômica do Brasil contemporâneo, e Celso Furtado, cujos estudos sobre desenvolvimento exerceram significativa influência na construção do seu pensamento.

Os referidos autores influenciaram os primeiros estudos individuais de Bertha Becker na década de 1960. Foi nesse contexto que, no Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil, ela passou a coordenar um grupo de pesquisa e inaugurou uma linha de investigação “sobre o impacto do crescimento urbano-industrial na transformação do campo, particularmente a expansão da pecuária associada à migração do Sudeste do Brasil” (Becker, 2013, p. 58). Nesse contexto, as obras resultantes dessa linha de pesquisa foram divulgadas na *Revista Brasileira de Geografia*⁷, pertencente ao IBGE. Trata-se de uma sequência de trabalhos que antecede as investigações sobre a Amazônia e que serviu de base para os estudos iniciais desenvolvidos por Bertha Becker nessa região a partir da década de 1970.

⁷ No que consideramos o primeiro momento das pesquisas de Bertha Becker, foram divulgadas os seguintes textos: “O mercado carioca e o seu sistema de abastecimento” (1966a); “Expansão do mercado urbano e transformação da economia pastoril” (1966b); “As migrações internas no Brasil, reflexo de uma organização do espaço desequilibrada” (1968a); “Aplicação de índices climáticos ao nordeste do Brasil” (1968b); “Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil” (1972); “O norte do Espírito Santo, região periférica em transformação” (1973).

A obra de Bertha Becker pode ser dividida em dois momentos. O primeiro corresponde às publicações iniciais, datadas da segunda metade da década de 1960, resultantes de pesquisas realizadas na Região Sudeste, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Além da linha de investigação mencionada anteriormente, a autora passou a dedicar-se aos estudos sobre planejamento regional na década de 1970. O segundo momento refere-se à produção sobre a Amazônia, iniciada em 1974, cujos enfoques metodológicos e conceituais se modificaram ao longo do tempo, acompanhando o desenvolvimento de suas pesquisas.

São notórias, em suas obras, mudanças não apenas no que diz respeito às áreas de pesquisa, mas também às metodologias, aos métodos, aos temas e às escalas de análise. As investigações de Bertha Becker buscaram compreender as dinâmicas socioespaciais em franco processo de expansão e transformação no território brasileiro. Isso evidencia seu interesse pela inovação e pela fronteira em constante movimento, elementos que redirecionaram suas pesquisas e análises ao longo da trajetória intelectual.

No curto intervalo compreendido entre a segunda metade da década de 1960 e o início da década de 1970, já é possível observar mudanças na escala dos fenômenos investigados pela autora. Inicialmente, Becker analisou a expansão do mercado carioca como resultado do processo de transformação urbano-industrial, que exerceu forte pressão sobre as atividades agropastoris e desencadeou um novo e acelerado fluxo migratório interno, refletindo-se na organização desigual do espaço brasileiro. Os temas abordados nessa fase constituem desdobramentos da pesquisa sobre o abastecimento do Rio de Janeiro, que, do ponto de vista teórico, foi analisada sob a perspectiva do modelo de Von Thünen. Embora com algumas ressalvas, é possível identificar a influência desse modelo na referida obra.

Nos estudos sobre migração, Bertha Becker já adota uma abordagem em escala nacional, destacando o processo migratório em âmbito macroespacial e evidenciando a centralidade da Região Sudeste como o principal centro dinâmico do país, sobretudo dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, que, segundo a autora, exerciam uma função espoliadora em relação às demais regiões (Becker, 1968). Elementos presentes em seus estudos sobre a estrutura espacial do Brasil também são evidenciados nesse trabalho.

Verifica-se, portanto, uma mudança de escala e de temática na análise de processos inter-relacionados, examinados sem perder de vista seus componentes históricos e econômicos. Esse aspecto evidencia a influência de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, que se constituíram como importantes interlocutores de Bertha Becker na compreensão da formação socioeconômica brasileira e das desigualdades regionais.

Conforme a própria autora destaca,

no final da década de 1960, contudo, o Brasil mudava e meu interesse se orientava para outra direção. A pesquisa sobre a expansão da fronteira agropastoril ampliou sobremaneira minha visão sobre o Brasil. A expansão desta ampla reorganização do espaço não podia estar contida nos limites estreitos da teoria de Von Thünen. Algo mais do que as forças de mercado comandavam a organização do espaço, cujas partes eram interdependentes. Nesse momento, na busca de uma melhor explicação, deu-se o encontro com os trabalhos de John Friedmann, com os quais tive uma enorme identificação. Sua Teoria do Desenvolvimento Polarizado (T.D.P.) oferecia um quadro de referência que respondia às minhas indagações, focalizando a interdependência espacial através das relações centro-periferia e o papel do planejamento no desenvolvimento espacial. A aproximação com a política territorial e o planejamento foi um passo importante na direção da análise sobre o papel do Estado, ainda que na época esta percepção não fosse clara. Para essa clareza, contribuiu uma nova frente de ensino e pesquisa que abri (Becker, 2013, p. 60)

É nessa conjuntura que, no início da década de 1970, Bertha Becker desenvolve sua pesquisa sobre a estrutura espacial do Brasil, na qual aplica o modelo centro-periferia à realidade brasileira. Nessa obra, a autora aborda a dimensão espacial do desenvolvimento. Sob essa perspectiva, o espaço é concebido como um “sistema de regiões interdependentes e oferece contribuição valiosa para o planejamento regional” (Becker, 1972, p. 101). Tal compreensão foi fundamentada a partir da leitura da Teoria Geral dos Sistemas que, segundo a autora, constituiu uma importante contribuição para a Geografia.

Com base nesse referencial, Becker elaborou uma hierarquia da estrutura espacial brasileira, considerando a existência de centros, periferias, fronteiras e frentes pioneiras. A autora conclui que o surgimento de centros, decorrente da concentração industrial, não é sinônimo de desenvolvimento, processo que somente ocorreria mediante a atuação do Estado por meio de medidas voltadas ao planejamento. Daí a importância atribuída ao planejamento regional. Sobre essa questão, trataremos com maior detalhamento no segundo capítulo.

Bertha Becker ampliou os estudos sobre a estrutura espacial ao pesquisar o município de Pancas, no norte do Espírito Santo, em 1969, investigação que

resultou em sua tese de concurso para o cargo de Livre-Docência na Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada “O norte do Espírito Santo – região periférica em transformação”. Ao analisar esse município, considerado uma área deprimida, a autora identificou um significativo dinamismo econômico decorrente da substituição das lavouras de café pela pecuária. Tratava-se, portanto, de uma nova atividade que favoreceu a articulação direta dessa área periférica com o centro econômico, por meio da exportação de gado. Essa dinâmica representou uma retomada da economia capixaba, fortemente impactada pela crise da cafeicultura.

Assim como a autora se ancorou nos estudos sobre estrutura espacial para analisar o norte do Espírito Santo, esses mesmos referenciais também foram adotados em suas pesquisas iniciais sobre a Amazônia, sua mais nova e definitiva área de investigação. Em um primeiro momento, a região foi analisada a partir de elementos já presentes em estudos anteriores, tais como a migração, a expansão da agropecuária e o planejamento regional, temáticas que integraram a pesquisa intitulada “A Amazônia na estrutura espacial do Brasil”, publicada em 1974 na Revista Brasileira de Geografia. Esse texto passou a compor uma das mais importantes obras da geógrafa Bertha Becker, intitulada “Geopolítica da Amazônia”. As abordagens específicas acerca das pesquisas da autora sobre essa região serão desenvolvidas na segunda parte desta tese, especialmente nos capítulos três e quatro.

Até aqui, abordamos a trajetória de Bertha Becker e destacamos suas primeiras obras. Doravante, buscaremos situá-las no contexto das escolas do pensamento geográfico. Considerando a periodização adotada como referência para esta análise, composta por quatro períodos, observamos que as primeiras obras da autora foram produzidas em um contexto situado entre o final do primeiro período (1934-1960) e o início do segundo (1960-1970), caracterizados, respectivamente, pela hegemonia da Geografia francesa e pela emergência da perspectiva quantitativa. De acordo com Andrade (1977, p. 135), no contexto da Geografia Quantitativa,

evitava-se a pesquisa de campo, a observação direta e a pesquisa histórica, que necessitavam de maior emprego de tempo e provocavam o levantamento de problemas que demandavam mais estudos e reflexões para se chegar a alguma conclusão. Daí a generalização do uso de modelos matemáticos como fim e não como meio e a

formulação de modelos inflexíveis que deveriam funcionar para qualquer país, em qualquer tempo.

Sobre esse período, Bertha Becker destaca que:

em fins da década de 1960, o positivismo lógico da ‘revolução quantitativa’ contrapôs às limitações da Geografia tradicional a universidade metodológica, mas embora correto em sua crítica ao empirismo, tampouco dava conta dos processos em curso no meu entender (BECKER, 2013, p. 57).

Em nenhum desses contextos Becker se prendeu a uma única teoria ou aceitou, sem questionamentos, determinadas características presentes nas correntes do pensamento geográfico. Alguns traços da perspectiva quantitativista foram adotados por ela, a exemplo da utilização de tabelas, gráficos, esquemas e modelos, porém sempre como instrumentos de análise e não como finalidade em si mesmos. Ao mesmo tempo, não renunciou ao trabalho de campo, frequentemente relegado a segundo plano pelos adeptos dessa perspectiva, nem abandonou a abordagem histórica e reflexiva em suas pesquisas. Tampouco permitiu que a dimensão quantitativa se sobrepusesse à qualitativa, buscando articular ambas na compreensão dos fenômenos geográficos.

Uma de suas características bastante enfatizada por ela em seu memorial foi o

[...] autodidatismo experienciado como liberdade de pensamento, elaboração de reflexão própria, não me prendendo a um só paradigma, uma só corrente de pensamento, uma só teoria ou um só autor mas, pelo contrário, a eles recorrendo na justa medida das respostas e argumentos que dão às minhas indagações centrais. O preço pago por esse procedimento foi elevado. Além da insegurança, e da luta pelo reconhecimento na comunidade científica, inimigos e amigos frequentemente criticavam o meu não aprofundamento mediante vinculação a uma teoria e/ou corrente de pensamento, e ao que chamavam de meu ecletismo. Na verdade, reconheço, o “não aprofundamento” constitui para mim, uma estratégia instintiva para assegurar a liberdade de pensamento e o enfrentamento do novo e da realidade complexa, evitando a dependência a esquemas pré-estabelecidos. E hoje, o desfazer dos paradigmas que não dão conta da explicação do mundo, a negação do pré-determinado e a aceitação da diferença não atestam a sabedoria desse procedimento reconhecido por muitos como uma das regras do jogo de uma nova ciência? (Becker, 2013, p. 51-52).

Observa-se, nesse contexto, que as primeiras obras de Bertha Becker dialogam constantemente com outras áreas do conhecimento, especialmente a História e a Economia, sob distintas perspectivas teóricas e metodológicas, sem perder, contudo, o fio condutor geográfico. Do modelo de Von Thünen à Teoria

Geral dos Sistemas, passando pela aplicação do modelo centro-periferia e pela teoria do desenvolvimento polarizado em estudos realizados no contexto da Geografia Quantitativa, diferentes referenciais foram incorporados pela autora, ainda que de forma pontual e em obras específicas. Os elementos característicos desse momento foram apropriados por Bertha Becker não como um fim em si mesmos, mas como instrumentos para explicar as novas dinâmicas que se processavam no território brasileiro.

Muitos dos temas abordados nesse período surgiram tanto por interesse e iniciativa dos geógrafos e geógrafas quanto em função das demandas do Estado. Por ser uma instituição vinculada ao aparelho estatal, o IBGE era constantemente demandado a desenvolver estudos sobre temas de interesse governamental, com vistas a subsidiar estratégias e ações voltadas ao território. Além das pesquisas produzidas no âmbito da Geografia Física, ganharam destaque os estudos sobre a questão agrária, a urbanização e o planejamento regional. Ao final da década de 1960, parte significativa dos geógrafos e geógrafas vinculados ao IBGE passou a demonstrar interesse pela Geografia Teórica, incorporando novas perspectivas de análise aos estudos desenvolvidos pela instituição.

Bertha Becker sempre deixou clara a sua interlocução com o Estado⁸, o que ficou evidente a partir de sua atuação em várias instituições estatais, bem como por meio de diversas pesquisas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970, quando passou a desenvolver estudos no campo da Geografia Política e da Geopolítica. Nesse período, ela começou a analisar com maior profundidade o papel do Estado, tendo o território como sua principal categoria de análise e ancorando-se na teoria do desenvolvimento polarizado. Trata-se de uma interlocução que se deu.

a partir da participação neste processo de sua investigação in loco junto à populações afetadas, identifiquei e questionei as estratégias governamentais, denunciei suas arbitrariedades, mas sempre no sentido da necessidade de sugerir uma via de integração social e territorialmente justa. Esta interlocução, bem sei, tem sido por alguns criticada (Becker, 2013, p. 50).

A nosso ver, um dos elementos teóricos dessa interlocução foi a adoção da Teoria do Desenvolvimento Polarizado. Nesse sentido, os principais autores

⁸ Ver KAROL, Eduardo. *Geógrafos e Geografia Política-Geopolítica no Brasil*. Produção geográfica nos últimos trinta anos (1982-2012). Novas Edições Acadêmicas, São Paulo, 2014.

cujos estudos serviram como referência na questão do desenvolvimento regional eram de origem anglo-saxônica, a exemplo de John Friedmann, Gunnar Myrdal, Walter Stöhr, Albert Hirschmann, Douglas North e Brian Berry; eles tiveram importante influência em sua produção. É notório na obra dessa autora o uso de expressões anglo-saxãs (core region, backwash, spread effects, feedbacks, backward, forward, know-how), o que evidencia essa influência, além da adoção de modelos; nesse caso, ela teve a preocupação de fazer as devidas ressalvas acerca de suas aplicabilidades à realidade brasileira. Portanto, a temática do planejamento no debate geográfico foi candente no contexto do quantitativismo. A Teoria do Desenvolvimento Polarizado foi adotada pela autora até o início da década de 1980, quando ela aponta a crise do planejamento e supera a visão funcional dessa teoria “substituindo-a por uma visão dialética” (Becker, 2013, p. 67). Essa mudança se deu no contexto em que a Geografia passava por um movimento de renovação.

Inserire-se, assim, nos dois últimos períodos de nossa periodização, compreendidos entre meados da década de 1970 e o início da década de 1990. A partir desse recorte, tem início o período final, caracterizado pelo pluralismo teórico e metodológico. Na década de 1970, emerge o movimento de renovação conhecido como Geografia Radical, marcado pela incorporação do marxismo nas produções de um expressivo conjunto de geógrafos e geógrafas. Segundo Carlos (2002, p. 164),

esta tendência contrapõe-se violentamente, ao neopositivismo assumido pela Nova Geografia - ou Geografia Quantitativa. Coloca em xeque o saber geográfico e abre perspectiva para pensar a espacialidade das relações sociais. O seu maior mérito foi, sem dúvida a preocupação teórica que surge e com toda força marca o período.

Tratou-se de um período de elevada complexidade teórico-metodológica, no qual a própria concepção marxista foi apropriada a partir de distintas vertentes interpretativas, conforme assinalado por Moreira (2000, p. 34):

As temáticas do marxismo e da renovação da Geografia cruzam-se portanto neste momento. Proximidade de onde é tirada a idéia generalizada do marxismo como a base filosófica e político-ideológica da renovação. Idéia generalizada, porém falsa: há marxistas, quem passe ao largo do marxismo e mesmo anti-marxistas entre os envolvidos no processo da reformulação da geografia.

Num cenário que extrapola a Geografia brasileira, mas que repercutiu diretamente no Brasil, o marxismo foi incorporado à Geografia a partir da discussão sobre o espaço. Nesse sentido, Claval (1999, p. 9) assinala que:

O sucesso da geografia radical de inspiração marxista conduz, no início dos anos setenta, a uma estranha retórica sobre a criação do espaço; pela recusa em “naturalizar” os fatos sociais, fez-se da sociedade a realidade primeira. Ela não está mergulhada em um meio que, pelo menos em parte, a precedeu: ela o suscita e o molda. Tais posições são insustentáveis para os que se dizem materialistas. Os geógrafos marxistas que se querem coerentes, rapidamente descobrem que é preciso deixar de falar de criação de espaço. O território lhes permite salvar a cena [...].

A geógrafa Bertha Becker não foi indiferente a esse processo de renovação. Embora não tenha adotado o viés estritamente marxista, incorporou uma perspectiva dialética a partir das leituras de autores cujas obras, segundo Moreira (2000), foram consideradas seminais para o processo de renovação da Geografia, a exemplo de Yves Lacoste e Henri Lefebvre. De igual modo, debruçou-se sobre as contribuições de Gramsci e Foucault para compreender o espaço, o Estado e o poder sob a ótica da Geografia Política e da Geopolítica, campos que passam a ser definitivamente incorporados em sua produção a partir da década de 1980.

A mudança de postura teórica começa a ser evidenciada no livro *Geopolítica da Amazônia*, publicado em 1982. A obra reúne artigos oriundos de pesquisas iniciadas na década de 1970, configurando um conjunto de aproximadamente dez anos de investigações sistematizadas. Está organizada em dois momentos distintos: “o primeiro capta elementos do processo conduzido pelas políticas governamentais, e o segundo repensa a fronteira com uma visão muito mais crítica” (Becker, 2013, p. 67).

A partir desse marco, a autora inaugura uma segunda fase de sua trajetória intelectual, caracterizada pelo aprofundamento dos estudos sobre a Amazônia, com ênfase na adoção do conceito de fronteira e da categoria território. Tal inflexão teórica já se manifesta, de forma inicial, em obras como *O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo* (1982) e *A crise do Estado e a Região: a estratégia de descentralização em questão* (1984).

Nesse contexto, ela apontou

a insuficiência tanto da teoria neoclássica quanto da marxista para a análise das relações entre espaço e poder, lançando a necessidade de

reconhecer que o poder é multidimensional e de resgatar o conceito de território negligenciado pelos geógrafos que estavam, então empenhados em definir o espaço como objeto da Geografia (BECKER, 2013).

Observa-se, por parte da autora, a presença de diversos contrapontos em relação às condições que se impõem à Geografia. Enquanto o marxismo ganha centralidade, ela o refuta, argumentando que tal abordagem não responde às suas indagações; enquanto o espaço passa a ser valorizado e concebido como objeto privilegiado da Geografia, ela prioriza o território; enquanto a Geografia é concebida como ciência social, ela a compreende como ciência política; e, enquanto muitos pesquisadores fundamentam suas análises no materialismo histórico, ela adota uma perspectiva dialética.

Segundo Bruzeck (1992, p. 13), “Bertha Becker, nos últimos anos uma das representantes mais conhecidas da ‘geografia dialética’ no Brasil, está sendo frequentemente citada nos trabalhos que tratam a questão da ‘fronteira amazônica’ e abordagens semelhantes”. Nesse sentido, a autora delineia uma trajetória geográfica própria, ao adotar caminhos metodológicos voltados a evidenciar o componente político da Geografia na análise da dinâmica territorial. Do ponto de vista metodológico, sua produção é marcada por uma postura caracterizada pela “sobreposição teórica com mistura de várias matizes” (Karol, 2014, p. 144), aplicada aos estudos da Geografia Política e da Geopolítica. Sobre as tendências que influenciaram a Geografia brasileira, a autora afirma que,

independente, portanto, das novas tendências que se definiram na disciplina: a quantitativa e, a partir de 1978, a Geografia crítica marxista. Aprendi, contudo, com a primeira a dar mais valor ao rigor da investigação e, com a segunda a fortalecer a visão crítica e dialética. Para esse aprendizado crítico em que despendi longos anos, muito contribuiu a obra geográfica de David Harvey em sua rápida, porém consubstanciada passagem do positivismo lógico para o materialismo dialético. Foi, porém, mais uma vez, em obras extra-geográficas que obtive os maiores subsídios para fortalecer o meu pensamento (Becker, 2013, p. 64).

Concordamos com Carlos (2002, p. 163) ao afirmar que “uma coisa é altamente positiva na geografia brasileira: a multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas e, nessa perspectiva, o pensamento geográfico não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo”. O reconhecimento e a incorporação dessa multiplicidade possibilitaram a entrada da Geografia em uma nova fase, que se estende até o presente, caracterizada pelo pluralismo emergente após a superação da polarização ideológica. Trata-se de um pluralismo que, segundo

Scarim (2000, p. 69), se manifesta “com retornos, descobertas, recuos e novas descobertas”.

Nesse sentido, defende-se que a Geografia deve orientar-se pela perspectiva do “caminhar perguntando”, conforme o pressuposto da concepção zapatista, mantendo-se aberta à permanente problematização de seu papel enquanto ciência e do papel de seus sujeitos — geógrafos e geógrafas.

Nesse sentido, para nós, a seguinte indagação de Andrade (1977, p.141) permanece necessária:

deve a Geografia desenvolver-se para um mero devaneio intelectual dos cultores dessa ciência ou deve a Geografia desenvolver-se visando oferecer condições para a racionalização da organização do espaço brasileiro e, conseqüentemente, para oferecer uma contribuição à solução dos principais problemas que freiam o desenvolvimento da nossa sociedade? Claro que a resposta será dada por cada um, conforme as suas concepções filosóficas e os seus interesses pessoais.

Nessa direção, Martins (2016, p. 63-64) faz a seguinte consideração:

O que os profissionais de uma área do saber fazem em suas pesquisas não está orientado exclusivamente pelas transformações que o conteúdo da realidade correspondente à sua área sofre. Tais práticas e definições de pesquisa recebem também influências de conjunturas institucionais e sociais. Resumindo, o movimento da realidade nem sempre é acompanhado pela natureza das pesquisas realizadas”.

É notório que a trajetória de Bertha Becker não seguiu outra orientação senão aquela ancorada nas grandes transformações ocorridas no território brasileiro, às quais ela direcionou seus estudos e pesquisas, inicialmente na região Sudeste, no Nordeste e, sobretudo, na Amazônia. O período compreendido entre a segunda metade da década de 1970 e toda a década de 1980 constitui-se como um dos mais profícuos de sua carreira, marcado pelo desenvolvimento de importantes estudos sobre a Amazônia, seu principal eixo empírico. Esses trabalhos consolidaram sua trajetória intelectual, tendo a fronteira como conceito central e o território como categoria privilegiada, ainda que tenha incorporado novas perspectivas ao longo da década de 1990 e da primeira década do século XXI.

No que se refere às reflexões sobre a periodização da geografia brasileira e a produção de determinados geógrafos, Bertha Becker é mencionada em alguns trabalhos dessa natureza, a exemplo de Carlos (2002), que destaca os estudos sobre a Amazônia no contexto da globalização e a forma como a região se integra à economia mundial; de Andrade (1977), ao enfatizar a aplicação do

modelo centro-periferia ao espaço brasileiro; e de Moreira (2021), que salientou a importância da obra *Geopolítica da Amazônia* pela presença de elementos que se inserem em uma teoria sobre o Brasil. Tais referências a aspectos da obra da autora evidenciam a relevância de seu pensamento para a geografia brasileira.

1.3 O interesse pela geografia política e pela geopolítica

Durante sua atuação como professora no Instituto Rio Branco, órgão responsável pela formação de diplomatas e vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, a geógrafa Bertha Becker teve contato com a Geografia Política e a Geopolítica. Em 1967, um ano após seu ingresso na instituição, o curso passou por uma reformulação, na qual Becker colaborou com a implantação da disciplina de Geografia Política. Nesse contexto, conforme relata em seu memorial,

Mergulhei na Geografia Política Clássica, que não me satisfaz, e recorri às hipóteses geopolíticas e geoestratégicas sobre as relações entre Estados, tomando pela primeira vez contato com obras clássicas de grandes geógrafos como F. Ratzel, H. Mackinder e J. Gottmann pouco ou nada referidos nos cursos universitários. Era o primeiro passo na opção pela Geografia Política, cujo estudo e programa aprimorei com a teoria do Desenvolvimento Polarizado (Becker, 2012, p. 61).

Antes dessa imersão, Becker teve contato com as obras de Geopolítica produzidas por Mário Travassos, Golbery e Meira Matos, militares destacados nesse campo. Todavia, em entrevista à *Revista Espaço Aberto*⁹, ela considera que a geopolítica concebida por Golbery estava ultrapassada. De modo geral, essa visão se estende aos trabalhos dos militares citados, cuja produção possui ideias e formulações em comum.

A despeito de tal posição, é notável que a autora não apenas teve acesso às obras dos referidos militares, como também as utilizou pontualmente como referência, sobretudo as dos dois últimos, cujas ideias fundamentaram o chamado “projeto geopolítico da modernidade que consistiu num conjunto de medidas com vistas ao desenvolvimento econômico, uma grande manobra geopolítica para integração e segurança do território” (BECKER, 2012, p. 137). A Amazônia constituiu o grande laboratório em que essas manobras foram

⁹ BECKER, Bertha K.; DA SILVA, Jorge Xavier. Entrevista realizada com os professores: Bertha Koiffmann Becker em 20/03/2012 e Jorge Xavier da Silva em 25/03/2012. *Espaço Aberto*, v. 2, n. 1, p. 151-158, 2012.

desenvolvidas, processo que a autora analisou de maneira apropriada e que será discutido mais adiante.

Théry e Silva (2017, p. 1-2), ao destacarem o papel dos militares nos escritos sobre Geopolítica no Brasil, afirmam, contudo, que “hoje, por exemplo, a geopolítica brasileira se “civilizou” (no sentido etimológico do termo), ao passar de um ‘conhecimento’ eminentemente militar aos civis [...] e revelou-se produtora de uma série de textos em múltiplos caminhos, tendências e escalas”.

O processo de “civilização” da geopolítica no Brasil ocorreu a partir da década de 1970 e contou com importante contribuição de Bertha Becker, cujas abordagens possibilitaram uma renovação teórica, metodológica e temática nesse campo. Ao contribuir para o retorno dessas discussões, a autora não apenas resgata esse campo de estudos, mas também inova em suas abordagens, ao salientar que,

ultrapassada a fase dos estudos geopolíticos dos engenheiros-geógrafos e/ou militares que caracterizou as primeiras décadas do século, na Geografia, somente contribuíram para esse conhecimento Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro, segundo uma concepção convencional. O resgate da dimensão política para a Geografia no Brasil, por mim iniciado nos anos 1960, se fez de forma original; ao contrário de enfatizar as relações agressivas entre Estados a partir de determinações geográficas, teve seu foco na instrumentação do território pelo Estado como forma de rápida e conservadora modernização, isto é, na dimensão territorial do desenvolvimentismo. A este foco se acrescentou a análise das práticas de resistência dos grupos dominados, e hoje, a Geopolítica do Brasil na nova conjuntura mundial (BECKER, 2013, p. 53-54).

Ao analisar a produção em Geografia Política e Geopolítica no período de 1982 a 2012, Karol (2014) afirma que Bertha Becker foi a geógrafa que mais produziu nesse campo. Destacamos três publicações que, a nosso ver, marcaram seus posicionamentos iniciais no sentido de pensar a Geopolítica e a Geografia Política sob outra perspectiva. São elas: “Geopolítica da Amazônia – a nova fronteira de recursos” (1982), “O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo” (1983) e “A Geografia e o resgate da Geopolítica” (1988).

Nessas obras, que se complementam teoricamente, a autora desenvolve uma perspectiva que rompe com os enfoques tradicionais dos citados campos, pois

valoriza potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder. Poder multidimensional,

derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais” (BECKER, 2012 p.119).

No último capítulo da obra “Geopolítica da Amazônia”, a autora apresenta duas razões que limitaram a análise das relações entre espaço e processos políticos. Primeiramente, destaca a unidimensionalidade do poder do Estado, o que restringiu a análise espacial ao âmbito da fronteira. Em segundo lugar, enfatiza a imprecisão acerca do papel do espaço nas relações homem-meio, mais precisamente no determinismo geográfico (Becker, 2015a), segundo o qual o Estado é produto do meio físico.

Essas limitações são superadas a partir de uma releitura do espaço, que passa a ser entendido como produtor e produto das relações sociais, e de uma releitura do Estado, que deixa de ser concebido como a única fonte de poder. Reconhece-se, assim, a existência de outras dimensões do poder que atuam em múltiplas escalas.

Do ponto de vista metodológico, a autora enfatiza que as relações entre espaço e sociedade devem ser analisadas à luz da temporalidade e das múltiplas escalas. Desse modo, ela afirma que “a articulação entre diferentes fenômenos em diferentes escalas pode captar diferentes facetas da realidade complexa, favorecendo a identificação dos diversos poderes. Sua estratégia para controle do espaço e seus conflitos” (BECKER, 2015a, p. 237).

De posse dessa leitura, a autora analisa empiricamente o papel geopolítico do Estado no processo de ocupação da Amazônia, a partir das políticas desenvolvimentistas, enfocando como esse ator se utiliza da mobilidade da força de trabalho e do acesso à terra como estratégias de ocupação, com vistas a beneficiar a reprodução do capital pela grande empresa, sem, contudo, garantir aos trabalhadores a propriedade da terra.

Trata-se, portanto, da instrumentalização do espaço, em que é patente a mudança de escala, que passa dos níveis local e regional para os níveis inter-regional e nacional. Diante disso, os conflitos entre os atores sociais presentes na região e o Estado, bem como os setores por ele beneficiados, tornam-se inevitáveis.

Citamos aqui um breve exemplo desse processo teórico e de sua articulação com o plano empírico. Muitos outros cenários foram analisados pela

autora nesse âmbito ao longo de sua obra e serão abordados nos próximos capítulos.

A autora aprofunda ainda o debate teórico acerca da multidimensionalidade do Estado e da recuperação da dimensão política da Geografia a partir da definição da temática da Geografia Política para a Conferência Regional Latino-Americana promovida pela Comissão Nacional do Brasil da UGI, em 1982.

No âmbito desse evento, foi promovido um simpósio sobre o uso político do território. Essa atividade culminou na realização de um seminário sobre espaço e política no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os debates oriundos desse seminário resultaram na publicação do livro intitulado *Abordagens políticas da espacialidade* (1983), organizado por Bertha Becker, Rogério Haesbaert e Carmen Beatriz da Silva. A obra reuniu textos de Bertha Becker, Edward Soja, Arie Shachar, Walter Stöhr e Miguel Morales.

No capítulo intitulado “O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo”, Bertha Becker versa sobre as abordagens funcionalista neoclássica e marxista nas análises da relação entre espaço e poder. A primeira concebe o Estado como a única fonte de poder; já na segunda, o Estado é reificado. Por essas razões, a autora alega que tais correntes apresentam fragilidades na análise do espaço e carecem de uma teoria consistente sobre o Estado.

Segundo Becker, após a Segunda Guerra Mundial, estabelece-se uma nova geopolítica, na qual o conceito de limites territoriais é enfraquecido em razão da forma como se estruturaram os blocos durante a Guerra Fria. A partir de então, com o avanço tecnológico, o espaço passa a ser valorizado em detrimento do território. “Em face a essa conjuntura, o poder do Estado num plano interno se acentua: ele é o mediador entre os interesses nacionais e o espaço nacional” (Becker, 1983, p. 4).

No plano científico, esse processo é traduzido na unidimensionalidade do poder concentrado no Estado, que perde parte de seu caráter de Estado-nação, mas mantém-se como um forte componente político-governamental, detentor do controle da produção e do uso do território nacional.

A partir do momento em que o Estado deixa de ser a única fonte de poder, passam a ser verificadas contradições, além de indefinições quanto aos limites do poder do Estado e das empresas públicas e privadas. “Com o poder crescente das empresas privadas e do Estado, subverte a atual organização política do espaço e os conceitos estabelecidos sobre o papel do espaço nessa organização” (BECKER, 1983, p. 15).

Os efeitos desse processo repercutem nos níveis nacional e local, com a ocorrência de tensões entre os grupos sociais e o bloco de poder. Diante desse quadro, a autora salienta que as tendências neoclássica e marxista apresentavam visões paradoxais acerca da superação dessas contradições. Enquanto os neoclássicos defendiam a descentralização das decisões, os marxistas preconizavam o fortalecimento do poder do Estado como forma de conter o avanço do controle exercido pelas empresas públicas e privadas.

A partir dessa abordagem, Bertha Becker lança questionamentos acerca da natureza do Estado no século XXI, da relação entre regionalismo e regionalização e da capacidade da dimensão do espaço vivido de estabelecer diálogo com o Estado a ponto de efetivar a multidimensionalidade do poder, dentre outras indagações acompanhadas de proposições de pesquisas necessárias à compreensão desse processo. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a autora desenvolveu diversas pesquisas nesse âmbito.

Na obra *A Geografia e o resgate da Geopolítica* (1988), a autora amplia o debate ao enfatizar a concepção da Geografia como uma ciência política, alegando que esse componente remonta aos primórdios da disciplina. Todavia, ela frisa que “nem a Geografia Política nem a Geopolítica conseguiram satisfatoriamente explicitar a dimensão política do espaço, o que certamente imobilizou a reflexão da própria Geografia” (BECKER, 2012b, p. 117).

Por conseguinte, a autora faz uma releitura de Ratzel, destacando que esse autor foi um dos poucos a assimilar o valor estratégico do espaço e da Geografia, o que ensejou a gênese de um ambiente epistemológico para essa ciência. Enquanto alguns exacerbaram os preceitos do geógrafo alemão, outros os negaram. Tal negação significou, no entendimento da autora, a recusa das próprias raízes da Geografia, impossibilitando seu processo de teorização.

Dessa forma, Bertha Becker buscou um ponto de equilíbrio na obra de Ratzel, tomando-a como contribuição para ressignificar uma leitura

historicamente negligenciada e, a partir dela, formular um entendimento da Geopolítica no desenvolvimento de sua prática estratégica, cuja devida teorização caberia à ciência geográfica (Becker, 2012b).

A autora ressalta, ainda, que a retomada dos estudos de Geografia Política e Geopolítica, na década de 1970, foi marcada por duas importantes contribuições. Entre elas, destaca-se a de Lacoste,

que privilegia a Geopolítica e o potencial político do espaço; sua proposta, contudo, é mais metodológica do que teórica. A de geógrafos neomarxistas, que, por sua vez, privilegiam a teorização da Geografia Política à luz do materialismo histórico, mas reduzem o Estado e o espaço a meras derivações do econômico; é o determinismo econômico e, mais uma vez, uma concepção naturalizada e unidimensional do poder (Becker, 2012b, p. 118).

Seguindo uma perspectiva crítica e questionadora, a autora evidencia as limitações das abordagens anteriormente mencionadas e explicita a concepção de Geopolítica que pretende resgatar.

A Geopolítica que queremos resgatar é a do reconhecimento sem fetichização da potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder. Poder multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais. Espaço, dimensão material, constituinte das relações sociais e, por isso mesmo, sendo, em si, um poder. A tentativa desse resgate é aqui apresentada em questões que constituem a nossa prática atual de pesquisa, sem a menor pretensão de esgotá-las (BECKER, 2012, p. 119).

Esse processo de resgate proposto pela autora é abordado na obra sob uma perspectiva dialética. Nesse sentido, o objeto de estudo não se apresenta como algo dado, mas como um processo em construção. A análise desenvolve-se a partir do olhar crítico da autora, tendo como base o diagnóstico da relação entre geopolítica, ciência e tecnologia, as diferentes estruturas de poder e as práticas dos movimentos sociais em múltiplas escalas, no contexto da atuação do Estado brasileiro sob a égide da ditadura.

Ao adotar a Geopolítica e Geografia Política, a autora aprofundou suas pesquisas, alternando entre um campo e outro; ancorou-se no território como categoria central e no conceito de fronteira; também estabeleceu uma rica articulação analítica da dinâmica socioespacial da Amazônia, região que ela elegeu como foco definitivo das suas investigações a partir da década de 1970. Período que marcou profundamente sua carreira, foi caracterizado por mudanças no campo teórico, metodológico, temático e conjuntural, o que direcionou a autora para uma nova frente de atuação em órgãos governamentais

e outras instituições ligadas a organismos internacionais detentores de poder de decisão. Desse modo, ela passou atuar por meio de consultorias voltadas para as questões ambientais no Brasil e na Amazônia, o que ela caracterizou como a prática de uma nova geopolítica.

Bertha Becker carrega, ao longo de sua carreira, uma série de paralelismos. Há o paralelismo entre a Geopolítica e a Geografia Política e o paralelismo conceitual, seja ele o território, a região ou a fronteira, articulados a partir de pesquisas cuja grande temática foi a Amazônia. Esse tema contribuiu para a produção de um arcabouço epistemológico que, por sua vez, contribuiu para novos estudos sobre a região. Tem-se aí uma relação dialética, na qual o objeto fornece elementos para os estudos empíricos, e estes contribuem para sua compreensão. Quanto mais estudou a Amazônia, mais ampliou seu cabedal teórico e, ao fazê-lo, reuniu condições para explicar melhor as dinâmicas dessa importante região, escolhida como seu temário e área de pesquisa, constituindo, portanto, um grande laboratório para a análise de diferentes cenários geopolíticos.

1.4 o interesse pela Amazônia

O vínculo de Bertha Becker com o IRB (Instituto Rio Branco) influenciou seu redirecionamento intelectual e a definição tanto de seu campo de estudos, ao adotar definitivamente a Geografia Política e a Geopolítica, quanto dos rumos de sua agenda de pesquisa. Nessa fase, ela passa a direcionar seu interesse para a Amazônia, inicialmente investigando a expansão agropecuária, compreendida a partir da Teoria do Desenvolvimento Polarizado, processo que já havia pesquisado anteriormente na Região Sudeste.

Conforme a autora enfatiza, seu contato inicial com a Amazônia ocorreu na seguinte circunstância:

Mas a pedra de toque que desencadeou a linha de pesquisa sobre a Amazônia foi a viagem de estudos que realizei com os alunos do I.R.B. Viagem que correspondeu à minha insistente sugestão aos diretores do Curso, tendo em vista a necessidade de colocar os futuros diplomatas em contato mais direto com a realidade do país. Em 1973, finalmente, a direção, promoveu o “Projeto Cisne” com vistas à observação da fronteira Brasil-Bolívia, e me convidou para dela participar. Empenhei-me com os alunos na preparação da viagem, inclusive na preparação de questionários para captar as relações centro-periferia, meta frustrada

pela interferência do Projeto Rondon que estabeleceria o seu próprio programa, mas que não impediu o meu encontro com a fronteira. Foi fantástico o impacto dessa viagem por Corumbá, Cáceres, Guajará Mirim (brasileira e boliviana), Porto Velho, Rio Branco e Manaus, onde tive contato com a magnitude da natureza, as rápidas volumosas e amplas correntes migratórias que resultavam no inchamento da velha cidade de Cáceres ou se dirigiam para Rondônia via Vilhena, e com a estratégia do governo federal para a ocupação da região e para articulação do território [...] (Becker, 2013, p. 66)

Esse contato inicial proporcionou a realização de suas primeiras pesquisas na Amazônia, a exemplo das publicações intituladas “A Amazônia na estrutura espacial do Brasil” (1974), “Geopolítica da Amazônia” (1982), “Os desertados da terra – migrações e conflitos na Amazônia” (1986) e “A fronteira em fins do século XX – oito proposições para um debate sobre a Amazônia” (1987), apenas para citar algumas publicações sobre essa região divulgadas em artigos, livros e capítulos de livros.

A autora destaca cinco contribuições ao longo de suas interpretações iniciais sobre a Amazônia. A primeira diz respeito à abordagem da dimensão geopolítica em contraposição à visão predominantemente econômica. Na segunda, destaca a releitura da fronteira, que passa a ser entendida “como vanguarda, espaço onde se sucedem rapidamente inovações dirigidas pela estratégia estatal construindo uma fronteira de recursos nacional e mundial” (Becker, 2013, p. 67-68).

A terceira contribuição refere-se à negação da fronteira como locus do campesinato, em face do processo migratório que acaba por descaracterizar esse grupo. A quarta consiste na compreensão de que a Amazônia, antes de ser uma fronteira agrícola, constitui uma fronteira urbana. Por fim, a quinta contribuição corresponde à leitura de que, embora perverso, o processo de ocupação transfigurou a face da região.

A autora constrói sua interpretação da Amazônia articulando-a às dinâmicas nacional e mundial sob a égide da globalização. Internamente, observa os fenômenos socioespaciais nas escalas local, microrregional e macrorregional.

Ao longo de sua trajetória intelectual, Bertha Becker articulou de forma consistente o teórico e o empírico na busca por compreender a dinâmica socioespacial da Amazônia. Para tanto, desenvolveu tanto estudos de caso quanto análises em macroescala, examinando diferentes processos que

conformaram a organização do espaço regional. Entre esses processos, destacam-se os projetos de desenvolvimento que impulsionaram a expansão da fronteira, a expansão agropecuária, os conflitos dela decorrentes, a urbanização, as redes de circulação e comunicação, o avanço das relações capitalistas, as formas de uso da terra e a emergência de diversos movimentos sociais.

A partir da década de 1990, suas investigações passaram a incorporar, de maneira mais sistemática, temas relacionados à ciência e à tecnologia, ao desenvolvimento sustentável, aos impactos ambientais e às políticas públicas. Tais questões assumiram crescente centralidade em sua produção intelectual, permanecendo presentes até suas últimas obras e contribuindo para ampliar o escopo analítico de suas interpretações sobre a Amazônia.

Na virada do século XXI, Bertha Becker passou a enfatizar elementos que considerava fundamentais para a superação de problemas estruturais da Amazônia. Nesse contexto, atribuiu à ciência e à tecnologia um papel estratégico na promoção de transformações capazes de impulsionar um novo modelo de desenvolvimento para a região. Tal modelo deveria conciliar crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade, incorporando os conhecimentos produzidos pelas populações locais e valorizando suas experiências históricas no uso dos recursos naturais.

Nessa perspectiva, a autora defendia que

é hora da ciência e tecnologia nacionais tornarem-se um autor-chave na Amazônia e no Brasil, reforçando o seu empenho em colaborar na solução de conflitos que afetam a região e concebendo um processo de desenvolvimento que melhore as condições de vida da sua população utilizando sem destruir, a riqueza do patrimônio natural (Becker, 2015, p. 320).

As transformações preconizadas pela autora passam, necessariamente, pela formulação e implementação de políticas públicas. Não, porém, nos moldes das políticas conduzidas pelo governo autoritário, mas a partir de processos construídos de baixo para cima, com ampla participação dos diferentes sujeitos sociais envolvidos. Nessa perspectiva, as estratégias de intervenção devem considerar a heterogeneidade da região e reconhecer a relevância dos diversos atores que compõem a complexa e plural realidade amazônica.

A proposta do macrozoneamento, um dos principais legados de Bertha Becker para a Amazônia, constitui um exemplo de instrumento voltado à

otimização do uso do território, mediante o reconhecimento das especificidades socioambientais das diferentes sub-regiões. Trata-se de uma proposta fundamentada na gestão territorial e orientada para a compatibilização entre desenvolvimento, conservação ambiental e inclusão social.

Nesse processo, a dimensão geopolítica assume papel central, uma vez que o poder local é concebido pela autora como elemento estruturante das estratégias de ordenamento territorial. Por essa razão, os conceitos de território e territorialidade tornam-se fundamentais para a operacionalização desse instrumento e para a compreensão das múltiplas relações de poder que se manifestam no espaço amazônico.

O enfoque sobre as cidades constitui um dos diversos elementos que podem ser extraídos da vasta produção de Bertha Becker sobre a Amazônia. Trata-se de uma temática que não poderia deixar de receber a devida atenção, uma vez que as transformações ocorridas na região resultaram, em grande medida, das ações do Estado, muitas das quais foram marcadas por equívocos e contradições.

Tais ações tiveram impacto direto tanto no surgimento de novas cidades quanto no expressivo crescimento dos centros urbanos já existentes. Esse processo alterou significativamente a configuração regional, levando a autora a caracterizar a Amazônia como uma “floresta urbanizada”. Nessa perspectiva, as cidades amazônicas não podem ser compreendidas como mero resultado das ações governamentais. Ao contrário, constituíram uma das principais bases de sustentação do processo de ocupação e reorganização espacial da região.

As últimas pesquisas de Bertha Becker voltaram-se para a temática urbana na Amazônia, culminando em sua obra derradeira, *Urbe amazônica – a floresta e a cidade* (2013). O futuro concebido pela autora para a região passa, necessariamente, pelas cidades. Se, em momentos anteriores, elas não reuniam as condições necessárias para impulsionar o desenvolvimento regional, conforme demonstrado em suas pesquisas, “hoje cabe às cidades anteciparem o novo padrão de desenvolvimento regional, baseado na combinação do uso não predatório do patrimônio natural com serviços tecnologicamente avançados nelas sediados para conexão inter-regional e internacional” (Becker, 2015b, p. 203).

A efetivação desse novo padrão de desenvolvimento exige que o Estado considere os interesses e as demandas dos povos da Amazônia, historicamente negligenciados e, em muitos casos, diretamente afetados pelas políticas implementadas no contexto dos grandes projetos de ocupação e integração regional. Por outro lado, esse processo também favoreceu a emergência de diversos movimentos sociais que passaram a atuar de forma cada vez mais ativa na defesa de direitos e na reivindicação de participação nos processos decisórios relacionados à formulação e implementação de políticas públicas.

Nesse contexto, as cidades assumem papel estratégico, constituindo espaços privilegiados de articulação política, mobilização social e construção de alternativas para o desenvolvimento regional. Assim, se no passado elas desempenharam função central na implementação das políticas de ocupação da Amazônia, no presente e no futuro projetado por Bertha Becker continuam sendo fundamentais para a construção de novos caminhos de desenvolvimento para a região.

Destacamos, neste tópico, alguns aspectos dos estudos desenvolvidos pela geógrafa Bertha Becker sobre a Amazônia, região que despertou seu interesse não apenas no âmbito acadêmico, ao longo de mais de quatro décadas de investigação, mas que também se constituiu em uma verdadeira paixão intelectual. Tal envolvimento levou a autora a formular diversas interpretações, proposições e projeções para o futuro da região, sempre considerando suas potencialidades naturais, culturais e socioeconômicas.

Entre as ideias defendidas por Becker, destacam-se o aproveitamento da floresta em pé, o desenvolvimento de serviços ecossistêmicos, o estímulo à indústria criativa e a perspectiva de transformação de Manaus em um centro de referência para a valoração e negociação de serviços ambientais. Essas e outras proposições evidenciam o esforço da autora em pensar alternativas de desenvolvimento capazes de conciliar crescimento econômico, conservação ambiental e inclusão social. Tais questões serão analisadas com maior profundidade na segunda parte desta tese.

2. CONCEITOS: TERRITÓRIO, REGIÃO E FRONTEIRA

Segundo Hattner (1974, p. 9), “os conceitos pelos quais nós pensamos, analisamos e formulamos proposições não são neutros e rigorosos cientificamente, mas sim, carregados de valores e frequentemente indicativos, mais ou menos abertamente, de inclinações ideológicas”. Bernardes (2011, p. 171) salienta que

os conceitos indicam as existências, o estar dos fenômenos. Elas são definidas tendo em vista o método e a doutrina utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, assim como, principalmente, a perspectiva de mundo desenvolvida, que é uma forte indicação da postura do pesquisador.

No caso dos conceitos geográficos, considerando que eles incorporam múltiplas acepções construídas ao longo do tempo, é importante compreender quais entendimentos são adotados pelo pesquisador em suas investigações, em determinado contexto histórico. Afinal, “eles convidam à discussão de ângulos específicos e, por isso, serão bem ou mal escolhidos, dependendo dos objetivos enunciados e pretendidos pela pesquisa” (Gomes, 2020, p. 155).

Além disso, é mister considerar a perspectiva teórica a partir da qual o conceito é mobilizado, de modo a captar com maior precisão a leitura e a análise da realidade investigada. Bernardes (2011, p. 172) salienta ainda que as

categorias e conceitos, que, muitas vezes, são considerados inerentes a certa ciência, são desenvolvidos pelas contradições das discussões internas e externas a esta. A história de certa ciência indica teorias e métodos, categorias e conceitos fundamentais para o entendimento da realidade, conforme o período histórico em que são desenvolvidos, mas, principalmente, indica certo paradigma de pesquisa dominante. É nesse entrevero que as categorias e os conceitos ganham relevância, pois possuem um valor histórico como instrumentais teóricos para o entendimento da realidade, mas, quando isolados do seu corpo teórico, podem perder todo o seu sentido.

Sobre o uso dos conceitos pela geógrafa Bertha Becker, Davidovich (2013, p. 538) considera que essa autora “[...] foi antropofágica no consumo do conceito. Ela frequentemente os desconstruía para depois reconstruí-los e adequá-los melhor à realidade em estudo”. Nessa perspectiva, Gomes (2020, p. 161) afirma que é “no momento que um conceito muda de sentido que ele tem mais sentido”.

A nosso ver, uma característica marcante da autora reside no fato de que, embora detivesse amplo domínio teórico sobre determinados conceitos e

temáticas, não se verificam em suas obras extensas digressões estritamente teóricas. Ao contrário, teoria e empiria são articuladas de modo indissociável para expressar seu pensamento a partir de “uma concepção histórico-crítica e relacional-reticular” (SAQUET; CICHOSKI, 2012, p. 16). É na análise da realidade empírica que o referencial teórico se manifesta de forma sutil e meticulosa, mas, ao mesmo tempo, metodologicamente rigorosa, em consonância com os objetivos e as intenções analíticas da autora.

A década de 1980 representa um marco na trajetória intelectual de Bertha Becker, não apenas pelo expressivo volume de sua produção acadêmica, como já destacado, mas também pelo fato de seus trabalhos passarem a evidenciar, de forma mais clara e sistemática, a adoção de determinados conceitos geográficos e a consolidação de sua interlocução com a Geografia Política e a Geopolítica.

Nesse contexto, a autora passou a mobilizar conceitos como instrumentos teórico-metodológicos fundamentais para a interpretação da dinâmica socioespacial brasileira, sobretudo da Amazônia. Tais conceitos desempenham papel central em suas análises, orientando a compreensão dos processos de organização, apropriação e transformação do espaço. Desse modo, abordaremos os três conceitos geográficos mais recorrentes em sua obra: território, região e fronteira.

2.1. Território

Ao assumir a Geografia Política e a Geopolítica como campos centrais de investigação, Bertha Becker incorpora o conceito de território como uma categoria analítica prioritária, em virtude de seu caráter fundacional para esses campos, conforme assinala Cox (2021). Tratando-se de um conceito que permaneceu, durante longo período, relativamente marginalizado no âmbito da Geografia, a autora busca resgatá-lo em um contexto no qual o espaço havia se tornado predominante, em razão de sua ampla adoção como objeto central da análise geográfica.

Sobre essa questão, Claval (1999, p. 7) destaca que

os geógrafos dos anos sessenta atribuíram tudo ao espaço. Hoje em dia, eles falam mais comumente de território. Essa mudança reflete em parte os debates epistemológicos internos à geografia. Ela é,

sobretudo, testemunha de uma profunda transformação do mundo, e de uma mutação correlata das maneiras de compreendê-lo.

Bertha Becker promove um resgate do conceito de território ao enfatizar seu potencial político e associá-lo ao Estado-nação. Para tanto, toma como referência as formulações de Raffestin (1980), especialmente no que se refere à multidimensionalidade do poder e ao uso político do território. Diferentemente desse autor, contudo, Becker aborda o território sem dissociá-lo do espaço, buscando compreender a articulação entre essas duas categorias na análise das dinâmicas socioespaciais.

Desse modo, ao mesmo tempo em que contribui para o resgate da Geopolítica, a autora também reafirma a centralidade do conceito de território como categoria fundante desse campo de estudos. Para ela, “resgatar não significa negar, e sim reler criticamente, aceitando o que se considera uma contribuição e descartando o que se considera inaceitável” (Becker, 1988, p. 119).

Esse movimento de assimilação de determinadas concepções e de refutação de outras, orientado pela busca de respostas a questões teórico-metodológicas, políticas e ideológicas específicas, constituiu uma constante ao longo de sua trajetória intelectual.

É na publicação “O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo” (1983) que Bertha Becker delineia uma abordagem desse conceito, no sentido de afirmar seu resgate no âmbito da Geografia. O território aparece já no título da obra e adquire centralidade a partir do debate sobre o papel político e social do espaço.

A partir de uma concepção materialista, o território deixa de ser concebido como mero reflexo da sociedade e passa a ser entendido como produtor e produto das relações sociais. Nesse cenário, o território ganha relevância

não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto “produzido” pela prática social e também um produto “consumido”, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social (Becker 1983, p. 8).

Observa-se, no enfoque da autora, a articulação entre espaço e território. Diferentemente de Raffestin, que “problematiza sua argumentação em favor da multidimensionalidade do poder, do território e da territorialidade, em vez de centrar sua abordagem no conceito de espaço geográfico” (Saquet, 2020, p. 70),

Bertha Becker analisa a multidimensionalidade a partir da relação entre espaço e território.

Isso se evidencia quando a autora afirma que “face a multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera a noção de território. Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais” (Becker, 1983, p. 7). Para a autora, nessas condições, recupera-se a “tradição da prática estratégica em Geografia, entendendo-se o espaço como poder” (Becker, 1983, p. 7).

Outra diferença em relação a Raffestin reside no fato de que este concebe o espaço como uma categoria abstrata, enquanto Becker o compreende como espaço concreto, considerando a questão do recorte socioespacial.

Sobre o recorte espacial, Moreira (2007, p. 80), ao tratar da relação entre espaço e território, enfatiza a importância do recorte para esclarecer que “com o recorte, nasce o território. O recorte espacial é o princípio do conceito de território: o recorte qualificado por seu sujeito (corpo). Qualificado como domínio do seu sujeito – o sujeito do recortamento –, cada pedaço do espaço é um território” (Moreira, 2007, p. 80). A nosso ver, Bertha Becker segue essa linha de argumentação ao considerar que o território adquire centralidade a partir da valorização do espaço, evidenciando, assim, a importância da dimensão teórica dessa relação.

No que diz respeito a questão do poder, Gomes (2000, p. 156) chama atenção para o fato de que

é necessário deixar claro que nem todos os tipos de poder têm como sustentação uma base espacial. O conceito de território se estende apenas sobre aquele campo no qual o poder é conquistado, exercido e mantido em virtude do controle de um espaço – é exatamente por essa via que se define um território.

O autor salienta, ainda, que, no debate sobre as relações entre território e poder, dois equívocos são recorrentes. O primeiro consiste em não explicitar qual tipo de poder está sendo considerado à luz do conceito de território. O segundo refere-se à tendência de supor que toda e qualquer forma de poder discutida na Geografia pode ser plenamente abarcada por esse conceito.

Santos (2007, p. 13) assinala que “o território é o lugar em que todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde toda a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

Nessa perspectiva, toda manifestação de poder se inscreve no território, configurando uma concepção que diverge daquela apresentada por Gomes.

Ao tratar da questão do poder na análise do território, Bertha Becker demarca claramente o tipo de poder a partir do qual o território é discutido. Trata-se do poder político e econômico exercido pelo Estado, pelas forças do mercado e pelos diferentes grupos sociais que disputam o poder em distintas escalas. Sustenta ainda que

No momento em que se retorna à análise das relações de poder, e se focaliza a prática espacial, o território volta ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes stores sociais, manifestações do poder sobre cada uma área precisa. O território é um produto “produzido” pela prática social e também produto “consumido” vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social.

O processo de produção do território é determinado pela infraestrutura econômica, mas regulado pelo jogo político. Implica na apropriação desse espaço pelo ator que então territorializa esse espaço. Implica também na noção de limite: a forma do território e a malha territorial são manifestações e relações de poder. (Becker, 1983, p. 7-8, grifo da autora).

Becker (1988) salienta que o poder é impossível de ser definido, pois ele não é uma coisa; sua constituição se apresenta nas relações sociais, sendo possível apenas detectar suas manifestações em estratégias e mecanismos que variam de acordo com as formas históricas de governar. Contudo, para ela, o poder é “[...] entendido como a capacidade de uma unidade política básica de alterar o comportamento de outra no sentido de fazê-la comportar-se de acordo com o seu interesse” (Becker, 1995, p. 273). O referido conceito caracteriza um dos principais atributos do Estado e expressa as dimensões militar, ideológica e econômica que se manifestam no espaço. Desse modo, a autora considera que o espaço possui potencialidade política e social, o que evidencia a relação deste com o poder. Com base nesse entendimento, ela sustentou a ideia do resgate da dimensão política da Geografia, direcionando seus estudos sobre essa questão via Geografia Política e Geopolítica a partir da década de 1970.

A proposta de resgate desenvolvida pela autora teve como base sistemáticas pesquisas por ela realizadas, que deram conta de analisar as transformações na sociedade contemporânea em nível mundial. Tais transformações foram fortemente marcadas pela internacionalização da economia capitalista, sob o comando das corporações, em um contexto de globalização, processo viabilizado pelo avanço da tecnologia. Esse fator foi

determinante na descentralização das corporações no âmbito internacional e alterou substancialmente o jogo do poder. Elas passaram a competir com os Estados nacionais, sobretudo nos países subdesenvolvidos, reduzindo, assim, o seu poder de decisão e, conseqüentemente, desencadeando uma série de contradições e conflitos entre diferentes atores sociais e escalas.

Diante desse cenário, a autora questiona como os grupos sociais podem efetivamente pôr em prática a multidimensionalidade do poder, uma vez que são afetados pelo jogo de poder entre o Estado e as empresas. Isso cria

um descompasso entre o econômico e o social [que] acumula problemas estruturais sem que os governos disponham de referenciais para a ação, gerando crise econômica e tensões sociais, ao nível local que também enfraquecem o governo (Becker, 1983, p. 13).

Nesse processo, diferentes grupos sociais são afetados, pois se intensificam as lutas de classes, o que altera a organização política do espaço.

Sob a ótica da Geopolítica e da Geografia Política, a autora buscou estabelecer as interconexões entre as transformações globais na sociedade contemporânea e a realidade brasileira, sobretudo no espaço amazônico. A partir daí, ela propõe o resgate da Geopolítica, o que ensejou considerar, nos estudos desse campo, as relações entre ciência e tecnologia e as estruturas de poder, bem como os movimentos sociais e suas práticas em diferentes escalas. “A questão tecnológica é a questão crucial e o enigma de nosso tempo. A Geopolítica torna-se incompreensível sem a consideração da moldagem do planeta pelo vetor científico-tecnológico moderno [...]” (Becker, 2012, p. 124). Nessa abordagem, além do conceito de território, discutem-se a territorialidade e a gestão do território, entendidos como faces conflitivas de um só processo de organização do espaço (Becker, 2012).

Tendo como referência as leituras de Raffestin (1980), Brodeuil e Ostrowesky (1979) e, mais tarde, assimilando a conceituação de Sack (1986), Bertha Becker concebe a territorialidade como

um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes; a territorialidade é o consumo do território, é a face vivida do poder. Como significação da vida quotidiana, representa a oposição do local ao universal; representa relações mais simétricas do poder, pela busca de uma nova compartimentação do espaço, de uma malha territorial vivida, que passa a permitir o poder pelas coletividades (BECKER, 1983, p. 8).

É no bojo das relações de poder entre os diversos atores sociais que a territorialidade se apresenta. Em face do jogo de interesses entre os atores detentores do poder político e econômico e os grupos dominados, as relações acabam sendo conflituosas; então, a partir dos seus espaços vividos, os grupos sociais dominados enfrentam o poderio do próprio Estado, das corporações, do latifúndio, enfim, de todos os setores que representam os seus interesses econômicos dentro da lógica do capital.

Becker utiliza o exemplo do que passou a ocorrer na Amazônia a partir do momento em que o Estado adotou uma série de medidas com vistas à sua integração ao território nacional. Nesse contexto, vários grupos sociais (a exemplo dos indígenas, pequenos agricultores, seringueiros, quilombolas e pescadores) tiveram seus territórios ameaçados ou efetivamente afetados pelo avanço de garimpeiros, fazendeiros, mineradoras e outros empreendimentos altamente prejudiciais às suas formas de vida, o que acarretou uma série de conflitos que perduram até a atualidade. O Estado, sendo o grande indutor desse processo, passa a sofrer forte pressão, num contexto de disputa pela hegemonia regional (Becker, 2012); são as dinâmicas e contradições entre contrapoder e contraespaço, entre a alteridade e a centralidade; é também o vivido em contraposição ao concebido.

Nas últimas abordagens da autora sobre a questão da territorialidade, ela aponta que a forma mais clara desse componente na Amazônia são as terras indígenas, por serem territórios historicamente forjados e negligenciados, mas que passaram a ganhar destaque em face do crescimento demográfico, da organização a partir da criação de entidades e do apoio de ONGs.

A partir da análise da territorialidade, referenciando-se na economia política da escala, Bertha Becker faz uma releitura da escala, abordando-a como um processo que envolve o local, o regional e o nacional; não como algo fixo, mas que deve ser considerado em sua relação com todas as escalas. Diante disso, a autora nos esclarece que “essas territorialidades, constituídas por redes políticas, via de regra geradas nos interstícios criados pela administração pública, criam novas escalas geográficas, novas escalas territoriais de poder, enfim, novas arenas políticas na Amazônia” (BECKER, 2009, p. 44). Considerando a importância desse processo e sua manifestação na escala local,

Becker defendeu o fortalecimento da territorialidade como componente importante para o efetivo desenvolvimento regional.

Em face do processo de globalização, o qual intensificou as formas de interconexão mediadas pela tecnologia, a autora argumenta que tal dinâmica engendrou um novo componente na constituição do território, qual seja, as redes. Com base em Haesbaert (1997), Becker sustenta que, no passado, as redes constituíam o próprio território, ao passo que, na contemporaneidade, passam a se configurar como elementos estruturantes de sua produção, desempenhando “um papel estratégico nas relações de poder, gerando simultaneamente ordem/desordem, conexão e exclusão, integração e partição” (BECKER, 2010, p. 38). Entre os distintos tipos de redes, a autora destaca as redes políticas, ainda pouco exploradas na literatura, as quais são predominantemente operacionalizadas por instituições estatais. Quando tais redes políticas se territorializam, passam a viabilizar a articulação entre poderes locais, promovendo a emergência de novas territorialidades (Becker, 2010) e contribuindo para a constituição de formas de gestão democrática do território que, segundo a autora,

[...] é influenciada pelo modo como o espaço é apropriado e os territórios são definidos, e implica uma descentralização do poder fundamentada na representatividade política dos diferentes grupos sociais territorialmente organizados que devem ser reconhecidos (Becker, 2015, p. 449).

A outra face conflitiva da dinâmica espacial apontada pela autora é a gestão do território,¹⁰ concebida a partir do momento em que as relações entre o público e o privado se tornam mais imbricadas em decorrência das transformações ocorridas tanto no âmbito das empresas quanto do Estado, que passa a incorporar essa lógica às atividades das empresas públicas. Trata-se de um conceito que engloba elementos oriundos das esferas pública e privada, os

¹⁰ A partir da criação do LAGET (Laboratório de Gestão do Território) em 1987, resultado de uma parceria institucional entre o Departamento de Geografia da UFRJ com o IBGE, Bertha Becker e Cláudio Egler, juntamente a outros pesquisadores, passam a discutir o conceito de gestão do território com vistas à elaboração de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e o desenvolvimento na Amazônia e na Zona Costeira e Marítima brasileira, sobretudo a partir da década de 1990. (Egler, 2022).

quais alteraram a lógica da gestão, que passa a superar a mera administração. Desse modo, para a autora, “a gestão do território corresponde à prática das relações de poder necessária para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações” (BECKER, 1991, p. 178).

Essa compreensão do conceito leva em consideração a multidimensionalidade do poder e articula-se tanto com a Geopolítica quanto com o planejamento, que deixa de assumir um caráter estritamente centralizado e passa a incorporar a atuação dos movimentos sociais, bem como o reconhecimento de suas realidades e de seus espaços vividos. Nessa perspectiva, as cidades configuram-se como espaços privilegiados para a gestão do território no âmbito do poder local (BECKER, 1991). Trata-se, portanto, de uma forma de organização que valoriza a construção dos processos decisórios de baixo para cima, tornando mais equilibrada a correlação de forças entre os diferentes atores sociais.

Para a autora, a gestão do território constitui uma prática que deve ser compreendida no contexto da questão central da Geografia Política no final do século XX. Nesse momento histórico, o foco analítico desse campo de estudos dizia respeito à “permanência ou dissolução do sistema interestados” (BECKER, 1991, p. 182). Ancorada nas leituras de Wallerstein (1983), ao discutir a crise do sistema-mundo e o papel dos Estados nacionais nesse cenário, Becker considera que as transformações tecnológicas e os movimentos políticos então em curso estavam afetando não apenas o papel dos Estados, mas também as relações entre centro e periferia, bem como as formas de exercício da hegemonia.

Nesse contexto, ela considerava a Amazônia um cenário provável de reconfiguração da economia-mundo, uma vez que a região se tornava palco da emergência de novas territorialidades em um contexto no qual o Estado brasileiro passava por uma nova dinâmica política, em substituição ao processo de modernização conservadora implementado pelo regime militar, sendo, portanto, um espaço estratégico para a manifestação de novas formas de organização territorial e de exercício do poder.

[...] a síntese contraditória da articulação nacional/transnacional e dos modelos industrialismo/ecodesenvolvimentismo dominantes no final do Século XX, e também aí se revelam os novos níveis e formas de globalização/fragmentação espacial que dominarão no Século XXI (BECKER, 1991, p. 178).

Nessa conjuntura, redefinem-se as abordagens da Geografia Política e da gestão do território, que deixa de constituir uma prática exclusiva do Estado e das empresas (Becker, 1991). Transformam-se, igualmente, as interpretações acerca do território, em consonância com as novas dinâmicas políticas, econômicas e sociais que emergem nesse contexto. Destarte, a autora considera que

Território, hoje, não se resume ao território do estado. É um produto da prática social envolvendo a apropriação, os limites e a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço – e ao mesmo tempo um meio usado pelos atores para sua prática. Territórios correspondem a áreas delimitadas por um conjunto de relações sociais localizadas e do poder implícito nessas relações. Em outras palavras, correspondem a arenas políticas – em que ramos do aparelho de estado podem ou não ter um papel – e suas redes de articulação extralocal [...] (BECKER, 1991, p. 179).

A autora destaca a renovada importância política e social do território, tal como abordada pela Geografia, pela Economia e pela Nova Sociologia Econômica. Nesse último campo, o território é concebido como um ator social, uma vez que é forjado nas relações sociais fundamentadas na cooperação e, simultaneamente, permeadas por relações de poder e dominação.

No âmbito da Economia, Becker toma como referência as contribuições de Douglas North (1990-94), autor que desenvolveu estudos acerca do papel das instituições no contexto da Nova Economia Institucional e defendeu a ideia de que o desenvolvimento decorre da capacidade das instituições de coordenar indivíduos e grupos sociais (Becker, 2010). Ademais, essa perspectiva associa a noção de governança à dimensão institucional envolvida na realização de transações econômicas por parte do setor privado sem fins lucrativos, especialmente as organizações não governamentais (ONGs), bem como do setor público.

Para a autora, tais instituições constituem atores que, juntamente com o Estado, detêm capacidade de decisão e influência sobre os processos de desenvolvimento. Trata-se, notadamente, de uma discussão inserida no contexto da racionalidade neoliberal, no âmbito da qual se intensificam os debates acerca do papel do Estado na regulação econômica, na coordenação institucional e na condução das políticas públicas.

As transformações ocorridas em escala mundial na estrutura do capitalismo, que culminaram na integração global da economia, processo

amplamente favorecido pelos avanços da ciência e da tecnologia, alteraram as relações sociais e de poder, além de promoverem uma crise do Estado nas dimensões política, econômica e fiscal. Ademais, tais mudanças possibilitaram a emergência e o fortalecimento dos movimentos sociais em escala global.

Essa dinâmica produziu profundos rebatimentos sobre o território, conferindo-lhe um papel central na efetivação da multidimensionalidade do poder. Nesse contexto, o território passa a assumir maior relevância como espaço de articulação entre diferentes atores, interesses e escalas de atuação. Com base nesse cenário, a autora desenvolveu suas reflexões acerca da governança territorial.

Becker discute a multiescalaridade das ações do Estado com base nas transformações ocorridas na Europa Ocidental a partir da crise e do progressivo desmonte do Estado de bem-estar social. Nesse contexto, verificou-se uma profunda mudança na concepção de planejamento, que anteriormente se caracterizava por sua centralização e tinha como objetivo orientar as ações regulatórias do Estado na escala nacional. A partir da década de 1970, entretanto, a escala subnacional passa a adquirir maior relevância: “significa que foi desestabilizada a primazia da escala nacional com novas hierarquias escalares da organização das instituições estatais e das atividades regulatórias do Estado” (Becker, 2009, p. 42). Desse modo, configurou-se um processo de reequilíbrio escalar, no qual o Estado passou a redirecionar suas ações e estratégias de planejamento, considerando as especificidades territoriais e as particularidades regionais de cada país. Nesse novo contexto, o planejamento passou a atribuir papel central à chamada coesão territorial, entendida como elemento fundamental para a articulação entre escalas, a redução das desigualdades espaciais e a promoção de um desenvolvimento territorial mais equilibrado.

A autora destaca que o modelo de planejamento implementado na Europa Ocidental reverberou no Brasil, encontrando expressão no *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento*, elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em 2007. Trata-se de uma tendência que reposiciona a relação entre território e planejamento em um novo patamar analítico e institucional, uma vez que as políticas territoriais passam a demandar ações mais

próximas do tecido social, por meio da articulação entre diferentes escalas de atuação, com foco na sustentabilidade e na inclusão social.

Foi nesse contexto que Bertha Becker passou a atuar como consultora de diversos órgãos governamentais e instituições supranacionais, participando de iniciativas voltadas ao planejamento territorial e ao desenvolvimento regional sustentável, entre as quais se destaca o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Tais experiências serão analisadas de forma mais detalhada no último capítulo deste trabalho.

No caso da Amazônia, a noção de macrorregião é substituída pela perspectiva territorial, que passa a considerar as diferentes escalas espaciais como referência para o planejamento e a implementação de políticas públicas. Nessa abordagem, a autora defende a competitividade territorial, entendida como a criação de condições que possibilitem a inserção de territórios historicamente marginalizados nos circuitos econômicos mais amplos.

Segundo a autora, “extensas áreas do território brasileiro na Amazônia permanecem à margem até mesmo da economia de mercado. Deve o Brasil deixar essas fora da competição globalizadora? Ou tentar inseri-las nesse processo?” (BECKER, 2009, p. 47). Para Becker, contudo, essa inserção não deve ocorrer de maneira espontânea ou desordenada. Ao contrário, exige investimentos em qualificação, capacitação e aprendizagem por parte da população local, bem como reflexão e planejamento por parte de cientistas, gestores públicos e formuladores de políticas. Somente dessa forma seria possível ampliar a capacidade dos atores regionais de enfrentar, em condições menos desiguais, a atuação de poderosos agentes econômicos e políticos que avançam sobre a região.

Sob a perspectiva da Geopolítica e da Geografia Política, a gestão do território e a territorialidade constituem os principais eixos analíticos que orientaram as abordagens de Bertha Becker em suas reflexões acerca do território. Esses elementos configuram dimensões conflituosas da dinâmica socioespacial, resultantes da multidimensionalidade do poder, a qual se manifesta nas relações estabelecidas entre o Estado, as instituições, os agentes econômicos e os movimentos sociais, mediadas pelos vetores científico e tecnológico.

As análises desenvolvidas sobre a Amazônia possibilitaram à autora ampliar e aprofundar sua compreensão do território, tendo em vista as especificidades históricas, políticas, econômicas e socioespaciais da região. Nesse sentido, a Amazônia não se constituiu apenas como objeto empírico de investigação, mas também como referência fundamental para a elaboração e o refinamento de suas formulações teóricas. Assim, conforme já assinalado, Becker desenvolveu uma abordagem do território ancorada na realidade amazônica, sem perder de vista a multiescalaridade dos processos sociais e espaciais e as múltiplas relações que os constituem.

Atualmente, o território figura entre os conceitos mais debatidos no âmbito da Geografia, sendo abordado a partir de distintas perspectivas teóricas e metodológicas que buscam compreender a complexidade da dinâmica socioespacial, tanto nos espaços rurais quanto nos urbanos. A centralidade desse conceito decorre de sua capacidade de revelar as múltiplas relações de poder, os processos de apropriação do espaço e as diferentes formas de organização territorial que caracterizam a sociedade contemporânea. Nesse sentido, Gomes (2020, p. 154) ressalta:

A consulta à produção bibliográfica na Geografia nos últimos trinta anos revela como traço dominante a utilização generalizada da ideia de território. Por óbvio, são também marcantes os termos dela derivados, como as expressões territorialização, territorialidade, territorialismo, desterritorialização, reterritorialização, territorializador, etc.

Ao eleger o território como categoria central da Geografia Política, Bertha Becker não apenas recupera um debate historicamente marginalizado na Geografia brasileira, mas também contribui para sua renovação teórica ao formular novos instrumentos analíticos para a compreensão da realidade contemporânea. Entre esses instrumentos, destaca-se a noção de gestão do território, por meio da qual a autora busca interpretar as transformações das relações de poder, das formas de planejamento e das dinâmicas territoriais em um contexto marcado pela globalização, pela inovação tecnológica e pela emergência de novos atores sociais.

2.2. Região

A categoria região recebeu várias acepções ao longo da evolução do pensamento geográfico. Segundo Gomes (1995, p. 61), “a região foi alçada na geografia clássica a uma posição central, isto é, identificar e descrever regiões foram o projeto fundamental que alimentou a geografia da época”. Com a emergência do conceito de espaço e com o resgate do conceito de território, a região, enquanto conceito clássico da Geografia, perdeu importância em determinado momento, chegando a sair de moda ou a ter sua morte decretada, como afirmaram alguns autores. O fato é que a região continua sendo uma categoria importante para a Geografia e tem subsidiado diversas abordagens geográficas sob diferentes perspectivas teóricas, conceituais e escalares.

Embora Bertha Becker tenha adotado o território como conceito central de suas formulações teóricas, a categoria região também é abordada pela autora em algumas de suas obras, sobretudo nas análises da dinâmica socioespacial mundial, brasileira e amazônica, em um contexto marcado por intensas transformações em escala global. Tais transformações exerceram forte influência sobre as escalas nacional, regional e local, evidenciando a complexidade das relações espaciais e a necessidade de compreendê-las de forma articulada.

Com base nas pesquisas desenvolvidas ao longo das décadas de 1970 e 1980, Bertha Becker lançou mão do conceito de região, relacionando-o ao território, a fim de compreender as transformações que ocorreram na Amazônia em decorrência das intervenções do Estado, por meio de uma homogeneização modernizadora voltada à integração regional, sobretudo a partir da implementação de grandes projetos de desenvolvimento. A autora verifica que essa homogeneização não foi absoluta, em face das dinâmicas internas da região, marcadas pela presença de diversos atores sociais com interesses conflitantes, entre os quais grupos dominantes não hegemônicos, grupos locais e instituições estatais. Esse processo foi investigado teoricamente pela autora na tentativa de compreender o significado político da formação de regiões na escala local, sustentando que a organização interna da Amazônia confere à região um poder territorial.

Segundo Becker (1986), entre as décadas de 1950 e 1970, houve o fortalecimento do aparelho de Estado, e a região tornou-se relevante enquanto base de atuação deste e das corporações, pois:

A escala macrorregional parece ser a escala espacial ótima para a estratégia político-econômica que visa unificar mercados e o poder político nos territórios nacionais. É a base territorial ótima para operações que levem à acumulação em bases produtivas, concentrando poder econômico e político e favorecendo e organizando o monopólio através de um processo de destruição e/ou cooptação das forças hegemônicas que controlam o conjunto de uma dada região. Nesse momento os interesses da empresa privada e do governo coincidem amplamente; se unifica o mercado nacional, se fortalece o aparelho de Estado e a política regional (Becker, 1986).

Nesse contexto, os estudos sobre a questão do desenvolvimento econômico tornaram-se uma tendência no Brasil e em outros países subdesenvolvidos, sobretudo na América Latina. A discussão sobre a superação dos desequilíbrios regionais constituiu um tema que dominou os debates acadêmicos e as agendas governamentais nesse período. Segundo Forbes (1984, p. 201), “a questão regional deu margem a consideráveis debates e divergências entre geógrafos contemporâneos, planejadores regionais cientistas regionais e cientistas sociais em geral”. Diversas teorias sobre o desenvolvimento foram abordadas por economistas, sociólogos e geógrafos. Na década de 1970, Bertha Becker discutiu o desenvolvimento da Amazônia a partir da Teoria do Desenvolvimento Polarizado de Jhon Friedmann (1966), questão que será abordada no próximo capítulo.

A partir da década de 1970, o mundo passou por uma crise de acumulação, processo caracterizado pela superprodução, sobretudo no setor manufatureiro, que afetou fortemente as maiores economias mundiais (Moura, 2020) e, conseqüentemente, os países subdesenvolvidos, que viram suas dívidas externas crescerem substancialmente. Soma-se a isso o choque do petróleo ocorrido na década de 1970. Tais processos ensejaram uma reestruturação do sistema econômico mundial, conduzida pelos países imperialistas, que impuseram uma nova ordem econômica internacional centrada nas metrópoles mundiais, criando as chamadas regiões urbanizadas. Essas regiões concentram poder produtivo, capacidade de articulação financeira, centros de pesquisa e acumulação de capital, além de funções nacionais administrativas, culturais e produtivas. Paralelamente, as corporações

internacionais intensificaram suas bases de operação nos países subdesenvolvidos, acarretando diversas consequências, conforme salienta Becker (1986, p. 46):

A difusão mundial desse modelo baseado na tecnologia intensiva de capital e no consumismo não pode se efetuar sem fortes tensões estruturais: pelo fato da corporação internacional se expandir em múltiplos mercados simultaneamente, acentua-se a competição pelo espaço agora não tanto em termos de áreas privativas de influência e áreas eleitas para desenvolvimento regional- a competição monopolista pelo espaço se dá, para as empresas, mais em termos de manter e ampliar o mercado para exportações e de abrir mercados para investimentos diretos em áreas econômicas e locais selecionados segmentando a produção em vários países; a crescente integração funcional, afastando-se das bases espaciais representa perda de contato e de informação; e, mais importante, não se procura solução para atender às necessidades e problemas sociais gerados pelo próprio modelo, especialmente com a mobilidade da população intensificada para acompanhar a mobilidade do capital, e com o atual desemprego urbano.

No Brasil, essas transformações, caracterizadas pela globalização do capital baseada no uso da tecnologia, causaram impactos sobre as dimensões política e econômica, bem como sobre a organização do território nacional, ocasionando, entre outras mudanças, “um processo dinâmico de reestruturação das regiões tradicionais e a formação de novas regiões, sub-regiões, em uma outra escala geográfica, que não as macrorregiões, que eram, como já assinalai, até recentemente, as grandes unidades de intervenção e de identificação” (Becker, 2016, p. 14). Esse processo resultou no enfraquecimento da macrorregião como base de atuação do Estado, que passou a direcionar suas ações para as áreas mais dinâmicas do país, com o intuito de manter e ampliar os mercados de exportação e atrair capitais. Segundo Becker (1986, p. 47),

A política regional torna-se praticamente inoperante, o Estado perde poder de barganha, tornando-se muito mais dependente. À medida que a dívida externa cresce, acentua-se a competição entre países, cujos incentivos deixam de dar prioridade a problemas ligados a interesses regionais e passam a se preocupar em atrair o capital para os respectivos países a fim de não sustar o crescimento econômico. Configura-se uma situação de um capitalismo de Estado com medidas liberais para a empresa, a situação de um Estado autoritário fragmentado por poderosas empresas privadas e estatais, crescentemente autônomas.

Sobre o papel do Estado em meio a essa crise e às suas contradições, Moura (2020, p. 107) enfatiza que

[...] Os governos, sobretudo os de países em desenvolvimento, faziam infinitas manobras para atrair fatias dos investimentos internacionais, no intento de que esse fluxo se mantivesse o mais constante possível.

Outro elemento importante foi o redirecionamento dos fundos públicos, antes provisionados para gastos sociais, para o mercado financeiro, destacando-se a ampliação da dívida pública. A desregulamentação dos mercados domésticos, do comércio e das finanças internacionais foram fundamentais para assegurar maiores possibilidades de lucros, isso tanto para as multinacionais que, ocupam um espaço dominante no comércio mundial, como para os grandes bancos e grupos financeiros [...].

De acordo com Becker (1986), esses grupos financeiros e as corporações foram chancelados pelo Estado, que lançou mão dos mecanismos anteriormente mencionados. Todavia, as corporações reduziram o poder estatal, pois se tornaram independentes da macrorregião, direcionando sua atuação para a escala local. Esta última reúne as condições necessárias para seus investimentos produtivos, ao oferecer recursos primários e reserva de força de trabalho. Desse modo, tais corporações enfraqueceram o poder de decisão dos governos em razão de sua influência direta nessa escala.

O resultado foi o estabelecimento de uma relação conflituosa com o Estado que, além de ter sua autonomia reduzida, tornou-se mais dependente do capital internacional em função do crescimento da dívida externa, fator que acarretou o aumento da competitividade entre os países. Com isso, os investimentos que anteriormente eram direcionados ao fomento de projetos na macrorregião foram drenados para as áreas mais dinâmicas, conforme já mencionado.

A crise entre o Estado e as corporações teve impacto na escala regional, sobretudo na Amazônia, e foi analisada pela autora no contexto da ditadura militar (1964-1985). Nesse período, o Estado promoveu a chamada *modernização conservadora*¹¹, internacionalizou a economia nacional e criou

¹¹ [...] Em linhas gerais, o termo modernização conservadora foi elaborado por Moore Junior (1975) para retratar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Assim, o processo de modernização de sua sociedade alicerçou-se sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes.

Não obstante, o elemento que diferencia o processo de modernização conservadora no Brasil vis-à-vis ao caso alemão e japonês deve-se ao fato de que a elite dominante nacional não teve a preocupação em expandir a cidadania para parcelas significativas da população, ao contrário do caso alemão e japonês, que incorporou as classes inferiores à sociedade, como destacou Bendix (1996) em seu trabalho sobre a construção nacional e a cidadania.

Logo, a revolução burguesa que aconteceu no Brasil não teve forças suficientes para romper com o antigo regime e instituir no país um capitalismo democrático como aquele verificado na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos da América. Daí, que foi igual ao que aconteceu na Alemanha e Japão, até porque foi feito sob a ditadura militar (PIRES; RAMOS, 2009, p. 420-421).

empresas públicas que desenvolveram grandes projetos na Amazônia. Ao se sobrepor aos limites estaduais, essas empresas contribuíram para a constituição de uma nova regionalização, como ocorreu com a Companhia Vale do Rio Doce. Além disso, a autora destaca que a política macrorregional foi substituída pelos chamados polos de desenvolvimento.

As iniciativas econômicas implantadas pelo governo militar geraram um rápido, porém insustentável, crescimento econômico, que foi acompanhado por crises fiscal, política e do planejamento centralizado (Becker, 1991). Esses fatores intensificaram os problemas sociais no país, tais como a concentração de renda e da terra, o desemprego, a insegurança alimentar, o analfabetismo, o arrocho salarial, entre outras mazelas agravadas pelo contexto autoritário. Em face desse cenário, emergiram diversos movimentos sociais organizados em bases territoriais, os quais passaram a contestar a incapacidade do Estado de promover a justiça social. Segundo Becker, tal processo evidencia a crise das relações entre Estado e sociedade, traduzindo-se em uma crise de racionalidade, de hegemonia e de legitimação.

Bertha Becker analisa a dimensão espacial dessas crises e afirma que “a crise do Estado está também associada ao processo de esvaziamento regional, pois com ele se torna mais vulnerável à fragmentação e manipulação pelas corporações” (Becker, 1986, p. 59). Nesse contexto, a autora desenvolveu abordagens centradas na escala regional, considerando seu potencial político, evidenciado a partir da nova dinâmica socioespacial que se estabeleceu na Amazônia, em uma conjuntura marcada pela atuação de diversos atores sociais que, ao se apropriarem de parcelas do espaço, forjam “novas sociedades locais e de definição de seus respectivos territórios, correspondendo à formação de regiões” (Becker, 2015, p. 464).

Trata-se, portanto, de um processo de regionalização constituído a partir das práticas dos grupos sociais subalternos ou dos detentores do poder, o que resulta na formação de um poder local específico. Com base nessas configurações, a autora sustentou que a região se constitui em um poder territorial.

Para chegar a essa constatação, a autora realizou um amplo levantamento teórico, tomando como referência o pensamento de Antônio Gramsci e adotando o conceito de bloco histórico para analisar a dimensão

política da região. Segundo ela, esse pensador italiano oferece fundamentos para a compreensão da dinâmica política regional por meio desse conceito, que, em sua interpretação, encontra-se:

relacionado a uma base territorial, o bloco histórico é uma realidade objetiva, dotada de propriedades específicas e individualizantes em relação às demais no nível da estrutura socioeconômica e política e de uma identidade cultural específica. Trata-se, contudo de blocos estruturados, próprios do contexto europeu (BECKER, 2015, p. 449).

Embora tenha realizado uma abordagem pouco aprofundada do referido conceito gramsciano, Becker procurou aplicá-lo na compreensão da realidade amazônica, marcada por um processo simultâneo de desintegração da identidade regional e de formação de novos grupos sociais heterogêneos. A categoria "frações de classe", também utilizada por Gramsci, foi igualmente incorporada pela autora, que recorreu ainda à teoria da produção do espaço elaborada por Henri Lefebvre. Contudo, Becker ressalta a necessidade de realizar adaptações nessa perspectiva teórica, uma vez que seu elevado nível de abstração não permitia contemplar adequadamente determinados elementos específicos da realidade social amazônica, tais como:

o imponderável, a incerteza decorrentes de especificidades do corpo social, que correspondem a processos em curso em outras dimensões e escalas, por vezes contraditórias com os dominantes na escala global e que neles influem (BECKER, 2015, p. 450).

Os estudos sobre a Amazônia devem considerar as especificidades das dinâmicas sociais que caracterizam a região, marcadas pela heterogeneidade e pela diversidade de seus processos socioespaciais. Tal condição exige cautela na aplicação de determinadas formulações teóricas, sobretudo aquelas concebidas em contextos distintos. Observa-se que, ao mobilizar conceitos desenvolvidos pelos autores anteriormente mencionados, Bertha Becker passou a adotar uma postura mais crítica em suas análises sobre a Amazônia. Essa perspectiva evidencia uma mudança teórica e metodológica em relação às abordagens que orientavam seus trabalhos até a década de 1970, revelando uma preocupação crescente em adequar os referenciais analíticos às particularidades da realidade amazônica.

Isso fica evidente no livro *Fronteira Amazônica – Questões sobre a Gestão do Território* (1990), no qual são apresentadas seis proposições e estabelecidas articulações com as teorias anteriormente referidas, com o objetivo de exemplificar como a região se constitui como poder territorial. Na primeira

proposição, destaca-se que a inserção da Amazônia pelo Estado obedece à lógica da ordem do espaço global, configurando, portanto, uma relação multiescalar. Essa nova ordem espacial produz a coexistência entre elementos novos e antigos, que passam a se conectar diretamente com o exterior.

Na segunda proposição, ressalta-se que o Estado, ao atuar seletivamente na região, impõe uma lógica orientada à homogeneização; contudo, essa homogeneização é tensionada e parcialmente rompida pelas dinâmicas internas, marcadas pela fragmentação. Nesse processo, o Estado age de forma ambígua, pois, ao mesmo tempo em que atende às demandas dos grupos dominantes, também responde às pressões de outros grupos sociais que se inserem na disputa por seus interesses. Dessa forma, tanto interesses públicos quanto privados acabam sendo contemplados.

Na terceira proposição, a autora enfatiza que as sociedades locais se apresentam de forma fragmentada, constituindo-se em frações sociais não monopolistas. Na quarta, considera-se que a região ocupa um papel secundário tanto no interior do Estado quanto na produção do espaço social. As especificidades históricas e conjunturais da região, conforme assinala Becker (2015, p. 451), “relativizam os efeitos estruturais das forças homogeneizadoras que as teorias postulam”. Nesse contexto, a sociedade local estabelece relações tanto com as estruturas estatais quanto com as frações monopolistas, configurando um processo específico que caracteriza as regiões que compõem a fronteira amazônica.

Na quinta proposição, observa-se que elementos como cultura, identidade regional e memória podem constituir formas de resistência coletiva aos processos de homogeneização e de organização da hegemonia. Na Amazônia, a nova organização do espaço tende a desestruturar a identidade regional; ainda assim, segmentos não hegemônicos podem se articular em torno de práticas de resistência coletiva no interior do bloco regional, influenciando a organização social do espaço.

Por fim, na sexta proposição, resultante da articulação das anteriores, a autora infere que a região se configura como uma instância dinâmica de poder territorial, continuamente moldada pela interação entre diferentes escalas, atores e estratégias. Nessa direção, a autora argumenta que:

a região e a regionalização são produtos e condição materializados e diferenciados, do trabalho social global; resultam de uma relação entre processo coletivo e decisões tecnocráticas, prática social e prática dos detentores do poder. A construção teórica sobre a produção do espaço social deveria ser também uma teoria da regionalização e da região, que se constitui sempre como a dimensão territorializada desse processo (BECKER, 2015, p. 452).

Com base nesse aporte teórico, analisou-se o surgimento de uma nova regionalização na fronteira, estabelecida a partir das políticas governamentais de ocupação, o que possibilitou a formação de duas malhas. A malha técnico-política corresponde aos territórios geridos pelo Estado e que possuíam recursos estratégicos ou apresentavam potencial para conflitos. Por outro lado, a malha sociopolítica é constituída pelos grupos sociais que construíram seus espaços vividos e formaram novos territórios, dando origem a municípios, unidades federativas, núcleos urbanos e distritos. Essas duas malhas coexistem em uma relação de conflito e interação. Na perspectiva de Gramsci, elas se inserem no processo de hegemonia que ocorre no interior do bloco histórico, onde o consenso e a coesão são produzidos por meio da correlação de forças. Esse processo expressa o potencial político presente na fronteira, reiteradamente enfatizado pela autora.

Bertha Becker adotou a perspectiva da região funcional e incorporou novos elementos à abordagem teórica desse conceito e do processo de regionalização: a) ao concebê-los como expressão de um poder territorial, em razão de seu potencial político; b) ao desenvolver uma abordagem relacional e multiescalar; e c) ao analisar essa questão sob uma perspectiva crítica e dialética. Os estudos sobre a Amazônia, realizados a partir dessa perspectiva, favoreceram a identificação de uma nova conjuntura geopolítica regional na virada do terceiro milênio e nas primeiras décadas do século XXI.

A autora evidenciou, ainda, a dimensão política da região, inserindo tal debate na Geografia Política e correlacionando-o ao conceito de território em múltiplas escalas, o que revela uma abordagem de interconexão ousada, no sentido de evidenciar a própria dimensão política da Geografia, a qual ela preconizou na obra *Geografia e o Resgate da Geopolítica* (2012). É perceptível, ainda, o entendimento da autora de que os conceitos estão sempre em construção, em um movimento incessante, a partir das abordagens dos geógrafos, no sentido de dotá-los de novos significados.

Por fim, as propostas de regionalização apresentadas por Becker para a Amazônia evidenciam e aprofundam uma de suas observações iniciais sobre a região, qual seja, a sua heterogeneidade. Nesse sentido, a autora leva em consideração as dinâmicas internas da região sob os pontos de vista político, econômico, social e natural, elementos que fundamentaram não apenas suas abordagens teóricas e metodológicas, mas também um conjunto de proposições voltadas para a Amazônia.

2.3. Fronteira

A primeira menção à noção de fronteira nos trabalhos de Bertha Becker remonta à década de 1960, a partir de pesquisas realizadas no Triângulo Mineiro e no oeste de São Paulo, voltadas à análise da expansão da pecuária. Nesses estudos, a autora identificou transformações significativas associadas à criação de gado, que deixava de se concentrar nas áreas de campos e cerrados e avançava em direção às áreas de mata, chegando a competir com a atividade agrícola. O avanço da pecuária deu-se a partir do momento em que “[...] o capital nacional encontrou rentabilidade na apropriação extensiva da terra, processo que se reproduziria posteriormente em novas bases na Amazônia” (Becker, 2013, p. 59). Nesse sentido, as abordagens sobre a pecuária, enquanto atividade inerente ao processo de expansão da fronteira, diferem daquelas observadas pela autora em suas pesquisas iniciais sobre o mercado carioca. Trata-se, portanto, de novas dinâmicas, novos atores e novas áreas de expansão dessa atividade.

Na década de 1970, especialmente nos escritos sobre crescimento econômico, estrutura espacial, o norte do Espírito Santo e a Amazônia na estrutura espacial do Brasil, a temática da fronteira reaparece de forma mais sistemática. Nas duas primeiras publicações desse período, a autora faz referência à fronteira agrícola. Já na última, ao direcionar seus estudos para a Amazônia, passa a utilizar a noção de fronteira de recursos, caracterização empregada por vários anos em razão do potencial econômico atribuído à região.

A partir da obra *Geopolítica da Amazônia*, em diálogo com diferentes autores, Bertha Becker aprofunda a discussão sobre a fronteira sob uma perspectiva teórico-conceitual, utilizando-a como chave analítica para a

compreensão da realidade amazônica, concebida por ela como uma fronteira em si mesma.

Nogueira (2001) destaca que o conceito de fronteira possui dois sentidos: um político e outro econômico. O primeiro foi abordado inicialmente por Ratzel como limite entre Estados nacionais. O segundo sentido de fronteira foi concebido por F. Turner a partir de suas teses sobre a fronteira ao longo do processo de expansão estadunidense para o Oeste. “[...] embora partam de concepções distintas, ambas possuem em comum o fato de tomarem como referência explicativa um outro lugar, ou seja, a fronteira é a outra face do centro” (Nogueira, 2007, p. 31).

Alguns autores, ao analisarem a expansão de atividades sobre o território brasileiro, empregaram conceitos correlatos, como os de frente e frente pioneira. Silva (2007) estabelece uma distinção entre esses conceitos e o de fronteira:

[...] No Brasil, normalmente as frentes estão relacionadas ao extrativismo e à pecuária extensiva e mudanças significativas na paisagem regional. Já as frentes pioneiras anunciam a expansão de uma agricultura comercial. Dois outros elementos caracterizam a fronteira: “terras disponíveis” e colonização (p. 287-288).

Waibel (1955), ao analisar os dados do censo de 1940, observou que mais da metade do território brasileiro era inexplorada pela agricultura e pouco povoada. Diante dessa constatação, realizou um estudo sobre o que denominou de zonas pioneiras, sendo os caçadores, os extrativistas e os criadores de gado os pioneiros, enquanto suas áreas de expansão constituíam as zonas pioneiras, conceito equivalente ao de fronteira, conforme ressalta:

Enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona, damos o nome de zona pioneira (Waibel, 1955, p. 4).

Silva (2007, p. 288) reitera o conceito de fronteira ao assinalar que ela:

[...] é mais do que limite jurídico, um processo particular de produção e espaço geográfico. Implica o encontro entre territorialidades e tempos distintos e conflitantes. Isso porque raramente a fronteira se desenvolve sobre terras “vazias”. Assim, é na fronteira que se agudizam contradições que são parte da sociedade capitalista em geral.

Esse conjunto de elementos também aparece no conceito de fronteira formulado por Bertha Becker para caracterizar as dinâmicas socioespaciais observadas por ela ao longo de seus estudos sobre a Amazônia. Tal análise foi

empreendida a partir da Geografia Política e da Geopolítica. Becker não deixou de mencionar o sentido político da fronteira ao caracterizar a referida região; todavia, a dimensão por ela privilegiada foi a econômica. A fronteira não constituiu apenas um conceito teórico-analítico, mas foi, grosso modo, uma definição de Amazônia concebida por Bertha Becker.

Segundo Luz (1957), foi na ideia de fronteira que Turner sustentou o sucesso dos Estados Unidos enquanto nação. “Era pois, a fronteira, um fator capital de americanização. E o que é importante, essa experiência não se registrou uma só vez, mas sim sucessivamente durante quase três séculos a medida que a linha da fronteira avançada para o Oeste [...]” (Luz, 1957, p. 526). Na Era Vargas, a defesa da Marcha para o Oeste foi considerada uma maneira de o Brasil obter o “sucesso” estadunidense em termos econômicos, por meio da expansão da fronteira, das frentes ou das zonas pioneiras. Velho (2009) salienta que o processo de expansão da fronteira americana despertou interesse em todo o mundo, mas especialmente no Brasil. Desde o século XIX, foram desenvolvidos estudos comparativos que buscaram examinar a questão da expansão da fronteira em ambos os países. Todavia, segundo esse autor, “curiosamente, no entanto, apesar do interesse na comparação com os Estados Unidos e o seu processo de ocupação, a obra de Frederick Jackson Turner é praticamente ignorada no Brasil [...]” (Velho, 2000, p. 8).

Talvez essa questão se deva ao fato de que as teses de Turner, apresentadas em 1893, foram transformadas em ensaios, mas nunca sistematizadas a ponto de resultarem em um livro, conforme destacado por Luz (1957). Desse modo, as ideias de Turner podem ter sido adotadas sem a devida referência ao conceito de fronteira, como ocorreu com termos ou conceitos similares, a exemplo daqueles adotados por Leo Waibel e Monbeig.

Ainda assim, a fronteira econômica concebida por F. Turner influenciou diversos países do ponto de vista prático, uma vez que, em vários deles, buscou-se promover políticas territoriais seguindo a mesma lógica dos pioneiros dos Estados Unidos. Ela também exerceu influência no plano teórico, visto que estudos em diferentes países foram desenvolvidos a partir de suas ideias, conforme acabamos de destacar.

Isso não significa, contudo, que Turner não tenha sido alvo de críticas às suas proposições, mesmo nos Estados Unidos. Sua concepção de fronteira foi

marcada por estigmas, preconceitos e exclusões, pois não levou em consideração a presença dos povos originários, secularmente enraizados naqueles vastos territórios, e que foram profundamente prejudicados pelo avanço da fronteira capitalista.

De acordo com Silva (2007), as ideias de Turner influenciaram as obras dos geógrafos Pierre Monbeig e Leo Waibel. O primeiro foi um dos principais estudiosos da fronteira no Brasil e apresentou o conceito de percursos ao desenvolver sua pesquisa de doutorado intitulada “Pioneiros e fazendeiros de São Paulo” (1952).

Essa discussão também aparece na obra de Leo Waibel, geógrafo alemão que esteve no Brasil entre 1946 e 1950. Tendo passado pelos Estados Unidos, foi influenciado por Turner e publicou o artigo intitulado “Zonas Pioneiras no Brasil” (1955).

Observa-se, então, que Silva (2007) apresenta uma interpretação distinta da de Velho acerca das influências da obra de Turner no Brasil. Na obra “Capitalismo autoritário e campesinato (1979), este autor discute a Amazônia como uma fronteira aberta, porém controlada, ao analisar o campesinato na região, mais precisamente em Marabá, município do Pará.

José de Souza Martins (1975; 1997) desenvolveu importantes pesquisas sobre as frentes pioneiras e a fronteira. Segundo Nogueira (2001), Martins e Becker foram os principais divulgadores da ideia de expansão da fronteira no Brasil durante a década de 1970, período marcado pela intensificação das ações do Estado na Amazônia.

Os autores mencionados mobilizam o conceito de fronteira em sua dimensão econômica, diferentemente daqueles anteriormente analisados, que recorreram a termos correlatos para interpretar processos semelhantes. De modo geral, suas formulações encontram fundamento, direta ou indiretamente, nas ideias de Frederick Turner, constituindo referências importantes para a elaboração das concepções de Bertha Becker acerca da fronteira. Entretanto, embora a influência desse debate seja perceptível em sua obra, não se observa, por parte da autora, uma discussão sistemática sobre a trajetória histórica do conceito e os contextos intelectuais que marcaram sua formulação e difusão.

Nossa interpretação é que Bertha Becker estava fundamentalmente preocupada com a capacidade explicativa do conceito de fronteira para

compreender os processos que marcaram a incorporação da Amazônia ao restante do território brasileiro. Mais do que discutir a trajetória histórica ou os fundamentos epistemológicos do conceito, seu interesse residia em mobilizá-lo como instrumento analítico para interpretar as transformações espaciais, econômicas e políticas decorrentes da integração da região aos circuitos nacionais e internacionais de acumulação.

Desse modo, observa-se que os processos socioespaciais que ocorrem na Amazônia são inerentes à inserção do Brasil no sistema capitalista internacional. Sendo assim, segundo a autora, faz-se necessário desmistificar as visões equivocadas formuladas sobre a região.

No que concerne ao caráter da fronteira amazônica, Becker afirma que esta difere da fronteira americana e das frentes pioneiras verificadas no Centro-Sul do país na primeira metade do século XX. Segundo a autora, dois mitos sobre a fronteira foram difundidos: a ideia de “terra liberta” e a de “espaço vazio”.

Considerando que o debate sobre a fronteira se pautou no significado da participação de pequenos produtores e de grandes empreendimentos, o primeiro mito advém da concepção de que os camponeses desenvolviam um processo espontâneo, exterior e independente do capital. Ocorre que, na Amazônia, a existência do campesinato se pautou em sua relação com o capital, o que demonstra que a ideia de “terra liberta” constitui um mito, conforme Becker identificou nas obras de Velho (1979) e Musumeci (1985).

Quanto ao mito da fronteira como “espaço vazio”, tal caracterização decorre do fato de que os povos existentes na Amazônia, tais como indígenas, caboclos e ribeirinhos, foram negados. Além dessa questão, a autora destaca outro fator que reforça esse mito: o fato de que os defensores dessa ideia não consideraram a distinção temporal da fronteira. Esta, na década de 1970, apresentava características distintas em relação aos períodos anteriores, conforme assinala Becker (2015c, p. 10):

No passado, o povoamento e investimento se vinculam à atividade agrícola ou mineira e geravam crescimento da população e da produção. A fronteira no final do século XX tem novas feições num novo patamar de integração nacional, com mercado em grande parte unificado e sob o comando de uma nova dimensão dos capitais envolvidos: a) já nasce heterogênea, constituída pela superposição de frentes de várias atividades, e o povoamento e a produção são relativamente modestos; b) já nasce urbana e tem intenso ritmo de urbanização; c) o governo federal tem papel fundamental no

planejamento e no volume de investimentos infraestruturais (BECKER, 2015c, p. 10).

A observação da autora de que a fronteira nasce urbana e heterogênea parece fundamentar a afirmação de que esta não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros e camponeses. Ela possui componentes sociais e políticos e pode ser definida como:

[...] espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas.

A fronteira é, pois para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente as novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-a uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle. (BECKER, 2015 c, p. 11).

Diferentemente do que ocorreu na fronteira estadunidense, na fronteira amazônica o Estado foi o grande precursor no final do século XX, ao colocar em prática suas estratégias de controle por meio da estruturação de espaços específicos da região, materializada na malha tecno-política, que beneficiou sobretudo as corporações nacionais e internacionais em detrimento das populações locais. Estas constituíram a malha sociopolítica e se tornaram um importante foco de resistência, conforme mencionamos anteriormente e aprofundaremos na segunda parte desta tese.

Todavia, o Estado também atuou como mediador de conflitos entre os diversos interesses em jogo na região. Ao analisar essa nova dinâmica que passou a se processar na Amazônia, sobretudo a partir da década de 1970, Velho (1979) caracterizou a região como uma fronteira aberta, porém controlada. Bertha Becker compartilhou dessa leitura e observou, ainda, que, na referida década, a fronteira não demonstrava sinais de que se fecharia, como, de fato, não se fechou, conforme constatou ao longo da primeira década do século XXI.

Ainda na década de 1980, Bertha Becker desenvolveu estudos com enfoque na classificação da fronteira, com vistas ao desenvolvimento de uma teorização. Nesse sentido, ela apresentou oito proposições sobre a fronteira, consideradas constituintes do seu processo de expansão.

Na primeira proposição, ela considera que a fronteira amazônica “é parte integrante da sociedade nacional, participando do modelo de crescimento tecnológico intensivo de capital com intensa mediação do Estado; a fronteira tem

como especificidade o fato de ser espaço não plenamente estruturado” (2015c, p. 266).

Mesmo que ainda não estivesse plenamente integrada, a fronteira compunha a sociedade nacional e refletia as intenções políticas e econômicas gestadas no centro nacional; em determinado momento, inclusive, chegou a ser vista como solução para os problemas econômicos deste. A fronteira reflete a forma como o centro nacional se insere no capitalismo industrial e financeiro internacional, no processo de mundialização da economia e no contexto da nova relação entre capital e trabalho.

A atuação conjugada do capital nacional com o capital internacional, somada às condições propiciadas pelo Estado por meio de estratégias de controle, mediação e coordenação, com vistas a atender a seus interesses ideológicos e políticos, bem como aos interesses da burguesia e de suas frações de classe, foi seminal no processo de integração da fronteira amazônica ao território nacional e de sua incorporação pelo capital. Tal discussão foi fundamentada pela autora a partir das leituras de Lefebvre (1978).

Portanto, a fronteira, enquanto espaço não plenamente estruturado (Becker, 1991), foi concebida a partir de um espaço estruturado e se constituiu como

espaço não plenamente integrado do espaço global, a fronteira pode ser definida como *espaço de manobra* das forças sociais e também espaço de projeção para o futuro da expectativa potencialmente geradora de alternativas para um desenvolvimento socialmente mais harmônico dentro da via capitalista (Becker, 1991, p. 267, grifo da autora).

Por conseguinte, a fronteira possibilitou que o Estado concretizasse diversos objetivos a partir de sua relação com o espaço, não obstante os momentos de conflito, instabilidade e crise inerentes à dinâmica socioespacial da região e à própria dinâmica do capital, cujas transformações no âmbito internacional também exerceram influência sobre esse processo.

Na segunda proposição, a autora versa sobre o fato de que “a apropriação da terra realizada em escala e ritmo crescentes não é total, nem uniforme, nem irreversível: a fronteira não está fechada” (Becker, 1991, p. 267). Embora aberta, a fronteira é controlada pelo Estado por meio do domínio da terra, garantindo sua apropriação por setores privilegiados mediante a concessão de crédito e incentivos fiscais. Por outro lado, buscava-se atender aos interesses de outras

frações do capital, o que, segundo a autora, fazia refletir na região a estrutura fundiária nacional, marcada pela forte concentração da terra.

Além da concessão de terras em determinadas áreas, o Estado também se apropriou diretamente de parcelas do território ao desenvolver projetos de colonização oficial executados por órgãos criados para esse fim.

Segundo a autora, o não fechamento da fronteira, além do controle exercido pelo Estado, também se evidencia pela reestruturação das formas de produção que, entre as décadas de 1950 e 1960, apresentavam uma característica predominantemente produtiva, sendo alteradas a partir de 1965 pelo processo de especulação não produtiva.

Dos grandes aos pequenos fazendeiros dependentes do crédito governamental, a produção foi ajustada conforme a atividade que recebia maiores incentivos. Até mesmo os grupos de colonos e pequenos produtores se capitalizaram, assim como os camponeses divididos em três camadas, conforme verificado por Velho (2009). Tal processo de reestruturação e flexibilidade foi marcante na expansão da fronteira observada por Becker nas décadas de 1970 e 1980.

Na terceira proposição, constata-se que “a mobilidade da força de tem sido condição de constituição da fronteira e a migração não é um processo predominantemente econômico” (BECKER, 1991, p. 270, grifo da autora). A força de trabalho na fronteira apresenta características próprias, sendo constituída por mão de obra assalariada, temporária e permanente, e por pequenos produtores que vendem sua força de trabalho.

O fraco povoamento, somado à demanda pela ocupação do território representada pelas diversas atividades produtivas, implica escassez de mão de obra. Tais características demandam a indução da migração e da mobilidade da força de trabalho, conforme as necessidades da produção.

Desse modo, “[...] a estratégia do Estado para mobilidade socioespacial da população está contida implícita e explicitamente em todas as suas políticas” (BECKER, 1991, p. 271). Tais práticas são acionadas a fim de atender aos interesses dos setores produtivos, dificultando o acesso à terra, o que resulta em instabilidade e dificulta a organização dos trabalhadores com vistas a reivindicações.

Na quarta proposição, a autora destaca que “o processo de diferenciação do campesinato tem sido condição de extensão da fronteira” (BECKER, 1991, p. 272, grifo da autora). A análise sobre a condição do campesinato relaciona-se com a questão da mobilidade da força de trabalho abordada anteriormente, pois, no processo de diferenciação das unidades camponesas, causado por sua dissolução, a venda da força de trabalho constituiu uma das alternativas encontradas por muitos camponeses.

A autora enfatiza que o campesinato passou por um processo de dissolução e permanência. Ambos os processos ocorreram em decorrência da capitalização da agricultura brasileira. Diante disso, ela apresenta três considerações sobre o campesinato:

1) considera-se superado o debate sobre o campesinato em si, porque lhe atribuiu uma perspectiva de autonomia não mais condizente com a interdependência do mundo contemporâneo; 2) o campesinato não é um bloco monolítico, mas está submetido ao fracionamento social contemporâneo, que atende as exigências da sociedade moderna, de organização do mercado de trabalho bem como de ampliação do mercado para produtos industriais e para o crédito; 3) é necessário incorporar à análise outras condições que não só a econômica, especialmente a correlação de forças políticas e as condições culturais (Becker, 1991, p. 272).

No período pesquisado pela autora, verificou-se que a permanência do campesinato ocorria em duas modalidades: a dos semiproprietários e a dos proprietários, cuja diferenciação econômica, política e cultural exerceu forte influência no processo de expansão da fronteira.

Na quinta proposição, Bertha Becker enfatiza que “a expansão da fronteira efetua-se num contexto urbano, condição de organização do mercado de trabalho regional e de ocupação do território” (1991, p. 273, grifo da autora). A fronteira na Amazônia já nasce urbana, constituindo a base logística para o rápido processo de ocupação e coexistindo com outras frentes. O núcleo urbano, juntamente com a circulação, constitui fator relevante na ordenação territorial e na estruturação da própria fronteira.

Na condição de base logística da ordenação territorial da fronteira, o núcleo urbano constitui-se como a base da organização do mercado de trabalho, pois concentra e distribui a força de trabalho de acordo com as necessidades dos diferentes setores que atuam na fronteira.

Além disso, exerce importante função político-ideológica, pois se torna um espaço privilegiado da ação do Estado, sendo, ainda, um espaço alternativo que

reúne serviços, comércio, acesso à informação, dentre outras características. Destaca-se, ainda, o fato de ser ponta de lança da ocupação do território, tornando-se também um fator de mudança.

Por meio da circulação, os núcleos dinamizaram-se em quantidade e concentração populacional, bem como influenciaram e foram influenciados por outros núcleos, fazendo emergir novas realidades que reconfiguraram a rede urbana e deram origem a diferentes formas de urbanização.

Uma rica tipificação da rede urbana na Amazônia foi organizada pela autora, considerando o crescimento urbano e os modelos de urbanização. No que concerne ao crescimento urbano, observou-se a expansão e a consolidação dos centros regionais e sub-regionais; a expansão e a concentração nas capitais, que já apresentavam importante dinamismo em relação a outros núcleos; a reprodução de núcleos dispersos; e a retração de núcleos antigos.

Quanto aos modelos de urbanização, a autora identificou que eles ocorreram de forma espontânea ou foram dirigidos exclusivamente pelo Estado; outros foram conduzidos pela iniciativa privada, no bojo dos grandes projetos privados; e outros, ainda, ocorreram em áreas tradicionais.

Na sexta proposição, aponta-se que “a rápida reestruturação do espaço regional é fruto de condição da integração do território nacional” (BECKER, 1991, p. 275, grifo da autora). O processo de reestruturação da fronteira é promovido pelo Estado, que se fortalece nessa conjuntura, em conformidade com suas estratégias de organização socioespacial, nas quais “cada porção do novo espaço produzido, pesos diferentes são atribuídos a uma classe, fração ou grupo, e o espaço assim diferenciado é vital ao Estado” (Becker, 1991, p. 275). Nesse processo, cria-se uma nova regionalização, conforme abordamos no tópico dedicado ao conceito de região.

Na sétima proposição, enfatiza-se que “os conflitos que ocorrem na fronteira são intrínsecos à sociedade brasileira e constituem fruto e condição da integração do território” (BECKER, 1991, p. 277, grifo da autora). Dos conflitos desencadeados na Amazônia no processo de expansão da fronteira, aqueles relacionados à questão da terra são os mais evidentes, mas abrangem muitos outros, vinculados às contradições da sociedade brasileira.

A autora ainda afirma que a atuação do Estado na fronteira não reduz os conflitos, mas os agrava. Da forma como se deu a atuação estatal na fronteira,

o resultado não poderia ter sido outro, pois a opção pelos grupos dominantes em detrimento dos grupos locais e dos imigrantes constitui não apenas a agudização do problema, mas sua própria raiz, considerando, evidentemente, que esse processo é inerente à sociedade capitalista.

Nesse contexto, “[...] movimentos de contestação contra o espaço produzido/controlado, centralizado e hierarquizado – reivindicam um contraespaço” (BECKER, 1991, p. 277). Nessa mesma linha, Silva (2007, p. 287) salienta que “[...] a fronteira é conflito, instabilidade, conquista e resistência. Diversos movimentos sociais visam neutralizar as representações dominantes na fronteira agrícola capitalista, tais como o Movimento dos Sem Terra, Povos do Cerrado, Povos da Floresta etc.”. Nesse processo, reside o potencial político da fronteira preconizado pela autora, que sistematizou os conflitos de acordo com os grupos sociais e os locais de ocorrência, verificando-se que alguns deles não são específicos da fronteira, embora nela exerçam influência.

A oitava proposição não diz respeito ao processo de expansão da fronteira. Trata-se, portanto, de uma projeção futura sobre a questão da mobilização e da mobilidade. Se a mobilidade é um processo oneroso do ponto de vista social, ela também possibilita o surgimento de frentes de conflitos sociais.

Diante disso, a autora questiona: “que alternativas poderiam solucionar a um tempo as questões social e política sem reduzir ou mesmo ampliando a eficiência econômica?” (BECKER, 1991, p. 278). A ideia inicialmente defendida pela autora, de que a fronteira se constituiria como um espaço de possibilidades para um desenvolvimento socialmente harmônico dentro da via capitalista, perdeu sustentação diante da realidade observada.

Todavia, a mobilização popular a partir do campo e da cidade constitui uma importante forma de ação, em que pesem as diferenças ideológicas entre os segmentos sociais, o que, para a autora, é questionável. A complexidade da fronteira exige saídas tipicamente rurais, como a reforma agrária, mas também soluções urbanas, “através da organização plena do mercado de trabalho, que permitam a conquista da cidadania” (BECKER, 1991, p. 279). No limiar do século XXI, a autora passou a defender a ideia de que a resolução dos problemas da Amazônia se daria a partir das cidades.

As referidas proposições evidenciam uma teorização da fronteira a partir das dinâmicas socioespaciais na Amazônia, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, fornecendo elementos para pensar a fronteira enquanto espaço de permanentes transformações decorrentes de um conjunto de ações governamentais e de seus desdobramentos. Trata-se, portanto, de uma contribuição analítico-conceitual que expressa as leituras da autora sobre o espaço amazônico na perspectiva da Geografia Política e da Geopolítica.

Ao refletir sobre a volatilidade do conceito de fronteira, Rabello (2013) reconhece a importância do estudo desenvolvido por Bertha Becker, mas salienta que as proposições por ela defendidas perderam “a possibilidade de reutilização e reatualização do conceito” (p. 223).

Concordamos parcialmente com esse autor quando se verifica que as ideias de fronteira agrícola, fronteira de recursos e fronteira móvel, tão presentes no bojo das oito proposições, expressam a concepção primária do conceito formulado por Frederick Turner, ou seja, remetem à incorporação econômica da Amazônia ao restante do país.

Mesmo nesse contexto, as reflexões acerca da dimensão urbana da fronteira, em nosso entendimento, constituem uma abordagem que apresenta elementos novos ao debate sobre o conceito, uma vez que o processo de urbanização presente na região precede à sua incorporação econômica ao restante do país distingue-se dos elementos presentes na ideia de fronteira concebida por Turner, na qual as cidades se consolidam concomitantemente ou após a incorporação ao processo produtivo nacional. No caso da Amazônia, a fronteira já nasce urbana, conforme assinalou Becker (1990).

Além disso, entendemos que, quando a autora apresenta as ideias de fronteira experimental, fronteira do capital natural e fronteira do uso científico e tecnológico, há um avanço analítico, na medida em que se reconhecem novos processos que ocorrem na região e que, diferentemente do que defende Rabello, representam uma reutilização e uma reatualização conceitual. Aliás, vale destacar que esse conceito nunca deixou de ser adotado pela autora desde o momento em que ela passou a se debruçar sobre os estudos acerca da Amazônia.

Uma das obras em que tais novas caracterizações da fronteira são analisadas é “Amazônia – Geopolítica na virada do III milênio” (2004). Nela, a

autora considerou que o conceito de fronteira não perdera sua validade, embora a região tenha passado por várias transformações.

Dentre elas, destacam-se os vetores tecnoindustrial e tecnoecológico, que colocam a Amazônia na condição de fronteira experimental, e não mais de fronteira de recursos (Becker, 1999). A incorporação da questão ambiental como perspectiva para um novo padrão de desenvolvimento da região confere à fronteira um novo significado, demarcando portanto, perspectivas distintas daquelas adotadas pela autora nas décadas de 70 e 80.

Em outra publicação, intitulada *Uma nova regionalização para pensar o Brasil?* (2004), a autora formula uma hipótese considerada polêmica ao defender que:

A Amazônia não é mais a grande fronteira nacional de expansão econômica e demográfica. As frentes de expansão ainda existem, mas estão localizadas ao longo de alguns eixos de estradas da região. Não há mais aquele afluxo migratório nacional de povoamento em torno da hileia que caracterizou os anos 70. Ademais a migração não é mais nacional, é uma migração intrarregional, exceto no estado do Mato Grosso. E, as frentes são comandadas também e sobretudo por interesses intrarregionais, da própria região, não só do Sudeste ou de outros estados. Há, então, uma mudança qualitativa e quantitativa na fronteira. Não é mais a fronteira de âmbito nacional, embora as frentes localizadas persistam e estejam tendo um recrudescimento enorme nesse início de século XXI, por causa da soja e, também por causa das incertezas da economia. A terra pode ter voltado a ser um ativo importante para o investimento de dinheiro neste momento de incertezas e crise da economia (BECKER, 2004, p. 20-21).

O conceito de fronteira não é consensual, embora os sentidos aqui abordados, conforme já salientado, estejam fundamentados na perspectiva de Frederick Turner, ou seja, na compreensão da fronteira como uma área a ser incorporada ao sistema econômico de determinado país. Nesse sentido, Rabello (2013, p. 231) afirma que existe “na produção do conceito de fronteira uma disputa de significados, que faz parte também do momento de produção”. Assim, o uso desse conceito apresenta diferentes acepções e expressa distintas dinâmicas territoriais, incorporando novos elementos associados ao modo de produção capitalista, a exemplo do desenvolvimento científico e tecnológico.

Mas há também quem negue veementemente o uso desse conceito em sua dimensão econômica. É o caso de Nogueira (2001, p. 51), para quem a aplicabilidade do conceito de fronteira à Amazônia se tornou uma vulgarização que “mais dificultou que facilitou a compreensão da região e sua articulação com

o território nacional brasileiro”. O autor argumenta, ainda, que a ideia de fronteira é formulada de fora para dentro, o que implica a negação do outro e que:

além de dificultar uma leitura de mão dupla, do ver e do ser visto, reforçando a ideia da existência de uma centralidade dominante, ela carrega em geral, um significado desagradável, pejorativo, dado por quem está no “centro” e que determina sendo transferido à sua população (NOGUEIRA, 2001, p. 53).

Nesse processo, a região, quando observada a partir de uma perspectiva externa, é frequentemente compreendida como fronteira, o que implica a invisibilização da alteridade e a desconsideração das dinâmicas socioespaciais internas. Nessa leitura, ignora-se que, mesmo antes da implementação dos grandes projetos capitalistas, a Amazônia já apresentava uma infraestrutura compatível com sua realidade técnica e social, a qual possibilitava a reprodução e a articulação dos grupos sociais em sua relação com o espaço. Nessa perspectiva, o conceito de fronteira defendido por Bertha Becker insere-se em uma racionalidade capitalista de produção do espaço, na qual a reprodução espacial estaria condicionada à intensificação de infraestruturas e à incorporação crescente de investimentos técnicos.

Por outro lado, Nogueira (2021) problematiza o uso do conceito de fronteira em sua acepção econômica, ao salientar que aqueles que vivem na fronteira não se reconhecem como habitantes de uma fronteira nesse sentido. Para sustentar essa crítica, o autor recorre às obras de quatro importantes cientistas da Amazônia — Samuel Benchimol, Armando Mendes, Djalma Batista e Violeta Loureiro —, nas quais não identifica qualquer percepção de pertencimento a uma fronteira econômica. Essa constatação reforça a ideia de que o conceito, quando mobilizado de forma externa, tende a produzir uma leitura que não encontra correspondência nas representações e experiências sociais locais. Além disso, Nogueira (2021) evidencia seu incômodo com a aceitação pouco problematizada desse conceito por instituições científicas amazônicas, como o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, o Museu Emílio Goeldi e a Universidade Federal do Pará, o que indica a necessidade de uma maior reflexão crítica sobre seus usos e implicações analíticas.

Ao retomar essa discussão duas décadas após suas primeiras reflexões sobre o tema, Nogueira (2025) refuta de forma ainda mais incisiva a ideia de fronteira aplicada à Amazônia, posição que já se evidencia no título de seu artigo,

Contra a fronteira: a revisão de um conceito perverso para a Amazônia. Nele, o autor destaca a retomada desse debate e observa o surgimento de reflexões críticas acerca do conceito, o que considera um importante avanço no processo de sua contestação. Para Nogueira (2025), a noção de fronteira não apenas obscurece a compreensão da realidade amazônica, mas também impõe uma leitura externa que desconsidera suas especificidades históricas, sociais e territoriais. Por essa razão, sustenta que a classificação mais adequada para a Amazônia é a de região, e não a de fronteira.

As reflexões de Nogueira são relevantes porque lançam luz sobre novas perspectivas e debates em torno do conceito de fronteira e de sua aplicação à Amazônia. Sua contribuição ganha especial importância por partir de um intelectual e geógrafo que constrói suas interpretações a partir da própria região, não a partir do olhar do outro, mas da perspectiva de quem se reconhece como parte do nós (Martins apud Rabello, 2013). Desse modo, suas críticas contribuem para problematizar leituras exógenas da Amazônia e para ampliar a compreensão de suas especificidades históricas, sociais e territoriais.

Todavia, somente o tempo dirá até que ponto a Amazônia continuará reunindo características que lhe confirmem a condição de ser compreendida, ou não, como uma fronteira. Entendemos que a superação desse conceito passa, necessariamente, por sua problematização no campo intelectual, caminho que pode conduzir ao abandono de seu uso, conforme defendido por Nogueira (2001). Tal perspectiva ganha força quando se considera que, segundo Rabello (2013, p. 235), “[...] o mecanismo que constrói a fronteira e denomina uma região enquanto tal é um mecanismo de poder”. Nessa direção, o desafio não se restringe à crítica conceitual da fronteira, mas envolve também o questionamento das relações de poder que sustentam sua produção e reprodução como conceito explicativo da realidade amazônica.

Bertha Becker abordou a Amazônia sob diferentes perspectivas analíticas, compreendendo-a como espaço, território, região e fronteira. Dentre essas categorias, a noção de fronteira ocupa posição de destaque ao longo de sua produção intelectual, constituindo-se em uma de suas contribuições mais marcantes, não pela originalidade do conceito em si, mas pela forma como o mobilizou para interpretar a dinâmica regional amazônica. Contudo, embora tenha identificado e problematizado equívocos decorrentes de leituras externas

da região, a autora também incorre em algumas limitações quando suas análises se voltam para escalas mais específicas da realidade amazônica. Em contrapartida, suas interpretações mostram-se mais consistentes quando situam a Amazônia em uma perspectiva macrorregional e enfatizam as articulações entre as escalas regional, nacional e internacional, contexto no qual suas contribuições alcançam maior poder explicativo.

Os três conceitos discutidos neste capítulo constituem o núcleo estruturante do arcabouço teórico de Bertha Becker, particularmente no que concerne às abordagens direcionadas à Amazônia, tomada como seu principal eixo empírico. A partir desse referencial, a autora analisou as dinâmicas socioespaciais sob uma perspectiva articulada e multiescalar, mobilizando tais conceitos de forma integrada. Cumpre salientar, contudo, que outros conceitos, também desempenham papel relevante em sua obra, a exemplo de escala, rede, malha e logística, entre outros.

3. A AMAZÔNIA NA GEOGRAFIA DE BERTHA BECKER: CONCEPÇÕES E TEMAS

No presente capítulo, bem como no subsequente, analisam-se os elementos centrais das abordagens da autora que expressam o conjunto de transformações ocorridas na Amazônia, sobretudo a partir da década de 1970, as quais foram investigadas à luz da Geografia Política e da Geopolítica. O ritmo acelerado das mudanças socioespaciais na região demandou o aprofundamento das pesquisas, fundamentadas em concepções teóricas que foram incorporadas ou abandonadas conforme a realidade empírica analisada. Nesse contexto, extraem-se as percepções e leituras dos cenários geopolíticos a partir das dinâmicas que adquiriram centralidade nas abordagens da autora, as quais são sistematizadas em eixos temáticos.

Com base nesses aspectos, buscamos identificar os elementos centrais da presente tese, a partir da aplicação do método hermenêutico. Ao eleger a Amazônia como tema e como área de investigação, Bertha Becker valeu-se de um arcabouço teórico constituído por conceitos, metodologias e métodos articulados de forma relacional e multiescalar, com o objetivo de apreender as múltiplas realidades que conformam o contexto amazônico nos âmbitos geográfico, político, econômico, cultural, natural, histórico e ambiental.

3.1. Concepções sobre a Amazônia

Neste tópico, discutem-se as concepções da Amazônia a partir da perspectiva de uma autora que contribuiu de forma significativa para a formulação de um pensamento sistemático sobre a região. Trata-se, portanto, de uma abordagem externa, cujo principal eixo analítico recai sobre a ação do Estado e seus desdobramentos na conformação da geografia amazônica em distintos contextos históricos, políticos, econômicos e sociais, examinados a partir da articulação entre as escalas global, nacional, regional e local.

Inicialmente, é possível destacar algumas concepções formuladas pela geógrafa Bertha Becker desde seus primeiros contatos com a Amazônia, dentre as quais sobressaem o reconhecimento da heterogeneidade, da diversidade e da complexidade desse território, ao qual a autora passa a dedicar especial atenção analítica; soma-se a isso a contestação da noção de que a Amazônia

constituiria um vazio demográfico. Tais concepções contrastam com visões frequentemente imprecisas projetadas por observadores externos e acabam por produzir “mais uma imagem sobre a região do que da região” (GONÇALVES, 2021, p. 12). Ressalta-se, contudo, que essas contribuições não isentam a própria Bertha Becker de equívocos interpretativos em suas leituras acerca da região, como será demonstrado ao final desta seção.

No que diz respeito às preocupações com as visões exógenas dissonantes da realidade regional, na década de 1970, Becker chamava atenção para as seguintes questões:

A atuação calcada numa percepção de fora para dentro, com vistas ao desenvolvimento econômico, tem desconsiderado a realidade regional. A população regional não suporta o impacto violento da modernização. A fraca economia regional vem sendo violentamente desarticulada e seu equilíbrio rompido, sem que surjam novas atividades produtivas com capacidade de gerar emprego e absorver a nova população migrante, o que pode ser visto pela expansão da criação do gado e da mineração. Quanto à força societal, é totalmente estranha aos interesses regionais, formando-se uma estrutura social dualista, altamente estratificada e sem coesão interna, em que uma elite de profissionais técnicos e administradores, cuja permanência na área é temporária, contrasta com a população local, sem participação no processo que se inicia” (BECKER, 2015, p. 106, v.1).

Apesar da crítica anteriormente apresentada, foram exaltadas iniciativas que não lograram êxito, sobretudo em razão de percepções dissociadas da realidade regional. Um exemplo é o Projeto Aripuanã, sediado no estado de Mato Grosso, inserido no âmbito das políticas de desenvolvimento regional, cujo objetivo consistia na realização de estudos acerca dos potenciais recursos da região, a partir da implantação de uma cidade experimental denominada Humboldt. Nesse espaço, seriam conduzidas pesquisas com vistas à posterior exploração dos recursos e à promoção de um modelo de crescimento autossustentado. Segundo Karol (2014, p. 164), tal projeto “difere do levado a cabo até então, baseado na abertura de estradas”. Para Bertha Becker, o referido projeto apresentava potencial para promover o equilíbrio entre exploração econômica e preservação ambiental, constituindo-se como “expressão da capacidade de inovação da periferia” (BECKER, [1982] 2015, p. 107, v. 1). Não obstante, a autora ponderou acerca da factibilidade e do caráter idealizado do projeto, afirmando, anos mais tarde, que seu esvaziamento ocorreu em decorrência da grilagem de terras.

Num outro momento, a autora tece críticas a uma conhecidíssima caracterização de uma extensa porção da região, o famigerado “arco fogo”, também conhecido como “arco do desmatamento”. Segundo ela, tal classificação feita a partir de imagens de satélites, não condizem com a realidade atual da referida área da Amazônia, pois não houve “embasamento necessário e imprescindível dos processos históricos que moldaram as formas de ocupação e uso do território amazônico ao longo do tempo” (BECKER, [2004] 2015, p. 246). Neste caso, além de questionar o uso dos termos, ela propõe uma caracterização que julga adequada à dinâmica atual da referida área ao classificá-la como região de “povoamento consolidado”, onde coexistem a agropecuária (contribuiu fortemente com o desmatamento), bem como atividades sustentáveis nas áreas florestais remanescentes que abrigam a biodiversidade e os recursos hídricos, a exemplo do extrativismo e do ecoturismo. Becker defendia ambas as atividades, pois acreditava ser possível a conciliação entre o desenvolvimento econômico e o uso sustentável dos recursos.

Além disso, não poupou críticas aos métodos e as concepções político-ideológicas que fundamentaram as visões de certos estudiosos sobre a Amazônia, sobretudo durante a ditadura militar, demonstrando aversão à extremismos e à perspectivas analíticas considerada como modelos fechados, os quais se aplicam a toda e qualquer realidade sem observar as particularidades. Conforme ela salienta,

No que tange à ocupação da Amazônia, impõe-se a superação das análises emocionais extremadas, próprias do período de autoritarismo exacerbado, e das visões ideológico-políticas simplificadoras, decorrentes da aplicação de modelos prefixados que a representam ora como região de novas oportunidades ora como última fronteira (BECKER, [1973] 2015, p. 265).

Os exemplos supracitados demonstram que algumas críticas feitas pela autora às visões exógenas, embora embasadas empiricamente e metodologicamente, serviram para sustentar posições de alinhamento com determinados atores na Amazônia, com os quais tinha afinidades, o que mudou, sobretudo a partir da década de 1990.

Feitas essas considerações, abordaremos sobre algumas percepções as quais consideramos mais relevantes ao longo da obra de Bertha Becker; algumas já pontuadas no capítulo anterior. Trata-se de contribuições resultantes

dos seus estudos sobre a Amazônia, até o início da década de 1990. Iremos discorrer sobre elas e apresentar outras, identificadas nas obras pesquisadas a partir do referido período até as suas últimas publicações. Entendemos tais contribuições como concepções decorrentes dos resultados das suas investigações empíricas, ancoradas num cabedal teórico-metodológico que sustentou suas análises, articuladas em diferentes escalas. Desta forma, a autora formulou suas concepções acerca das dinâmicas socioespaciais dessa importante porção do território brasileiro ao longo de quarenta anos de pesquisas.

A primeira concepção diz respeito ao fato de que “não foi a economia que garantiu a soberania sobre a região, mas sim a geopolítica” (BECKER, 2015, p. 25 – as Amazônias V. III). Nesse sentido, a autora recorreu à história para demonstrar que a geopolítica foi um instrumento utilizado pelo Estado em diferentes contextos, com o intuito de assegurar os seus interesses diretos sobre região, bem como os interesses políticos, econômicos e estratégicos nas escalas nacional e internacional. Além do seu caráter instrumental, ou seja, a sua utilização no âmbito das relações de poder, manifestas na produção do espaço, a geopolítica é evidenciada ainda a partir da importância estratégica de determinado território, como é o caso da Amazônia.

Atenta a essas questões, Bertha Becker fez questão de enfatizar a importância geopolítica da Amazônia, onde identificou diferentes cenários que serão abordados na última seção deste capítulo. Suas interpretações foram sustentadas pelas novas leituras da Geopolítica que consideram a multidimensionalidade do poder, em que outros atores além do Estado ganham importância a partir da dimensão da territorialidade. Além disso, os novos temas como a questão ambiental e os movimentos sociais, incorporados aos estudos desse campo, também redimensionaram as suas abordagens. Todavia, alguns aspectos da Geopolítica clássica não deixaram de ser adotados, o que evidencia a presença de elementos que marcam continuidades e descontinuidades na obra da autora.

A segunda concepção, assenta-se na constatação de que a Amazônia é “uma fronteira mundial; é a fronteira de recursos, espaço de expansão territorial do modo de produção capitalista” (BECKER, 2015, p. 255 – V.1). Esse processo de expansão do capitalismo foi favorecido pelo Estado por meio de grandes

investimentos no aparelhamento do território ou a implantação de tecnologia territorial, incentivos fiscais e as mais diversas manobras, com vistas a atender seus interesses geopolíticos no contexto da integração da região ao território nacional. Com isso, criou-se um cenário favorável para a inserção de empresas transnacionais que passaram a coexistir com empresas nacionais (privadas e estatais).

Destarte, o papel da Amazônia não mudou muito em relação ao período que antecede os processos acima mencionados, no que diz respeito a sua relação com o comércio internacional, ou seja, ela continuou sendo fornecedora de matéria prima para os países centrais, oferecendo “amplas possibilidades à expansão territorial do capital” (BECKER, 2015, p. 267, V. 1). No plano interno, contudo, houve diferenças, uma vez que a relação nacional e regional sofre alterações, pois “para garantir a continuidade do desenvolvimento nacional, é necessário ampliar o mercado interno e mobilizar recursos mediante a recuperação da área deprimida e a ocupação da Amazônia” (BECKER, 2015, p. 38 – V. 01). Desse modo, a relação antes conflituosa entre interesses econômicos na escala nacional e regional são atenuadas em face das demandas do centro dinâmico do país que necessita dos recursos existentes nessa região para fortalecer o seu desenvolvimento. Tais dinâmicas evidenciam que a relação entre o centro e a periferia se reproduzia na escala global e na escala nacional, no período que antecede o processo de integração nacional.

A terceira concepção diz respeito a questão do campesinato, constatando-se que a fronteira não detinha as condições para a manutenção desses sujeitos sociais na sua forma tradicional como um todo, uma vez que as estratégias do Estado promoveram a sua diferenciação. Repetidas vezes, Becker (1985, p. 25) afirmou que “a fronteira não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação é franqueada a posseiros”. Isso contradiz o discurso dos militares que propalavam que a Amazônia abrigaria os desprovidos da terra, oriundos outras regiões do país. Em vez disso, o Estado criou mecanismos que restringiram e controlaram o acesso à terra pelos camponeses, favorecendo o latifúndio e a empresa que aturam de forma integrada corroborando com a apropriação monopolista da terra. Combinado a esse processo, alterou-se as relações de trabalho com o controle da mobilidade, conversão dos trabalhadores permanentes em

temporários, bem como a versatilidade das suas funções num contexto de expansão dos núcleos urbanos. (BECKER, 2015).

Por se tratar de processos socioespaciais, a questão do campesinato, somada à mobilidade do trabalho, expansão dos núcleos urbanos e acesso à terra foram processos convergentes no movimento de ocupação da fronteira na porção oriental Amazônia, onde as transformações foram intensas e, por essa razão, foco inicial das análises da autora ao longo das décadas de 1970 e 1980.

A quarta concepção resulta dos estudos sobre as cidades, onde se verifica que Amazônia, antes de ser uma fronteira agrícola, foi uma fronteira urbana. A questão urbana foi um dos temas que atravessou a obra da geógrafa Bertha Becker, sendo abordados desde suas primeiras pesquisas na Amazônia, onde destaca o papel logístico das cidades no processo de ocupação da região, tornando-se bases do conjunto de ações governamentais, o que ensejou tanto no crescimento das cidades já existentes, bem como o surgimento de outras. Essas cidades passaram a concentrar grandes contingentes populacionais, tornando a Amazônia a região com a maior taxa de urbanização do Brasil, a partir da década de 1970, o que alterou significativamente a sua organização espacial. Eis a celebrada alcunha da “floresta urbanizada”.

A análise do conceito de fronteira adotado por Bertha Becker, demonstra que sua fundamentação remete às cidades, potenciais detentoras de condições capazes de viabilizar novas realidades na Amazônia e garantir a sua integração ao restante do território nacional. De acordo com Becker (2015, p. 255) “cidades e redes constituem a ossatura do território e a base logística para as relações que incorporaram a região ao tecido produtivo nacional”. Tal base logística foi criada como estratégia de ocupação da fronteira, atrelada ao componente político, econômico, ideológico, cultural, elementos inerentes à dinâmica social que se intensifica à medida que as cidades atraem um número maior de imigrantes, se constituindo ainda base da organização do mercado de trabalho e o locus da ação política do Estado (BECKER, 2015). Portanto, a interpretação e a análise desses processos pela ótica da Geografia e da geopolítica se constitui importante elemento para a compreensão da organização territorial na Amazônia em suas múltiplas escalas e para os diferentes atores no tempo e no espaço. Do ponto de vista empírico, as cidades representam um dos elementos

mais marcantes da dinâmica regional, além centralizarem diversos serviços, são as bases para a implantação das políticas públicas atuais e futuras na região.

A quinta e última concepção trata da defesa das políticas governamentais na Amazônia durante o regime militar, embora reconhecendo que elas foram perversas e contraditórias, mas transfiguraram a face da região (BECKER, [1982] 2015). “Há que reconhecê-las, porque são potencialidades com que a região pode contar para o seu desenvolvimento” (BECKER, [2009] 2015, p. 500). Tais políticas se materializaram na constituição da malha técnico-política no contexto da implementação do projeto geopolítico da modernidade, com vistas à ocupação da região. Ao defender tal projeto, embora com ressalvas, fica evidente sua declarada interlocução que com o Estado, tanto em períodos democráticos como autoritário, o que demonstra uma postura paradoxal.

No que concerne às contradições e efeitos negativos do modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia, embora a autora tenha apontado de maneira categórica essas questões, sem negligenciá-las, a nossa interpretação é que, sutilmente em determinadas circunstâncias, assumia-se posição ora favorável aos sujeitos dominantes, dada sua interlocução do Estado, ora criticava suas ações considerando-as como devastadoras para a região. Bertha Becker sempre evitou assumir posição política-ideológica abertamente, considerando-se uma pesquisadora autônoma, condição que segundo ela, lhe permitia atuar livremente. Identifica-se na obra e nas suas movimentações nos órgãos governamentais e não governamentais, clara e convicta maneira de se posicionar enquanto geógrafa, mas do ponto de vista político partidário, procurava não tomar partido. Além disso, ela era avessa à extremismos e buscava se apropriar, incorporar e defender o que considerava pertinente, seja em determinada ação governamental, em relação às ideias de determinados cientistas ou determinada teoria, rejeitando aquilo que destoava da sua perspectiva.

A título de exemplificação das posições anteriormente mencionadas, tomam-se como referência as seguintes afirmações acerca do latifúndio e do capitalismo na Amazônia. Na primeira, sustenta-se que “a Amazônia é vista como parte de um processo dinâmico de expansão do capitalismo e de modernização, no qual a expropriação da maior parte do campesinato é tida como inevitável” (BECKER, 2015, p. 36, v. 2). Tal afirmação expressa uma

interpretação recorrente sobre a região, a qual a autora parece endossar ao não problematizar a expropriação do campesinato promovida pelo capitalismo, assumindo sua expansão como um dado histórico, sem considerar a possibilidade de resistência por parte dos grupos sociais afetados. Nesse sentido, Becker argumenta que, na região amazônica, não haveria forças internas capazes de se contrapor a esse processo.

Na segunda afirmação, a autora analisa as circunstâncias em que os “latifúndios antigos ou novos criticam a morosidade da justiça nos litígios e, na busca por uma ‘solução imediata’, recorrem invariavelmente ao uso da força” (BECKER, 2015, p. 33, v. 2). Destaca-se, nesse ponto, o subterfúgio mobilizado pelos latifundiários para legitimar ações violentas contra os pequenos produtores, como se esse segmento, em sua totalidade, observasse e respeitasse os direitos desses sujeitos. O recurso sistemático à violência evidencia, ao contrário, o desrespeito aos direitos das populações locais, historicamente subjugadas no contexto da expansão capitalista. Ademais, a ausência de uma intervenção estatal eficaz voltada à mediação e mitigação dos conflitos fundiários contribuiu para a reprodução da grilagem na região.

Suas perspectivas sobre a Amazônia e a relação com os diferentes atores com os quais teve contato ao longo das quatro décadas de pesquisas sobre a região mudaram, sendo possível identificar as mudanças a partir de meados da década de 1980, em decorrência dos fatos seguintes fatos:

Dois processos opostos têm como marco o ano de 1985. Por um lado, o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da intervenção do Estado na economia e no território. Por outro lado, neste mesmo ano, um novo processo tem início com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, simbolizando um movimento de resistência das populações à expropriação da terra. Somado à pressão ambientalista internacional e nacional, resgatou o modelo endógeno sob várias formas, predominante na dinâmica regional entre 1985 e 1996 (BECKER, 2001, p. 141).

No referido ano, o Brasil passava pelo processo de redemocratização, fato político de grande relevância, pois significou o fim da ditadura militar e com ela, a falência do nacional desenvolvimentismo que teve como último programa o Calha Norte. A emergência dos movimentos sociais e das questões ambientais ensejaram novos rumos e mudanças significativas ocorrem na Amazônia. Uma delas foi a alteração na atuação do Estado que se tornou ausente por uma década, restando apenas o funcionamento de alguns projetos mineralógicos.

Outra importante mudança foi o despontar dos movimentos sociais, com força, organização e articulação em várias escalas, buscando participar dos processos decisórios, numa inversão da lógica até então vigente. “ [...] O que há de novo é manifestação no espaço público por direitos daqueles que antes viviam sob a lógica do favor[...]” (GONÇALVES, 2021, p. 128). Nesse contexto, as questões ambientais se tornam uma das pautas centrais, sendo incorporadas pelos diversos atores sociais que uniram antigas reivindicações à preservação dos seus territórios e da Amazônia como um todo.

Berta Becker acompanhou de perto esse processo e redimensionou suas análises, ao incorporar tais questões, tornando-as centrais nos seus estudos, tanto no campo da Geografia Política como da Geopolítica, potencializando a sua produção. Essas novas dinâmicas socioespaciais com as quais a Geografia muito contribuiu e contribuiu, não só do campo investigativo e analítico, mas também no que diz respeito às proposições no âmbito das políticas públicas que podem ser incorporadas pela esfera governamental, foi um dos caminhos trilhados por Bertha Becker ao atuar diretamente em vários órgãos do governo federal e da iniciativa privada, o que ela já vinha fazendo desde a década de 1970, porém, a partir de 1990, sua colaboração foi mais intensa, sobretudo por conta da retomada das ações do Estado na região.

Desse modo, outras concepções foram formuladas a partir do novo cenário que se configurou na região, em que o patrimônio natural da Amazônia que compreende ao conjunto da sua biodiversidade, passa a ser interpretado a partir da dimensão geopolítica relacionada à ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, se constituindo fonte de poder. Desse modo, Bertha Becker, segue considerando a Amazônia como fronteira, mas desta vez, trata-se de uma fronteira experimental, fronteira do capital natural e fronteira do uso científico e tecnológico da natureza, onde se processam ações representadas pelo vetores tecnoindustrial (VTI) tecnoecológico (VTE) que expressam interesses dos distintos atores que atuam na região e que serão abordados no próximo capítulo.

Uma outra concepção da Amazônia que sintetiza esse contexto e que remete à geopolítica clássica, é a sua caracterização como *hertland*, termo cunhado pelo geógrafo inglês Halford Mackinder. Para Becker ([2004] 2015 p. 192), significa o coração florestal do planeta que

se aplica à Amazônia devido à extensão da massa terrestre e florestal – que historicamente dificultou a ocupação considerando autodefesa que envolve hoje a Amazônia sul-americana, à posição geográfica estratégica entre blocos regionais e à conectividade, que atualmente permite maior mobilidade interna acrescentando valor à biodiversidade, base da fronteira da ciência com a biotecnologia e a biologia molecular.

Esse novo contexto exige pensar as potencialidades e os problemas da Amazônia de forma integrada, do ponto de vista continental em que as porções do bioma que se estendem por outros países da América do sul, bem como os problemas em comum podem ser solucionados cooperativamente. Nesse sentido, pensar as múltiplas escalas se constitui importante elemento de análise, bem como possibilita a compreensão das particularidades da região e as diferentes interconexões.

As percepções aqui abordadas resultaram do acúmulo e da continuidade dos estudos acerca das oito proposições sobre a fronteira, entre as décadas de 1970 e 1980, cujo foco das suas pesquisas foi na Amazônia oriental, onde as dinâmicas foram mais intensas no referido período (não que elas tenham cessado nas décadas seguintes). A partir da década de 1990, além de se interessar por novos temas, Becker passa a pesquisar mais a Amazônia ocidental, a qual caracterizou como coração florestal, por se tratar de uma porção da região menos impactada pelas políticas desenvolvimentistas. A partir das percepções aqui abordadas, é possível identificar os vários movimentos da autora, seja do ponto de vista dos temas pesquisados, da formulação de ideias, bem como das perspectivas teóricas e metodológicas que fundamentaram sua trajetória.

3.2. O papel do Estado

Conforme já destacado, ao longo de seus estudos sobre a Amazônia, Bertha Becker analisou o papel do Estado como ator central na formulação e condução das políticas voltadas à integração e ao desenvolvimento da região, as quais promoveram profundas transformações, cujos impactos ainda se fazem sentir na atualidade. Para além dessas questões e das dinâmicas socioespaciais delas decorrentes, a autora examinou a condição e o papel desse ator no contexto da globalização, considerando diferentes escalas de análise, conforme

discutido no capítulo anterior. Nesse sentido, o presente tópico tem por objetivo abordar as interpretações da geógrafa Bertha Becker acerca do papel do Estado na Amazônia, a partir das medidas por ele implementadas.

Ao longo da história, dentre as várias funções do Estado, uma das mais triviais tem sido a transformação do território sob sua jurisdição, comandando o processo de organização por meio de ações políticas e econômicas, com vistas a ampliar os seus interesses internos e externos. De acordo com (RAFESTAIN, 1993, P. 152-153),

O Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes [...]

No Brasil, a partir da década de 1930, com a reestruturação do Estado, iniciou-se a implementar uma efetiva política territorial, conforme assinala Vlach (2003, p. 6), ao afirmar que “o Estado Novo colocou em prática uma verdadeira política territorial”. Nesse contexto, foram instituídas diversas agências, bancos e outros órgãos estatais com o objetivo de atenuar as desigualdades regionais, por meio da formulação de planos direcionados, sobretudo, às regiões Nordeste e Amazônica, visando à sua integração ao restante do território nacional.

A denominada “Marcha para o Oeste” materializava esse conjunto de intenções, sendo, entretanto, frequentemente interpretada como um discurso predominantemente retórico, uma vez que poucas ações concretas foram efetivamente realizadas nesse sentido (BECKER, [2004] 2015). Não obstante, é na “década de 1950 que se consolida uma estrutura de planejamento estatal cuja diretriz central reside na intervenção sobre o território” (2005, p. 141). Inicialmente, esse processo se expressa por meio de ações voltadas à formulação de instrumentos de planejamento, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), em 1953. Posteriormente, têm início as obras de infraestrutura de transporte, responsáveis por interligar o Centro-Oeste à Amazônia, destacando-se a implantação das rodovias Belém–Brasília (1958) e Cuiabá–Santarém (1960).

No que concerne às ações específicas na Amazônia,

é somente entre 1966 e 1985 que se inicia o planejamento regional efetivo da região. O Estado toma para si o a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacionais.

Nesse projeto, a Amazônia assume prioridade por várias razões (BECKER, [2004] 2015, p. 186).

Assim como na fase anterior, as ações mais concretas foram precedidas pela criação de superintendência; neste caso, a SPEVEA foi substituída pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) criada em 1966. As primeiras ações mais efetivas foram voltadas para a Amazônia Ocidental por meio da criação da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), o Programa de Integração Nacional (PIN), o Polamazônia (Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), o Programa Grande Carajás (PCG) e o Projeto Calha Norte (PCN). A criação de bancos, agências e outras instituições foram fundamentais para a execução dos referidos programas.

Nesse período, as ações do Estado, então sob o comando dos militares, tinham como eixo central o componente geopolítico. O planejamento implementado contou com significativa participação dos integrantes da Escola Superior de Guerra, os quais incorporaram a segurança nacional como ideologia orientadora, permeando o conjunto das ações estatais. Tal diretriz visava à consecução dos interesses geopolíticos do governo ditatorial, estruturando-se a partir de dois eixos fundamentais: um plano interno, voltado à integração do território nacional, e um plano externo — em escala continental —, cujo objetivo consistia em potencializar as condições geográficas do país para o exercício do domínio sobre o Atlântico Sul. No âmbito internacional, o discurso oficial enfatizava o combate ao comunismo.

O Estado configurou-se como o principal agente indutor das transformações ocorridas na Amazônia, por meio do que Becker conceitua como tecnologia territorial do Estado brasileiro, compreendida como um conjunto articulado de instrumentos jurídicos, políticos e administrativos que viabilizou a constituição de uma malha territorial orientada ao atendimento de interesses geopolíticos. Tal processo esteve ancorado na ciência, na tecnologia e na inovação, tendo como resultado central a aceleração da velocidade, entendida como “elemento-chave da transformação, capaz de alterar não apenas o setor técnico-produtivo civil e militar, mas também as relações sociais de poder” (BECKER, 2015, p. 31, v. 03). A adoção desse processo pelo Estado brasileiro e sua aplicação no contexto amazônico promoveram uma profunda reconfiguração

regional, conferindo à Amazônia crescente relevância em função de seu potencial geopolítico.

No bojo das pretensões geopolíticas do Estado, as políticas territoriais “[...] tornaram-se políticas econômico-territoriais, isto é, constituem uma sub-estratégia das macropolíticas econômicas [...]” (COSTA, 1988, p. 74), com foco nas regiões, sobretudo na Amazônia que serviu de suporte para o desenrolar dessa estratégia, sob o discurso do seu desenvolvimento. As condições necessárias para a condução dessas políticas, ou seja, as fontes de investimentos e os setores envolvidos não se restringiram ao território nacional; pelo contrário, o apoio internacional de onde vultosos volumes de recursos foram direcionados via empréstimos, bem como a atuação de empresas transnacionais foram preponderantes. É nesse sentido que Becker ([1990] 2015, p. 11), aponta que o processo de ocupação dessa região deve ser compreendido

a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global no pós-Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo atua no espaço planetário, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo agentes primordiais na produção do novo espaço (BECKER, [1990] 2015, p. 11).

Em países de tradição colonial, “Estado e território são termos de uma mesma equação, a que introduz a questão nacional” (MORAES, 2005, p. 79). Por conseguinte, as pretensões geopolíticas brasileiras, por serem vinculadas ao Estado se inseriram no conjunto de políticas públicas, notadamente as políticas territoriais de cunho desenvolvimentista que favoreceram grandes setores econômicos ao viabilizar a criação de

[...] múltiplas alternativas de investimento para grupos multinacionais e estrangeiros e nacionais e para o capital não monopolista. E obviamente, esse processo está inscrito num momento histórico: se nunca houve nos últimos 150 anos uma ‘fronteira’ da dimensão da Amazônia foi porque nunca ocorreu igualmente a possibilidade de realizar investimentos e mobilizar recursos privados e estatais na escala em que se verificam hoje” (MACHADO, [1990] 2015, p. 380).

Embora conservando suas funções de controle (BECKER, [1990] 2015), nas relações externas, o Estado se encontrava sob forte dependência dos países centrais que, no contexto da globalização e de crises, reorganizavam suas economias, o que significou o realocamento do capitalismo em nível mundial a partir de considerável inserção nos países periféricos. Nessa perspectiva,

Estes suprem seus territórios das infra-estruturas e equipamentos requeridos por cada nova onda de penetração do capitalismo naqueles espaços. E, nesse sentido, é fundamental controlar a pauta de atuação de cada Estado da periferia, subordinando-o por meio de mecanismos variados, onde adquirem destaque a dependência financeira e a dívida externa (MORAES, 2005, p. 85).

Conforme demonstrado, vários autores fizeram a leitura de que o Estado no Brasil, além de ter sido o grande indutor da produção do espaço nacional, foi igualmente responsável pela socialização de “uma parte substancial dos investimentos indispensáveis ao funcionamento, diversificação e prosperidade do setor privado” (IANI, 1977 p. 313), favorecendo portanto, a inserção do capitalismo, via empresas transnacionais, adotando estratégias voltadas, tanto para o mercado interno como para o mercado externo e atuando como

mediador entre as forças internacionais e o espaço nacional, o Estado, após 1964, assume papel crescente na reorganização econômica e espacial, viabilizando a penetração das forças externas homogeneizadoras, mas adaptando-as às condições nacionais (BECKER, [1982] 2015, p. 238).

Destaca-se ainda que:

O Estado coordena a nova divisão inter-regional do trabalho. Ele reorganiza o caos das relações sociais impondo-lhes uma racionalidade – a sua – tendo como instrumento privilegiado o espaço: o econômico se considera em termos espaciais – fluxos e estoques – e o Estado tende a controlá-lo a assegurar sua coordenação, integrando e rompendo o espaço anterior, e produzindo seu próprio espaço: impõe um ordem espacial, vinculada a prática e concepção de espaço, logística global, de interesses gerais, estratégicos, contraditória à prática e concepção de espaço local de interesses privados e objetivos particulares (BECKER; MACHADO; MIRANDA, [1990] 2015, p. 266-267).

O papel coordenador do Estado, conforme mencionado pela autora, se confunde com a centralização e controle exercidos pelos militares por meio de forte repressão contra todo e qualquer setor ou sujeito social que contrariasse os seus objetivos geopolíticos e econômicos que favoreceram amplamente os interesses privados. Essa questão está no cerne do caráter que o Estado assumiu no Brasil após a ditadura militar, ou seja, o patrimonialismo.

Se, do ponto de vista político, o Estado apresentou relativa autonomia para conduzir as políticas territoriais, no que concerne às dimensões econômica e da soberania, tal autonomia não se verificou de forma equivalente no plano econômico. Com efeito, o país passou a depender de empréstimos provenientes de grandes instituições financeiras sediadas nos países centrais, recursos sem os quais a implementação de suas políticas se tornaria inviável. No que se refere

à soberania, observa-se uma perda significativa de poder estatal frente à crescente atuação das corporações transnacionais no território nacional, configurando um processo de enfraquecimento da soberania diretamente associado às dinâmicas da globalização (FONT; RUFÍ, 2006).

Bertha Becker assinala que as transformações do Estado, expressas na perda de poder e em sua fragmentação, não decorreram exclusivamente de fatores de ordem internacional, mas também das ações engendradas pelo próprio Estado na escala nacional. Tais transformações manifestaram-se, sobretudo, na relação conflituosa estabelecida com empresas estatais que passaram a construir um espaço de atuação transnacional, dotando-se de autonomia financeira e administrativa, além de deterem o domínio das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Essas empresas constituíram-se, assim, “[...] ao mesmo tempo vetor de desenvolvimento e modernização e vetor de fragmentação do Estado” (BECKER, [1988] 2012, p. 143-144). PETROBRAS, EMBRAER, ELETROBRAS e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) exemplificam esse processo. No contexto amazônico, a CVRD, responsável pela gestão do Programa Grande Carajás (PGC), representou a expressão mais contundente dessa dinâmica. Desse modo, o Estado, já fragilizado pelas dinâmicas da globalização, aprofunda a sua própria crise de irracionalidade, a qual, segundo a autora, constitui uma das contradições centrais do projeto geopolítico da modernidade.

Além da perda de poder associada ao processo de fragmentação, decorrente do peso e da relevância das corporações transnacionais e nacionais frente ao Estado, observa-se que esse ator é submetido a um duplo processo, a saber, de privatização e estatização. No cerne dessa problemática situam-se as corporações, as quais influenciam a dinâmica estatal e contribuem para a crescente complexificação do papel do Estado, conforme assinala Becker (2012, p. 145):

Algo de novo surge, então, numa complexa configuração: é o próprio Estado que se “privatiza”. As decisões e a execução das novas iniciativas derivam não do aparelho de Estado e da sociedade civil, mas de verdadeiras corporações formadas no seio do Estado, como é o caso da FA e das empresas estatais que assumem autonomia e lógica empresarial crescentes. Parece que uma nova racionalidade emerge da crise da irracionalidade do Estado, decorrente da multiplicação de suas empresas, instituições e órgãos: a escala e o ritmo de expansão de alguns desses segmentos atribuem-lhes tal grau de autonomia que, conflitantes com a Nação e com o Estado ao nível dos interesses

gerais, se tornam expressão significativa, embora não exclusiva, do Estado contemporâneo e de sua atuação. E essa autonomia repousa em grande parte do domínio do P&D, elemento-chave na Geopolítica contemporânea.

Em outras palavras, a fragmentação do Estado torna-se a forma de sua reconstrução e de sua permanência. Ela não decorre mais apenas do poder das corporações transnacionais estrangeiras, mas sim das corporações nacionais, que atuam dentro e fora do país e que tendem a definir a atual forma do Estado, o Estado corporado. Novas estratégias espaciais são instrumento e condição de nova forma e contexto do Estado e da gestão “privada” dos espaços nacionais.

O conceitos de territorialidade e gestão do território, foram empregados pela autora na compreensão dessas relações, pois implica a tomada de decisões com vistas a atingir interesses políticos e econômicos de determinados setores e explicita as relações conflituosas e estratégias dos diversos atores envolvidos na produção do espaço.

Entendemos que os estudos sobre o Programa Grande Carajás, em razão de sua dimensão, complexidade, relevância geopolítica e dos múltiplos atores envolvidos, constituem uma das mais significativas contribuições da geógrafa Bertha Becker no conjunto de suas análises sobre a Amazônia. Isso porque, a partir da investigação desse programa, foi possível evidenciar os dilemas e a crise do Estado, conforme anteriormente destacado. Ademais, a autora analisa as imbricações decorrentes da sobreposição territorial imposta pelo Estado com vistas a viabilizar o funcionamento do programa enquanto espaço transnacional da CVRD, processo que desencadeou disputas envolvendo a própria companhia, o Estado, os povos indígenas e os garimpeiros, no contexto da apropriação do espaço e do controle do território em diferentes escalas.

Tais processos evidenciam o choque e a interação entre a malha programada e o espaço vivido, conforme tipificados por Bertha Becker, representando respectivamente a infraestrutura e as relações sociais. Dessa maneira, a produção do espaço na Amazônia não se dá somente a partir do Estado, mas também pelos diferentes grupos. “Isso significa que toda estratégia de apropriação na fronteira é uma estratégia de luta pelo domínio do espaço por determinados grupos sociais” (BECKER, [1982] 2015, p. 236). Nesse sentido, as intervenções estatais durante o regime militar alteraram a produção preexistente do espaço pelas populações locais, provocando inúmeros conflitos, evidenciado a territorialidade como processo em que as relações de poder permeiam as relações socioespaciais.

A interação entre o Estado e outros atores sociais, mediada por uma correlação de forças, na qual aquele atua em defesa de distintos grupos, em função do contexto histórico e da pressão exercida por determinados setores, é uma outra forma de relação. Dois exemplos deixam bem claro esse processo. No primeiro, a pressão da União Democrática Ruralista (UDN) que “pressionou o governo central para legitimar a sua apropriação, criando o Estado de Tocantins” (BECKER, [1990] 2015, p. 85). Por outro lado, numa outra porção da Amazônia, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) pressionou o governo central e conquistou a primeira reserva extrativista, uma nova modalidade de unidade de conservação, adequada à realidade social e territorial desses atores sociais. Trata-se portanto, de interesses distintos em que o nível de organização e pressão foram preponderantes num contexto pós-ditadura militar.

Na avaliação de Becker ([2004] 2015), o avanço dos movimentos sociais na Amazônia impõe a necessidade de uma nova relação com o Estado, uma vez que esses movimentos reivindicam participação nos processos de tomada de decisão. Tal demanda justifica-se pelo fato de que toda política pública produz implicações de ordem social, ambiental e econômica, o que torna imprescindível a escuta dos diversos setores envolvidos. A autora ressalta, ainda, que os diferentes atores sociais na Amazônia requerem a presença do Estado a partir de perspectivas distintas, exemplificando que os pequenos produtores demandam sua atuação como forma de evitar a expropriação de suas terras, enquanto os grandes proprietários exercem pressão sob o argumento de que há uma extensão excessiva de áreas destinadas à proteção ambiental. As relações de poder, a territorialidade e o território enquanto base de organização foram conceitos frequentemente mobilizados pela autora deram significativo suporte teórico nas análises desses processos.

Como já mencionado, em meados da década de 1980, verificou-se o esgotamento das políticas desenvolvimentistas, bem como a retração das intervenções estatais no território e na economia em função da crise econômicas¹², da transição política e da dívida externa. Após aproximadamente

¹² “Devido à crise mundial e à dívida externa, os grandes projetos estão atrasados ou adiados. Existe uma indefinição quanto ao destino do Programa Grande Carajás: o capital estrangeiro se retrai; o capital nacional aguarda regulamentação governamental para investir com vantagens fiscais naqueles setores onde tradicionalmente atua, i.e., a pecuária e a especulação de terra; resta apenas o investimento estatal” (BECKER, 1990, p. 19).

uma década de retração, o Estado retoma o planejamento estratégico por meio do Programa Avança Brasil, em 1996, e do Programa Brasil em Ação, implementado no período de 2000 a 2003. Conforme assinala Becker, “este planejamento é um componente crucial nos cenários de curto prazo para a Amazônia e constitui a estratégia decisiva para o desenvolvimento regional” (BECKER, [2004] 2015, p. 290). Nesse contexto, e nas décadas seguintes, observa-se uma reconfiguração não apenas das formas de atuação do Estado, mas também de sua relação com os distintos atores sociais, dentre eles as populações locais organizadas, os setores econômicos e as unidades da federação, especialmente os estados que, diferentemente das décadas anteriores, passam a formular e implementar suas próprias estratégias de planejamento.

Ao conceber o Estado como um ator intrinsecamente relacionado ao território, a geógrafa Bertha Becker destacou-se como uma importante interlocutora deste. Para além do desenvolvimento de pesquisas voltadas às dinâmicas socioespaciais nas quais o Estado exerceu papel preponderante, a autora integrou diversos órgãos estatais no Brasil, contribuindo para a formulação de políticas públicas, bem como atuando no campo da consultoria, com especial ênfase na Amazônia.

3.3. Temas

Bertha Becker abordou uma ampla gama de temas ao longo de sua trajetória de pesquisas sobre a Amazônia. Os temas elencados na presente seção correspondem àqueles que expressam as transformações e os processos mais relevantes observados na região. Analisados em distintos contextos, tais temas são compreendidos como resultantes da ação do Estado, evidenciando tanto processos anteriormente inexistentes quanto a intensificação significativa de dinâmicas já em curso, como ocorreu na região amazônica.

3.3.1. Desenvolvimento

A questão do desenvolvimento é intrínseca ao planejamento, práticas que no Brasil passaram a ser adotadas a partir da década de 1950, sendo levadas à cabo pelos governos democráticos e autoritários até meados da década de 1980.

De acordo com Ianni (1977, p 146):

a ideia e a prática do planejamento haviam sido suficientemente incorporadas pela opinião pública dos principais centros urbanos. Também, os setores mais politizados da classe média e do proletariado haviam se envolvido no debate dos mesmos problemas. Pouco a pouco, o planejamento e desenvolvimento econômico passaram a ser conceitos associados, tanto para governantes, empresários e técnicos como para boa parte da opinião pública. Além disso, membros do governo, economistas, técnicos e administradores procuraram difundir a concepção de que o planejamento é uma técnica neutra; uma técnica que se aplicaria indiferentemente em qualquer regime econômico, em diferentes fases do processo de desenvolvimento [...].

Conforme tratamos na seção anterior, as políticas territoriais implementadas pelo Estado na Amazônia e em outras regiões do Brasil se pautaram nas teorias do desenvolvimento e no planejamento, à medida que elas foram se tornando mais conhecidas e difundidas, não só na esfera governamental, mas também em amplos setores da sociedade, conforme assinalou Ianni. No âmbito acadêmico, planejamento e desenvolvimento se tornaram novos campos de investigação da economia, sociologia, história e geografia.

A introdução dos estudos nesse campo na maioria dos países da América Latina, contou com a contribuição de especialistas estrangeiros, sobretudo dos Estados Unidos, quando neste país, no pós-Segunda Guerra, houve o esgotamento do planejamento regional (CHIQUEITO, 2016). De acordo com essa autora, um dos estudiosos dessa área que esteve no Brasil entre 1955 e 1958, foi John Friedmann que ministrou um curso em Belém, intitulado “Introdução ao Planejamento Regional (com referência especial à Amazônia)”. O referido curso foi voltado para profissionais da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPEVEA) e transformado em livro publicado pela Fundação Getúlio Vargas em 1960.

John Friedmann é reconhecido por sua formulação da teoria do desenvolvimento polarizado, segundo a qual o desenvolvimento econômico não se processa de forma homogênea no território, mas se concentra em polos, reproduzindo a lógica centro–periferia. Nessa dinâmica, o centro exerce o comando do processo produtivo, apropriando-se dos recursos da periferia. Essa perspectiva teórica foi incorporada por Becker e serviu de base para as primeiras investigações sobre a Amazônia, fundamentadas na análise dessa região no contexto da estrutura espacial brasileira.

Embora Becker tenha adotado a teoria de Friedmann, ela pondera sobre os seus limites, ao enfatizar que se trata de uma teoria que não possui bases teóricas para a explicação do desenvolvimento regional e o planejamento. Suas limitações residem no fato de se tratar de uma teoria variante da teoria local clássica, vislumbra o equilíbrio espacial, se assenta na ideia de outros estágios, além de enfatizar exclusivamente o econômico, negligenciando outras variáveis. (BECKER, [1982] 2015). Fica evidente nessa observação a postura crítica e ponderada da autora ao adotar a referida teoria, mas sem deixar de apontar os elementos considerados por ela como frágeis no sentido de não se adequarem à realidade a qual se pretendeu aplicá-la, exatamente por ter sido pensada à luz dos países desenvolvidos, onde historicamente os processos de desenvolvimento econômico tiveram outra dinâmica.

Ainda assim, determinados elementos da teoria serviram de base para que a autora procedesse à análise da estrutura espacial do Brasil, explicitando os mecanismos por meio dos quais se configura a relação centro–periferia entre as diferentes regiões do país. Nesse estudo, a autora problematiza o papel centralizador exercido pela Região Sudeste, com destaque para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em relação às demais regiões brasileiras, especialmente no que se refere aos processos de industrialização, aos fluxos de mercadorias e à difusão da inovação. Ademais, tanto o centro quanto a periferia apresentam heterogeneidades internas, apreendidas e caracterizadas por meio de uma abordagem multiescalar, recorrente ao longo de sua trajetória acadêmica na análise dos fenômenos socioespaciais.

No âmbito da escala regional, em 1975, Bertha Becker desenvolveu um estudo com o objetivo de avaliar os impactos da Rodovia Belém–Brasília sobre o processo de desenvolvimento regional. De acordo com a abordagem teórica adotada, para que tal processo se concretizasse, seriam necessárias transformações tanto na estrutura inter-regional quanto nas relações estabelecidas com o sistema espacial nacional (BECKER, 1977). De modo geral, constatou-se que a referida rodovia não contribuiu de forma efetiva para a promoção do desenvolvimento regional. O estudo em questão fundamentou-se na teoria contemporânea do desenvolvimento regional, a qual incorpora as contribuições teóricas de John Friedmann. Esse autor considera que

Em última análise, o desenvolvimento econômico depende do que os interessados decidem fazer, de seus valores pessoais e das possibilidades que descortinam. É necessário que êsses interessados possuam: vontade de agir, incentivos para agir, capacidade de agir e recursos para agir de maneira economicamente produtiva" (FRIEDMANN, 1960, p 44).

Observa-se que o autor concebe o êxito do desenvolvimento a partir da perspectiva dos tomadores de decisão, desconsiderando as especificidades territoriais e, sobretudo, a realidade socioeconômica dos atores sociais diretamente envolvidos. Sob essa lógica, o Estado passou a implementar políticas territoriais orientadas à promoção do desenvolvimento na Amazônia, ancoradas em uma abordagem predominantemente exógena e verticalizada. Becker (1968, p. 114) contrapõe-se a essa concepção ao sustentar que:

O planejamento não deve visar exclusivamente o crescimento econômico, e sim o real desenvolvimento, quer dizer, um crescimento econômico que seja acompanhado da redistribuição da riqueza produzida regionalmente, de modo a que todos os habitantes usufruam de seus benefícios. Trata-se de conferir à região capacidade econômica para se desenvolver por si mesma, de modo autônomo (BECKER, 1968, p. 114).

Guardadas as devidas adequações em função das conjunturas e das novas dinâmicas na Amazônia, essa foi uma das concepções que Bertha Becker sempre defendeu ao discutir a questão do desenvolvimento. Essa questão é retomada em um outro estudo¹³ realizado pela autora onde se analisa a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil a partir da obra de Celso Furtado, estudioso que incorporou a análise histórica aos estudos econômicos. A autora sugere que processos presentes na história da Amazônia persistem até hoje e explicam os conflitos, as disparidades e impedem o desenvolvimento (BECKER, 2009). Todavia, ele defende que o uso do capital natural sem destruí-lo é a melhor maneira de desenvolver a região na atualidade.

A última obra da geógrafa Bertha Becker é resultado de uma pesquisa coordenada por ela e que fez parte de um projeto apoiado pelo CNPq, intitulado *Dinâmica das Cidades Amazônicas, Globalização e Desenvolvimento Regional*, subdividindo-se em três subprojetos. Um deles investigou os surtos econômicos nas cidades de Belém, Manaus, Parintins, Santarém, Rio Branco e Imperatriz.

¹³ **BECKER, Berta K.** Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil. In: **BECKER, Berta K.** *As Amazonas de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. p. 59-80.

Tal trabalho foi incentivado pelo Professor Peter Taylor durante o período em que Becker esteve como Pesquisadora Visitante na Universidade de Loughborough na Inglaterra (em 2005). A referida pesquisa resultou na publicação do livro “A urbe amazônida – a floresta e a cidade” e uma sequência de três artigos que foram publicados em 2013, ano do falecimento dessa eminente geógrafa. Trata-se de uma obra em que as cidades voltaram a ganhar destaque nas abordagens dessa autora.

Conforme Becker (2015e), várias cidades na Amazônia passaram por surtos econômicos não consolidados. Em sua pesquisa derradeira, buscou compreender a razão pela qual as cidades não promoverem o desenvolvimento regional e questionou se as dificuldades do desenvolvimento da Amazônia podem ser explicadas por outras razões que não o dinamismo das cidades, como estabelecido pela teoria. Bertha Becker fundamentou sua pesquisa na **teoria materialista da cidade**, desenvolvida pela urbanista canadense Jane Jacobs, que consiste na explicação de que o dinamismo econômico das cidades se dá partir do *trabalho novo* e do *trabalho velho*. Para essa autora, conforme explica Becker (2015e, p. 315), a diferença entre eles é a seguinte:

Este último consiste em produzir mais e mais do que já é produzido – ou seja, mais do mesmo. Esse trabalho de produção repetitivo leva a uma forma de crescimento econômico que não conta como verdadeira expansão econômica. Isso porque, embora a economia possa aumentar, ela permanece essencialmente a mesma em conteúdo, estrutura e complexidade. Trabalho novo, por outro lado, é *trabalho de desenvolvimento*: além de promover o desenvolvimento da economia, ainda cria novas divisões de trabalho capazes de mudar essas últimas características.

As interações entre duas formas de trabalho tornam as cidades dinâmicas que são aquelas que atingem um nível significativo de desenvolvimento, movido pelo *trabalho novo*, que é capaz de multiplicar as exportações, criar novos mercados e promover a substituição das importações. Desse processo se originam os surtos econômicos. Becker enfatiza que a referida teoria foi condizente com a realidade das cidades na Amazônia e os resultados da sua investigação resultaram em três proposições teóricas: a questão do trabalho nas cidades; as relações entre as cidades e a natureza dos surtos; e a ação geopolítica do Estado.

No que diz respeito ao *trabalho velho* na Amazônia colonial, ele correspondia às práticas tradicionalmente desenvolvidas pelos indígenas na

produção dos seus espaços geográficos. As formas de organização, os conhecimentos e técnicas produzidas por esses grupos foram incorporados ao cabedal técnico introduzido pelos colonizadores e contribuíram para o surgimento do que Becker (2015e) chamou de proto-urbes, isto é, os lugarejos e aldeamentos que foram se multiplicando ao longo do tempo e criando um padrão de povoamento em rede: “Houve, portanto, trabalho novo a partir do trabalho velho aparentado indígena, o seu efeito multiplicador tendo gerado novos grupos de lugarejos e aldeamentos” (BECKER, 2015e, p. 329).

Ao longo do período colonial e após a independência do Brasil, surgiram várias cidades na Amazônia. Algumas delas passaram por surtos econômicos quando suas economias foram impulsionadas pela comercialização de produtos extrativistas e pela agropecuária, a fim de atender ao mercado externo no contexto do capitalismo comercial e industrial. Durante os surtos, os produtos eram exportados sem que houvesse agregação de valor, ou seja, eles sofriam pouca ou nenhuma transformação. Tal processo não gerou dinamismo urbano, econômico e de expansão capaz de criar novos mercados e, sobretudo, não promoveu a substituição das importações. O trabalho novo, capaz de propiciar essa condição, não se encontrava nessas cidades, mas foi comandado externamente, conforme aponta Becker (2015e, p. 330):

Direcionadas pelo mercado externo, as urbes amazônicas cresceram devido ao comércio de importações praticamente sem substituição, justamente o trabalho novo, capaz de direcionar o mercado não estava localizado nessas urbes, mas sim nas cidades que comandavam a economia, remetendo às relações entre as cidades.

Quando Becker fala sobre a relação entre as cidades, ela se refere à relação de dominação exercida pelas cidades detentoras do trabalho novo e que por essa razão dominam o processo econômico influenciando na duração e na natureza dos surtos: “Historicamente a economia dos núcleos foi dominada pelo monopólio econômico e pelo poder político das grandes cidades da economia-mundo” (BECKER, 2015e, p. 331). Para a autora, a substituição das importações romperia com essa dominação.

Além da subjugação ao mercado externo, a autora destaca que o mercado interno não foi forte o suficiente para garantir um dinamismo capaz de gerar expansão, pois a população local, em sua maioria, não detinha condições de impulsionar o mercado consumidor devido às péssimas condições de vida.

Enquanto isso, a elite supria suas demandas importando produtos de primeira necessidade. Nesse ponto, Becker destaca que os surtos, por serem de natureza econômica, não têm vinculação com a promoção da justiça social, sendo essa uma tarefa da política. Ela enfatiza que “a ausência de uma política pública para promover a justiça social acarretou num dinamismo socialmente desigual, que pesou sobremaneira na fraqueza do mercado doméstico” (BECKER, 2015e, p. 332). Tal processo se verifica até os dias atuais e se constitui um entrave no desenvolvimento da Amazônia.

Por último, Becker (2015e) destaca que a ação do Estado interfere nos surtos econômicos para atender seus interesses geopolíticos. Com isso, determinadas cidades se beneficiam, a exemplo daquelas que são escolhidas para sediarem instituições políticas ou projetos econômicos, como foi o caso de Manaus, que devido a sua localização estratégica no entroncamento de dois importantes rios e posição destacada na parte ocidental da região, vem, desde o império, assumindo posições de destaque no bojo das estratégias do Estado, sendo a criação da Zona Franca de Manaus uma medida geopolítica recente. Becker destaca, ainda, a criação de municípios como outra forma de garantir a presença do Estado visando ao controle do território, mas com prestação de serviços públicos que são insuficientes. Para a autora, políticas com objetivo de promoverem a justiça social e o desenvolvimento seriam mais eficientes na garantia da segurança e da soberania da região.

Diante do resultado da investigação sobre os surtos econômicos, Becker faz uma análise do quadro das cidades na Amazônia na primeira década do século XXI e constatou que elas “não superaram a condição de lugares centrais e por isso não impulsionaram a expansão econômica e o desenvolvimento regional” (BECKER, 2015e, p. 336). No que concerne ao quadro relacional, a autora destaca que as cidades continuam sendo comandadas por agentes externos nacionais e internacionais, detentores do trabalho novo introduzido de maneira que não agrega valor aos produtos locais, o que impossibilita a substituição das importações, fator essencial para o dinamismo das cidades.

Nesse quadro, Manaus e Belém se destacam na rede urbana regional, exercendo influências na Amazônia ocidental e oriental, respectivamente, em função dos serviços que oferecem, sendo seguidas por cidades intermediárias em relações diretas com os núcleos menores por meio de vários fluxos. Até

mesmo do ponto de vista populacional, essas duas metrópoles apresentavam e continuam apresentando diferenças em relação as demais, não só nos seus respectivos Estados como também em nível regional. Manaus, por exemplo, possui uma população de 2.063.547 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE 2022.

De acordo com Becker (2015e), o crescimento de cidades intermediárias no entorno da capital paraense rompeu a prevalência dessa cidade no chamado arco do fogo. Sobre a posição de Manaus e Belém, autora chama a atenção ainda para o fato de que

a centralidade dessas duas capitais é restringida pela influência de outras cidades. No caso de Manaus é São Paulo, cidade mundial cuja hegemonia alcança Rondônia e Acre; no caso de Belém, sua área de influência vem se confinando ao longo da Belém-Brasília pelo avanço em importância da Brasília- Goiânia, encontrando-se os dois eixos em torno de Marabá (p. 337).

Embora as cidades na Amazônia não tenham promovido o desenvolvimento regional, pelas razões acima mencionadas e evidenciadas a partir da investigação sobre surtos econômicos, Becker considera que é importante pensar um novo modelo de desenvolvimento que leve em consideração a melhoria da qualidade de vida da população aliada à sustentabilidade. Segundo ela, tal processo passa pelas cidades pois elas serão “a base logística para o desenvolvimento regional” (BECKER 2015c, p. 183).

A autora passa a apresentar os elementos que ela considera fundamentais para que a região atinja um novo padrão de desenvolvimento. Para ela, são necessários cinco elementos para que isso se consolide: 1) inovação industrial que agregue valor aos produtos regionais; 2) considerar o legado dos surtos anteriores, pois eles podem conter conhecimentos ou equipamentos que impulsionem um novo surto; 3) pensar o planejamento estatal com vistas ao desenvolvimento regional, ou seja, as ações do Estado devem ir além do controle do território; 4) explorar o potencial da cultura desenvolvendo a chamada cultura criativa; 5) desenvolver serviços ecossistêmicos ancorados na Ciência e na Tecnologia.

Destacamos a importância dos dois últimos pontos, pois eles levam em consideração elementos intrínsecos à realidade local: o potencial cultural e ambiental. No que diz respeito à cultura, a autora destaca o papel de Belém e Parintins como detentoras de diversidade cultural que impulsionam o turismo, o

desenvolvimento artístico, a literatura o cinema e as artes visuais, que são potencializadas a partir da chamada indústria criativa, sendo forte indutor da dinamização dessas cidades. Santarém, que já passou por vários surtos, pode tirar proveito dos mesmos e impulsionar dinamismo significativo.

O tema do desenvolvimento regional perpassa a obra da geógrafa Bertha Becker. Ao longo de sua trajetória acadêmica, a autora analisou e acompanhou a implementação de projetos de desenvolvimento que se mostraram malsucedidos por desconsiderarem as dinâmicas regionais em suas múltiplas escalas. Essa experiência fundamentou importantes reflexões teóricas e contribuiu para a formulação de propostas alternativas de desenvolvimento para a Amazônia, tanto no âmbito de órgãos governamentais quanto fora deles.

3.3.2. Regionalização

As políticas governamentais efetivas para a Amazônia foram precedidas pela criação da Amazônia Legal, em 1953. Trata-se de uma definição política, estabelecida para fins de planejamento com vistas ao desenvolvimento. Em razão de sua dimensão, na década seguinte, durante o governo militar, instituiu-se uma regionalização a partir da divisão entre Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental, com as mesmas finalidades, ou seja, o desenvolvimento, porém sem levar em consideração as dinâmicas socioespaciais intrarregionais.

Ao longo de seus estudos sobre a Amazônia, Becker ([1990] 2015, p. 455) observou que “essas unidades sub-regionais são fragmentadas por diferentes sociedades locais, com potencialidades políticas diversas, que, ao demarcarem seus territórios, poderão se constituir em embriões de novas regiões”. A produção do espaço mostra-se bastante conflituosa em razão do choque de interesses entre os diversos atores sociais locais, o Estado e as grandes empresas; o entrechoque entre a malha programada e a malha vivida faz surgir o poder local, o que equivale ao poder territorial dos grupos sociais que, nesse processo de disputa, forjam seus próprios territórios (BECKER, 1986).

Resulta daí a conceituação de região como um poder territorial, uma vez que, esse poder local, ao mesmo tempo que se circunscreve numa base territorial, se constitui também uma região, dada as singularidades que esses processos assumem nas diferentes porções da Amazônia. O Estado por sua vez,

[...] procura controlar o processo de formação de região, identificado com a criação de vilas, distritos, municípios e eventualmente estados. As conjunturas locais relativizam, portanto, os efeitos estruturais das forças homogeneizadoras” (BECKER, 1986, p. 464).

As análises desses processos se desenvolveram em uma conjuntura na qual a regionalização era predominantemente associada à noção de regiões funcionais, concebidas de forma burocrática como recortes geográficos instituídos por estados, municípios ou pelo governo federal, com finalidades administrativas, políticas e econômicas.

Nessa perspectiva, a conformação das regiões analisadas por Bertha Becker distancia-se desse paradigma, configurando-se, para nós, como uma contribuição inovadora aos estudos e às reflexões sobre a regionalização. Trata-se da compreensão da região como uma construção social, resultante de processos de disputa que explicitam a capacidade política, econômica e simbólica dos distintos atores que atuam no território.

A autora estabelece a diferenciação entre esse processo de formação de regiões em questão e a territorialidade, conforme se verifica:

Se a territorialidade é uma estratégia de poder, para todos os atores, ela é mais atuante ao nível de conjuntos específicos de atores que constituem as regiões. A apropriação do espaço em parcelas por combinação de diversos atores cria variadas sociedades locais – conjunto de frações não monopolistas –, que são a expressão social das regiões em formação (BECKER, [1990] 2015, p. 80).

Desse modo, reafirma-se a centralidade da região e do território como unidades empíricas concretas, mas também como categorias fundamentais de análise conceitual e teórica que abrem novos horizontes para a compreensão das relações entre sociedade, território e poder.

Nesse sentido, a partir do aprofundamento empírico e teórico do seus estudos sobre a Amazônia, na década de 1990, Bertha Becker propôs uma regionalização que conta com três macrorregiões e suas respectivas subregiões. Ela tomou como base a regionalização criada pelos militares na década de 1960, em termos de caracterização, mas inseriu elementos próprios que expressam a relação espaço-tempo e busca representar os diversos contextos locais, a partir das seguintes variáveis estruturantes:

[...] tendências demográficas, alterações no padrão de uso da terra, centros dinâmicos da economia regional e proteção ambiental. Critérios para identificar as sub-regiões não são tão sistemáticos. As sub-regiões amazônicas ainda são pouco numerosas, descontínuas e suas feições resultam da combinação de seu substrato cultural e

geográfico, da densidade demográfica e da intensidade que nelas incidiu o processo recente de ocupação. Há, portanto, sub-regiões caracterizadas ainda pelo predomínio das condições fisiográficas – várzeas, vales, florestas –, outras pela etnia, cultura e iniciativa política, enquanto outras já são definidas por processos e atividades econômicas mais modernos (BECKER, [2004] 2015, p. 302).

Com base nas referidas variáveis, propôs-se uma nova regionalização da Amazônia em três macrorregiões subdivididas em sub-regiões: a) **Macrorregião do Povoamento Consolidado**, subdividida nas seguintes sub-regiões: Arco da Desembocadura, Núcleos de modernização do Leste e Sudeste do Pará, Corredor do Araguaia-Tocantins, Áreas Intensivas em Tecnologia Agroindustrial, Agropecuária tradicional e Sistema Agroflorestal; b) **Amazônia Central** – Fronteira de Preservação, Vale do Amazonas, Produção familiar da Transamazônica e frentes de expansão (Cunha do Tapajós, Terra do Meio e Corredor da Madeira); c) **Amazônia Ocidental** – Fronteira de Integração Continental, Alto Rio Solimões, Várzeas do Solimões Florestania e Manaus e seu entorno.

Um elemento analítico central na observação das variáveis elencadas pela autora é a escala, pois ela possibilitou a observação e a análise das particularidades da dinâmica social, econômica e política que influenciam a produção do espaço, configurando realidades sociais e políticas específicas, a partir da interação e dos conflitos entre diferentes atores em distintas porções da Amazônia.

Além disso, as variáveis que compuseram e fundamentaram a proposta de regionalização elaborada por Bertha Becker lhe permitiram uma releitura das dinâmicas da Amazônia, que se configuram como a nova geografia regional, cujo conhecimento é condição fundamental para a elaboração do planejamento regional que, para ser efetivado, necessita estar associado “a um projeto nacional e ao resgate do papel do Estado, como o que parece estar sendo retomado no Brasil” (Becker, 2015b, p. 302). Tal assertiva reforça o reconhecimento do novo cenário político, econômico e geopolítico que se descortina na região a partir da década de 1990.

A criação de regiões oficiais, como foi o caso da Amazônia Legal ou mesmo das regiões metropolitanas, resultou em “disputas políticas que se manifestam territorialmente — e se constitui como ferramenta — o recorte instituído permite, legaliza e autoriza as ações” (Nogueira, 2011, p. 181). Esse

autor afirma ainda que é “por isso mesmo que a regionalização, como ferramenta, é hoje disputada por diversos agentes sociais: Estado, corporações, movimentos sociais etc.”. Na especificidade da organização socioeconômica e das forças em disputa pelo poder na Amazônia, encontra-se o caráter da região e sua dimensão territorial e política, que fornecem substancial aporte teórico e metodológico para as análises da dinâmica socioespacial em diferentes escalas, bem como auxiliam o planejamento com vistas ao desenvolvimento. Todavia, os agentes públicos devem levar em consideração essas realidades sociais, econômicas, políticas e culturais da Amazônia.

De acordo com Rabello (2013, p. 218), “a produção de uma região ou de uma fronteira não pode ser entendida sem a compreensão da organização socioeconômica e das forças que estão em disputa”. As ideias desse autor sobre a região convergem com as de Becker (1983, p. 9), que considera a região como base do poder territorial e entende que, em diferentes momentos, diferentes escalas regionais assumem valor estratégico. Nesse sentido, a autora captou e analisou a dimensão espacial desse processo a partir da região e da regionalização, articuladas com o conceito de território, numa perspectiva da Geografia Política, campo que ela adotou juntamente com a Geopolítica ao longo de quatro décadas de pesquisas sobre a Amazônia.

As propostas de regionalização apresentadas por Becker para a Amazônia evidenciam e aprofundam uma de suas observações iniciais sobre a região, qual seja, a sua heterogeneidade. Nesse sentido, ela leva em consideração as dinâmicas internas sob os pontos de vista político, econômico, social e natural, elementos que fundamentaram não somente suas abordagens teóricas e metodológicas, mas também um conjunto de proposições para a Amazônia.

Ao analisar a região e a regionalização sob a perspectiva da Geografia Política, a autora explorou a dimensão territorial, política e de poder que permeia as relações socioespaciais em diferentes escalas. O enlace entre esses componentes contribuiu substancialmente para a produção do arcabouço teórico da geógrafa Bertha Becker, bem como forneceu elementos para a elaboração de diversas proposições para a Amazônia. Nesse sentido, ela defendia a regionalização como instrumento político e a região como poder territorial.

Além disso, infere-se que a referida geógrafa superou a perspectiva da região funcional e incorporou novos elementos à abordagem teórica desse conceito e da regionalização: a) ao concebê-las como poder territorial, em face de seu potencial político; b) ao realizar uma abordagem relacional e multiescalar; e c) ao analisar essa questão sob o viés crítico e dialético. Portanto, os estudos desenvolvidos a partir dessa perspectiva reafirmam a importância do território e da região como categorias fundamentais para a Geografia, tornando-se imprescindíveis para a compreensão da Amazônia na contemporaneidade.

3.3.3. Conflitos

Ancorada nos conceitos de território e territorialidade, Bertha Becker, ao analisar as transformações e os múltiplos processos que conformam a fronteira amazônica, evidenciou o surgimento de diversos conflitos na região em decorrência da atuação do Estado, conforme tratamos anteriormente. Ao problematizar a multidimensionalidade do poder, a autora compreende a territorialidade dos distintos atores sociais como expressão de estratégias de resistência frente aos setores capitalistas privilegiados por diferentes políticas e medidas estatais, revelando a complexidade e a intensidade das relações de poder que se estabelecem entre esses atores no espaço amazônico.

Diante dos interesses em disputa entre os atores detentores do poder político e econômico e os grupos dominados, as relações tornam-se conflituosas; assim, a partir de seus espaços vividos, os grupos sociais dominados enfrentam o poder do próprio Estado, das corporações e do latifúndio, enfim, de todos os setores que representam seus interesses econômicos dentro da lógica do capital.

A produção do espaço pelo Estado na Amazônia interferiu nos territórios das populações locais, tais como indígenas, pequenos agricultores, seringueiros, quilombolas e pescadores, que foram fortemente afetados pelas obras de infraestrutura e pelas diferentes formas de apropriação da terra. Esse processo desencadeou uma série de conflitos desses grupos sociais com o próprio Estado, com fazendeiros e mineradoras, entre outros. Becker (2015, p. 277) analisa que “os conflitos que ocorrem na fronteira são intrínsecos à sociedade brasileira e constituem fruto e condição da integração do território”. Além de situar esses conflitos no contexto histórico brasileiro, salienta-se que a natureza dos mesmos na

Amazônia, sobretudo aqueles relacionados à apropriação da terra, decorre do processo de integração territorial da região, o que demonstra sua especificidade regional.

Becker, salienta que a atuação do Estado na fronteira não reduziu os conflitos, mas os agravou, uma vez que privilegiou os grupos dominantes em detrimento dos grupos locais e dos imigrantes. “[...] O Estado regula a um tempo o monopólio da propriedade da terra e a mobilidade da força de trabalho, faces da mesma moeda” (Becker, 2015a, p. 240–241). Desse modo, “empresas agropecuárias e fazendeiros individuais exercem conjuntamente o monopólio da terra, dominando em termos de apropriação da terra” (Becker, 2015c, p. 21). O resultado desse processo evidenciou a estratégia geopolítica do Estado ao garantir mão de obra sem assegurar o acesso à terra.

Estabelecida essa estratégia geopolítica, o Estado engendrou, na Amazônia Oriental, quatro tipos de ocupação: a) a ocupação induzida, promovida por grandes fazendas de gado e por fazendeiros individuais que utilizaram crédito disponibilizado pelo governo; b) a ocupação subsidiada por incentivos fiscais oferecidos às empresas agropecuárias; c) o território de ocupação dirigida, constituído pela colonização oficial do governo, promovida pelo INCRA ao longo da rodovia Transamazônica; e d) os territórios de enclaves de ocupação tradicional. Já na Amazônia Meridional, a atuação da iniciativa privada e dos pequenos produtores foi mais significativa no período analisado pela autora, que exemplificou esse processo no norte do Mato Grosso, onde foram identificados três tipos de territórios: a) o território da grande empresa agropecuária; b) o território da colonização particular; e c) o território da associação Estado/iniciativa privada. Em Rondônia, a ocupação dirigida foi marcante, pois, segundo a autora, revelou tanto os mecanismos de ação do Estado quanto a potencialidade da prática social.

Tais formas de ocupação, além de favorecerem o surgimento de novos atores sociais, como o grileiro e o posseiro, promoveram o esfacelamento da organização camponesa, o que resultou na mudança da relação desses grupos com a terra. Se antes buscavam a obtenção do papel social da terra, isto é, a produção, após as mudanças engendradas pelo Estado em benefício das empresas e dos fazendeiros, a terra passa a ser fator de produção, tanto para o camponês quanto para os agentes capitalistas (Becker, 2015). Nesse sentido, a autora destaca que:

É nesse nível, pois, que se dá o conflito entre as diversas formas de produzir, a disputa pelo domínio do espaço entre os vários agentes, com suas lógicas e disponibilidades. É nesse nível que fica patente a destruição das bases camponesas tradicionais para que se engajem no circuito da força de trabalho. No processo de apropriação-expropriação de ritmo acelerado, surgem, contudo, contradições, criando-se situações que escapam ao controle dos dominadores. A mobilidade socioespacial é um processo de aprendizagem e conscientização em que o camponês tradicional altera sua lógica quanto à posse da terra e, além de elaborar estratégias de sobrevivência, assimila táticas de defesa e de ataque: a invasão e a luta armada (Becker, 2015a, p. 249).

São analisados também os conflitos na região que abrange os estados de Goiás, Maranhão e Pará, no chamado Bico do Papagaio, onde se evidenciaram os conflitos mais intensos. Ao pesquisar essa área ao longo da rodovia Belém-Brasília, a autora identificou diversos conflitos fundiários envolvendo atores como grileiros, fazendeiros, empresários, posseiros, indígenas, garimpeiros e pequenos agricultores, sendo a posse da terra o principal motivo. Verificou-se, ainda, a existência de conflitos no interior do bloco do poder, nos quais as esferas federal e estadual disputavam a competência sobre a área de atuação dos órgãos fundiários. Mesmo no interior de órgãos federais, como o INCRA, havia divergências quanto ao processo de colonização. Ademais, tornaram-se evidentes as contradições entre Estado e Igreja, sobretudo no que se refere à concepção econômica. Diante desse contexto, a autora afirma que:

Os conflitos são assim muito complexos, tanto no que se refere aos atores em jogo como às terras disputadas: todos os atores – índios, posseiros, fazendeiros, madeireiras e instituições governamentais – disputam todos os tipos de reservas de terras, as de dentro e as que circundavam as áreas de colonização, sejam reservas particulares de cada estabelecimento, sejam as públicas [...] (Becker, 2015b, p. 438).

Analisou-se ainda, os conflitos decorrentes do processo de ocupação em Rondônia, caracterizado como uma estratégia de ocupação dirigida pelo Estado, diferentemente de outros estados da Amazônia, onde a ocupação foi diversificada e conduzida por distintos atores. Em Rondônia, coube ao INCRA comandar o processo de colonização por meio da regularização fundiária e do povoamento rápido e induzido. Esta última estratégia funcionou como uma variante da regularização fundiária para enfrentar as rápidas invasões, gerando fortes tensões (Becker, 2015b). Tal processo promoveu intensa migração, o que intensificou os conflitos pela terra.

A implantação do Programa Grande Carajás, a partir da atuação da CVRD no final da década de 1970, ocorreu em um contexto no qual o Estado brasileiro se

utilizou da criação de empresas estatais que se transnacionalizaram e encontraram na Amazônia um terreno fértil para a exploração de recursos minerais, em face do elevado potencial de reservas. A área de implantação do projeto sobrepôs-se aos territórios de estados e municípios, o que motivou conflitos entre as esferas governamentais. Conforme Bertha Becker, tratou-se de um empreendimento que promoveu uma verdadeira:

[...] redivisão territorial em curso na região. A nova malha territorial “programada” pelo Estado e superposta às existentes representa perda de poder de decisão para os governadores estaduais e administradores locais, que, no entanto, têm de utilizar seus magros recursos para atender a problemas locais decorrentes da implantação de grandes projetos [...] (Becker, 2015b, p. 487).

Diante disso, emergiram conflitos entre diversos atores envolvidos no programa, tais como posseiros versus fazendeiros; madeireiros versus indígenas; posseiros, INCRA e madeireiros em reservas públicas ou em bloco; posseiros/INCRA versus indígenas/FUNAI; bem como posseiros versus Estado e loteadores em reservas urbanas. Assim, “[...] movimentos de contestação contra o espaço produzido/controlado, centralizado e hierarquizado reivindicam um contraespaço” (Becker, 2015a, p. 277). Nessa mesma linha, Silva (2007, p. 287) ressalta que “[...] a fronteira é conflito, instabilidade, conquista e resistência. Diversos movimentos sociais visam neutralizar as representações dominantes na fronteira agrícola capitalista, tais como o Movimento dos Sem Terra, Povos do Cerrado, Povos da Floresta etc.”. Nesse processo reside o potencial político da fronteira, conforme preconizado pela autora que, ao analisar tais processos situa-os conforme as escalas de ocorrência, os atores envolvidos, formas de organização e estratégias de lutas.

São identificados, ainda, os conflitos de territorialidades causados pela expansão da soja, processo dominado por grandes grupos que controlam a produção desse gênero e que contam com um enorme aparato logístico, fortalecendo-se “com a crise do Estado, pressionando-o mediante alianças políticas e governos estaduais, propondo-se a financiar parte do asfaltamento da BR-163 e até mesmo abrindo estradas e novas frentes” (BECKER [2007] 2015, p. 165). Nesse processo de expansão, indígenas e pequenos produtores são afetados, pois, em parte, o avanço da soja ocorre em áreas já consolidadas. Diante disso, esses grupos sociais organizam-se e resistem ao avanço desse setor, pressionando o Estado e exigindo a manutenção de suas terras e a proteção ambiental.

Becker ([2007] 2015) considera que o fortalecimento dos movimentos sociais é uma questão fundamental para a resolução desse conflito, seja cobrando as empresas, seja cobrando o Estado. Embora destaque os conflitos provenientes da expansão da soja, a autora menciona também os impactos desse setor, concordando, portanto, que ele pouco contribui para o desenvolvimento regional. Por fim, ela questiona a postura do Estado frente a essa questão, ou seja, se irá “favorecer o processo de expansão da agricultura capitalizada, subsumindo a produção familiar, ou, firmemente, manter os produtores familiares” (BECKER [2007] 2015, p. 167). Como posicionamento, defende-se a criação de novas unidades de conservação, o impedimento da abertura de novas fronteiras e a adoção do zoneamento ecológico-econômico. Em síntese, a autora é favorável à coexistência da produção de soja e à permanência das populações locais.

Ao longo de seus estudos sobre a Amazônia, Becker observou que as políticas territoriais conduzidas pelo Estado provocaram o desencadeamento de diversos conflitos de territorialidades e que, nesse processo, as populações locais buscaram se organizar para fazer frente às investidas contrárias aos seus interesses. Nesse sentido, os movimentos sociais organizados não apenas protagonizaram grandes debates, como também passaram a ter maior participação nos processos de tomada de decisão e na articulação com organizações nacionais e internacionais, fazendo valer suas pautas na defesa de seus territórios e de suas identidades. Trata-se, portanto, de um processo de aprendizagem forjado na diversidade, conforme observou Bertha Becker, que, ao analisar tais processos, extraiu os componentes geopolíticos a partir das categorias território e territorialidade.

3.3.4. Urbanização

A urbanização é um tema recorrente no pensamento de Bertha Becker. Ao longo de suas reflexões sobre a Amazônia no contexto das políticas desenvolvimentistas, ela analisou a formação de núcleos de povoamento, identificou alterações no padrão de organização das cidades consolidadas, bem como o surgimento de outras, verificou o crescimento populacional de cidades pequenas e médias e suas influências em diferentes escalas, além das

interações internas e externas. A partir dessas dinâmicas, a autora observou que a fronteira amazônica já nasce urbana.

Desde os seus primeiros contatos com a região, observou-se o impacto das rodovias sobre as cidades tradicionais. As reflexões iniciais sobre essa questão na Amazônia resultaram de pesquisas realizadas na década de 1970 ao longo da Rodovia Belém-Brasília, no trecho pioneiro entre as cidades de Castanhal (PA) e Imperatriz (MA), situadas na porção oriental da Amazônia. Com a construção da referida rodovia, essas cidades, além de crescerem vertiginosamente e exercerem a função de coletoras e distribuidoras de mercadorias, passaram a estabelecer relações com Belém e São Paulo, respectivamente.

Entre Castanhal e Imperatriz, fundou-se Paragominas, no estado do Pará, cidade que se estruturou a partir de um pequeno núcleo inicialmente ocupado por imigrantes oriundos do Pará, de Minas Gerais e de Goiás, que tinham como principal atividade econômica a pecuária. O expressivo e rápido crescimento populacional foi acompanhado pela instalação de instituições bancárias e de órgãos governamentais voltados ao fomento da pecuária (Becker, 2015), atividade que se expandiu rapidamente, sendo responsável pela abertura de novas frentes na região.

Entre as referidas cidades ao longo da rodovia, surgiram ainda, vários povoados que expressam a

manifestação de urbanismo, sua forma particular, estando vinculada à sua função no padrão global de circulação do excedente socialmente designado. Essas incipientes formas de urbanismo constituem a base local de operação, elo de uma grande cadeia que mobiliza o excedente em favor da classe mais poderosa e suas expressões espaciais – as metrópoles nacionais e internacionais (BECKER 2015a, p. 129).

Ainda que se tratasse de núcleos urbanos recentemente constituídos e caracterizados por uma infraestrutura incipiente, quando comparados às cidades consolidadas ali situadas, esses povoados, ao se integrarem a áreas economicamente mais dinâmicas, passaram a desempenhar funções estratégicas no âmbito de uma rede urbana em processo de consolidação. Tal rede configurou-se como elemento estruturante dos mecanismos de controle da força de trabalho, assumindo papel central no processo de ocupação territorial da região, segundo a racionalidade do Estado e dos grupos econômicos que

passaram a atuar nessa porção da Amazônia. Essa dinâmica expressa o rápido processo de urbanização intrinsecamente associada às migrações e à mobilidade da mão de obra, a qual passou a ser sistematicamente organizada e regulada a partir desses núcleos urbanos, além de refletirem a expansão agropecuária.

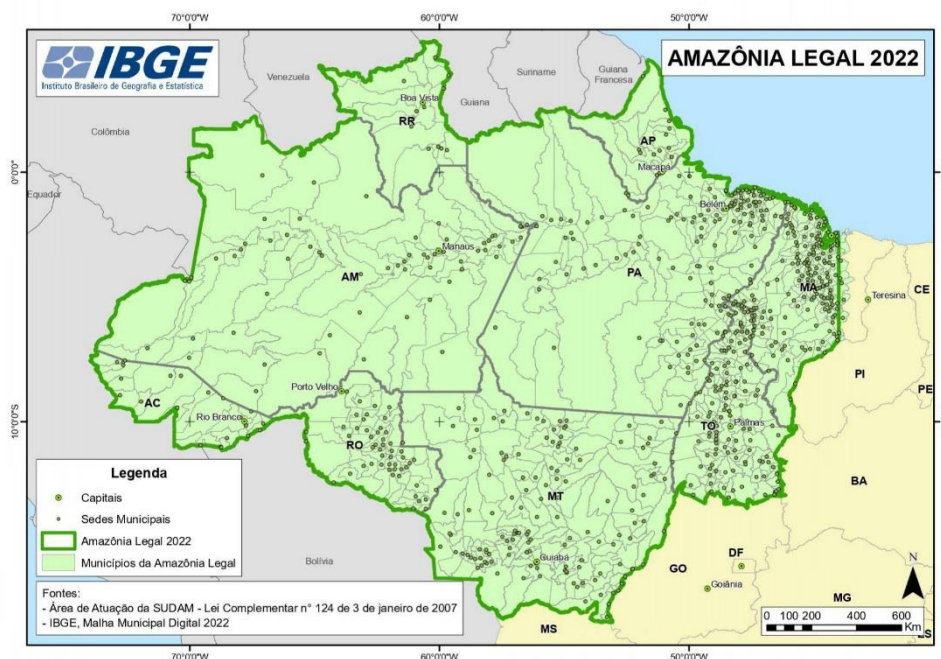
A autora verifica que, dos 22 povoados identificados, 19 surgiram no período de construção da rodovia Belém-Brasília. O levantamento de dados sobre população, funções, relações com cidades próximas, serviços públicos ofertados, nível de renda, atividades rurais e urbanas desenvolvidas, duração, dentre outras características que resumem suas origens e dinâmicas, evidenciava um processo de desequilíbrio socioespacial hierarquizado. A autora fundamentou-se na teoria do desenvolvimento polarizado para analisar essa diferenciação entre os povoados.

Diante disso, Becker (2015) chama a atenção para dois problemas: a estabilidade e a justiça social. Do ponto de vista da estabilidade, são apontadas as tendências de estagnação e de extinção da maioria dos povoados. Já aqueles beneficiados pela localização, em razão da proximidade com centros mais dinâmicos, tenderiam a ampliar suas áreas de influência em nível regional. No que diz respeito à justiça social, o crescimento de povoados e cidades “não corresponde a uma equivalente descentralização econômica, social ou política. Pelo contrário, como elo intermediário na circulação do *surplus*, ele vem sendo implantado com elevado custo social, favorecendo maior concentração no centro” (BECKER, 2015, p. 142, grifo da autora). Observa-se, assim, a preocupação com as condições socioeconômicas, questões ignoradas pelas políticas territoriais conduzidas pelo Estado.

A partir da segunda metade da década de 1970, as transformações na Amazônia tornaram-se mais intensas, com efeitos significativos sobre as cidades. Becker aborda a questão urbana associada ao conceito de fronteira, pois “a *expansão da fronteira efetua-se num contexto urbano, condição de organização do mercado de trabalho regional e de ocupação do território*” (BECKER, 2015b, p. 273, grifo da autora). Desse modo, as transformações que ocorrem na fronteira estão relacionadas ao movimento global do capitalismo em uma nova fase, que se expressa na nova divisão internacional do trabalho, sob a mediação do Estado, o qual exerce controle sobre o espaço econômico e

social, mediado pelos núcleos urbanos que cresceram vertiginosamente a partir do referido período, conforme se verifica no mapa.

Figura 1 – Urbanização na Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2022)

Dadas as dinâmicas que se processam na Amazônia, em que as cidades exercem papel preponderante no processo de ocupação da região, Bertha Becker repensa a fronteira e a própria urbanização a partir do aprofundamento de suas análises, ajustando hipóteses iniciais que são enriquecidas por interpretações sob a ótica geopolítica e pelo conceito de território no contexto do planejamento regional dirigido pelo Estado, bem como por sua ação política como componente fundamental na estruturação da fronteira. Dessa maneira, constata que

é na urbanização que a interdependência entre Estado e sociedade civil tem sua manifestação mais evidente. O processo de urbanização e o planejamento estatal são hoje um evento social integrado que se manifesta exteriormente em dois níveis de urbanização: a do espaço social e a do espaço territorial (BECKER 2015, p. 409).

A urbanização do espaço social é dinamizada com base na atuação política e econômica do Estado, com vistas a garantir um aparelhamento que permita a circulação do excedente e a expansão do mercado consumidor. Já a urbanização do espaço territorial influi sobre o crescimento dos núcleos em si e

sobre sua hierarquização. Essas formas de urbanização são expressões socioespaciais resultantes da diferenciação intrarregional (Trindade Jr., 2013). Para além dessas questões, Becker contribui com debate sobre as cidades na Amazônia ao sustentar que os valores urbanos são elementos constituintes da urbanização na região.

Becker (2015) enfatizou que os núcleos urbanos exercem três papéis principais: a) concentração e distribuição da força de trabalho; b) função político-ideológica, na perspectiva do Estado, que exerce controle e concessão política e econômica; c) fator de mudança da dinâmica regional. Tais papéis são comandados pela circulação, que “comanda os movimentos de organização da rede urbana, que é fruto e condição da estruturação da fronteira” (BECKER, 2015b, p. 411). Por meio da circulação, os núcleos se dinamizaram em quantidade e em concentração populacional, bem como influenciaram e foram influenciados por outros, fazendo emergir novas realidades que reconfiguraram a rede urbana em diferentes formas de urbanização.

Nesse sentido, uma rica tipificação da rede urbana na Amazônia foi organizada pela autora, considerando o crescimento urbano e os modelos de urbanização. No que concerne ao crescimento urbano, observou-se a expansão e a consolidação dos centros regionais e sub-regionais, bem como a expansão e a concentração nas capitais que já apresentavam importante dinamismo em relação a outros núcleos, além da reprodução de núcleos dispersos e da retração de núcleos antigos. Quanto aos modelos de urbanização, a autora identificou que eles ocorreram de forma espontânea ou foram dirigidos exclusivamente pelo Estado; outros, pela iniciativa privada, no bojo dos grandes projetos privados; e aqueles que se desenvolveram em áreas tradicionais. Essas múltiplas formas pelas quais a urbanização se apresenta na Amazônia evidenciam a heterogeneidade da região captada por Bertha Becker e analisada a partir da abordagem multiescalar.

A última obra resulta de uma pesquisa coordenada por ela e que fez parte de um projeto apoiado pelo CNPq, intitulado *Dinâmica das Cidades Amazônicas, Globalização e Desenvolvimento Regional*, subdividido em três subprojetos. Um deles investigou os surtos econômicos nas cidades de Belém, Manaus, Parintins, Santarém, Rio Branco e Imperatriz. Tal trabalho foi incentivado pelo professor Peter Taylor durante o período em que Becker esteve como pesquisadora

visitante na Universidade de Loughborough, na Inglaterra no ano de 2005. A partir do resultado dessa pesquisa foi publicado o livro *“A urbe amazônida – a floresta e a cidade”* e uma sequência de três artigos publicados em 2013, ano do seu falecimento. Trata-se de uma obra com foco nas cidades como possibilidade de um novo padrão de desenvolvimento.

De acordo com Becker (2015e), várias cidades na Amazônia passaram por surtos econômicos não consolidados. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender a razão pela qual as cidades não promoveram o desenvolvimento regional; ademais, problematizou-se sobre outras razões do não desenvolvimento para além das limitações no dinamismo das cidades. Nessa direção, Bertha Becker fundamentou sua pesquisa na teoria materialista da cidade, desenvolvida pela urbanista canadense Jane Jacobs, que consiste na explicação de que o dinamismo econômico das cidades se dá a partir do trabalho novo e do trabalho velho. Para essa autora, conforme explica Becker (2015e, p. 315), a diferença entre eles é a seguinte:

Este último consiste em produzir mais e mais do que já é produzido — ou seja, mais do mesmo. Esse trabalho de produção repetitivo leva a uma forma de crescimento econômico que não conta como verdadeira expansão econômica. Isso porque, embora a economia possa aumentar, ela permanece essencialmente a mesma em conteúdo, estrutura e complexidade. Trabalho novo, por outro lado, é trabalho de desenvolvimento: além de promover o desenvolvimento da economia, ainda cria novas divisões do trabalho capazes de mudar essas últimas características.

As interações entre as duas formas de trabalho possibilitam o dinamismo das cidades ao atingirem significativo nível de desenvolvimento, movido pelo trabalho novo, capaz de multiplicar as exportações, criar novos mercados e promover a substituição das importações. Desse processo se originam os surtos econômicos. Becker enfatiza que a referida teoria foi condizente com a realidade das cidades na Amazônia, e os resultados de sua investigação se desdobraram em três proposições teóricas: a questão do trabalho nas cidades; as relações entre as cidades e a natureza dos surtos; e a ação geopolítica do Estado.

O trabalho velho é verificado nas formas de organização socioespacial na Amazônia colonial. Ele correspondia às práticas tradicionalmente desenvolvidas pelos indígenas na produção de seus espaços, a partir dos conhecimentos e das técnicas produzidos por esses grupos, que foram incorporados ao cabedal

técnico introduzido pelos colonizadores, contribuindo para o surgimento do que Becker (2015e) chamou de *proto-urbes*, isto é, os lugarejos e aldeamentos que foram se multiplicando ao longo do tempo e criando um padrão de povoamento em rede. “Houve, portanto, trabalho novo a partir do trabalho velho aparentado indígena, tendo seu efeito multiplicador gerado novos grupos de lugarejos e aldeamentos” (BECKER, 2015e, p. 329). Novamente, a autora recorreu à história para explicar os fundamentos da produção do espaço na Amazônia, analisando de maneira articulada esse processo em diferentes contextos e escalas.

A formação das primeiras cidades na Amazônia data do processo de ocupação pelos portugueses; a partir daí, elas continuaram a se formar em diferentes períodos. Algumas delas passaram por surtos econômicos, quando suas economias foram impulsionadas pela comercialização de produtos extrativistas e pela agropecuária, com o objetivo de atender ao mercado externo no contexto do capitalismo comercial e industrial. Durante esses surtos, os produtos eram exportados sem que houvesse agregação de valor, ou seja, sofriam pouca ou nenhuma transformação. Tal processo não gerou dinamismo urbano e econômico capaz de criar novos mercados e promover a expansão e, sobretudo, não promoveu a substituição das importações. O trabalho novo, capaz de gerar esse processo, não se encontrava nessas cidades, mas era comandado externamente, conforme aponta Becker (2015e, p. 330):

Direcionadas pelo mercado externo, as urbes amazônicas cresceram devido ao comércio de importações praticamente sem substituição. Justamente o trabalho novo, capaz de direcionar o mercado, não estava localizado nessas urbes, mas sim nas cidades que comandavam a economia, remetendo às relações entre as cidades.

Becker observa que a relação entre as cidades é marcada por dominação e subordinação, na qual as cidades detentoras do trabalho novo dominam o processo econômico, influenciando a duração e a natureza dos surtos: “Historicamente, a economia dos núcleos foi dominada pelo monopólio econômico e pelo poder político das grandes cidades da economia-mundo” (BECKER, 2015e, p. 331). Para a autora, a substituição das importações romperia com essa lógica de dominação.

Além da subjugação ao mercado externo, a autora destaca que o mercado interno não foi forte o suficiente para garantir um dinamismo capaz de gerar expansão, pois a população local, em sua maioria, não detinha condições de

impulsionar o mercado consumidor em razão das precárias condições de vida. Enquanto isso, a elite supria suas demandas por meio da importação de produtos de primeira necessidade. Nesse ponto, Becker ressalta que os surtos, por serem de natureza econômica, não possuem vinculação com a promoção da justiça social, sendo esta uma atribuição da política. Ela enfatiza que “a ausência de uma política pública para promover a justiça social acarretou um dinamismo socialmente desigual, que pesou sobremaneira na fraqueza do mercado doméstico” (BECKER, 2015e, p. 332). Tal processo se verifica até os dias atuais e constitui um dos grandes desafios ao desenvolvimento da Amazônia.

Por último, Becker (2015e) destaca que a ação do Estado interfere nos surtos econômicos para atender a seus interesses geopolíticos. Com isso, determinadas cidades se beneficiam, a exemplo daquelas escolhidas para sediar instituições políticas ou projetos econômicos, como foi o caso de Manaus, que, devido à sua localização estratégica no entroncamento de dois importantes rios e à posição de destaque na porção ocidental da região, vem, desde o Império, assumindo centralidade no bojo das estratégias estatais, sendo a criação da Zona Franca de Manaus uma medida geopolítica recente. Becker destaca, ainda, a criação de municípios como outra forma de assegurar a presença do Estado visando ao controle do território, porém com oferta insuficiente de serviços públicos. Para a autora, políticas voltadas à promoção da justiça social e do desenvolvimento seriam mais eficientes na garantia da segurança e da soberania da região.

Diante dos resultados da investigação sobre os surtos econômicos, Becker realiza uma análise do quadro das cidades na Amazônia na primeira década do século XXI e constatou que elas “não superaram a condição de lugares centrais e, por isso, não impulsionaram a expansão econômica e o desenvolvimento regional” (BECKER, 2015e, p. 336). No que concerne ao quadro relacional, a autora destaca que as cidades continuam sendo comandadas por agentes externos, nacionais e internacionais, detentores do trabalho novo, introduzido de modo que não agrega valor aos produtos locais, o que impossibilita a substituição das importações, fator essencial para o dinamismo urbano.

Nesse quadro, Manaus e Belém se destacam na rede urbana regional, exercendo influência na Amazônia Ocidental e Oriental, respectivamente, em

função dos serviços que oferecem, sendo seguidas por cidades intermediárias, que mantêm relações diretas com núcleos menores por meio de diversos fluxos. Mesmo do ponto de vista populacional, essas duas metrópoles apresentavam — e continuam apresentando — diferenças em relação às demais, não apenas em seus respectivos estados, mas também em escala regional.

De acordo com Becker (2015e), o crescimento de cidades intermediárias no entorno da capital paraense rompeu a prevalência dessa cidade no chamado arco do fogo. Sobre a posição de Manaus e Belém, a autora chama ainda a atenção para o fato de que

a centralidade dessas duas capitais é restringida pela influência de outras cidades. No caso de Manaus, é São Paulo, cidade mundial cuja hegemonia alcança Rondônia e Acre; no caso de Belém, sua área de influência vem se confinando ao longo da Belém-Brasília pelo avanço em importância do eixo Brasília-Goiânia, encontrando-se os dois eixos em torno de Marabá (p. 337).

Embora as cidades na Amazônia não tenham promovido o desenvolvimento regional, pelas razões acima mencionadas e evidenciadas a partir da investigação sobre os surtos econômicos, propõe-se um novo modelo de desenvolvimento que leve em consideração a melhoria da qualidade de vida da população, aliada à sustentabilidade, a partir das cidades, uma vez que elas são “a base logística para o desenvolvimento regional” (BECKER, 2015c, p. 183). Nesse sentido, a autora apresenta cinco elementos que considera fundamentais para que a região atinja um novo padrão de desenvolvimento: 1) inovação industrial que agregue valor aos produtos regionais; 2) consideração do legado dos surtos anteriores, uma vez que podem conter conhecimentos ou equipamentos capazes de impulsionar um novo surto; 3) planejamento estatal voltado ao desenvolvimento regional, isto é, ações do Estado que vão além do controle do território; 4) exploração do potencial da cultura por meio do desenvolvimento da chamada cultura criativa; 5) desenvolvimento de serviços ecossistêmicos ancorados na ciência e na tecnologia. Sobre essas questões, trataremos no próximo capítulo.

Na sua última obra, Bertha Becker retoma questões levantadas durante suas primeiras pesquisas na região, no que diz respeito às questões urbanas, e as confronta com o estudo sobre os surtos econômicos. Anteriormente, levantou-se a hipótese de que “é discutível que a multiplicação dos centros urbanos na periferia expresse efetivamente a difusão do processo de desenvolvimento”

(BECKER, 2015a, p. 142). A autora também questionou se a ausência de crescimento ocorreu em decorrência das estruturas tradicionais existentes na região, uma vez que as cidades na Amazônia cresceram no contexto de uma nova estrutura. Por fim, destacou que, se a prioridade das políticas conduzidas pelo Estado tivesse como foco a equidade social, seria necessário destinar atenção ao que chamou de “potencialidades humanas”, a fim de gerar inovação e, desse modo, promover o desenvolvimento efetivo (BECKER, 2015a). Ressalta-se, portanto, que o crescimento não é garantia de desenvolvimento e que a equidade social demandaria maior atenção para que se alcance o desenvolvimento efetivo.

Bertha Becker preocupou-se não apenas em compreender o papel das cidades no desenvolvimento regional, do ponto de vista teórico — como no estudo sobre os surtos econômicos —, mas também em elaborar prognósticos e propor diretrizes consideradas fundamentais para o desenvolvimento da Amazônia em diferentes escalas. Esse contexto engloba o desenvolvimento sustentável como uma demanda de diversos atores da região, articulada à ciência e à tecnologia. Nessa perspectiva, as cidades são cruciais para a efetivação desse processo.

Concordamos com Trindade Jr. (2013, p. 105) ao sinalizar que “a validade da metáfora da ‘floresta urbanizada’, proposta por Becker, parece ganhar força, como legado, para a leitura dos novos processos e cenários que se apresentam para a região”. Nessa perspectiva, a temática urbana constitui uma das maiores contribuições de seus estudos sobre a Amazônia, sobretudo quando articulada a outros temas, conceitos e processos e, mais ainda, quando analisada sob a ótica da Geografia Política e da Geopolítica, o que torna suas abordagens ainda mais enriquecedoras.

Os temas aqui abordados atravessam de forma transversal a obra da geógrafa Bertha Becker, sendo analisados em distintos contextos sociais, políticos, econômicos e geopolíticos. Tais temas constituem elementos estruturantes do núcleo teórico da autora, na medida em que, a partir deles, Becker articulou conceitos e métodos voltados à compreensão da Amazônia como eixo empírico privilegiado de investigação, produzindo sentidos epistemológicos marcados por continuidades e discontinuidades.

No que concerne às discontinuidades, em parte, alguns elementos já foram aqui tratados e serão abordadas com mais detalhamento no capítulo seguinte, no qual novos elementos analíticos são incorporados às reflexões da autora. Constata-se, ainda, uma mudança substantiva em sua postura intelectual e prática diante da problemática amazônica. Nesse sentido, a autora ultrapassa os limites da investigação estritamente acadêmica e passa a assumir um posicionamento mais propositivo, voltado à formulação de ações concretas no âmbito das políticas públicas, decorrente de sua atuação em distintos órgãos governamentais.

4. QUADROS GEOPOLÍTICOS, NOVAS ABORDAGENS E PROPOSIÇÕES FRENTE AOS DESAFIOS AMAZÔNICOS CONTEMPORÂNEOS

4.1. Quadros geopolíticos

É inquestionável o papel geopolítico da Amazônia desde a sua formação territorial. Todavia, estratégias geopolíticas efetivas voltadas ao processo de ocupação somente ocorreram séculos mais tarde, quando já haviam sido superadas todas as questões relacionadas à definição dos limites territoriais. Assim, consolidou-se a necessidade de integrá-la ao território nacional, o que ocorreu de forma decisiva a partir da década de 1960, conforme já abordado. A partir desses diversos contextos, fez-se a leitura dos quadros geopolíticos daí advindos. Nesse sentido, abordaremos brevemente o que consideramos como quadros geopolíticos analisados por Bertha Becker.

Segundo Becker e Stenner ([2008] 2015), na Amazônia, a geopolítica sempre esteve presente desde o processo de ocupação, configurando-se como um fator preponderante no domínio português na região, uma vez que o aspecto econômico, embora presente nas intenções durante as incursões colonizadoras, não teve a mesma relevância nesse contexto. Desse modo, as estratégias geopolíticas traçadas pela Coroa Portuguesa foram decisivas para assegurar o controle e a ocupação da região.

A análise desse contexto como um quadro geopolítico foi interpretada por Bertha Becker à luz da geopolítica clássica, pois envolveu as disputas entre potências coloniais pela Amazônia, considerando sua posição, extensão e os possíveis recursos existentes, no caso, as drogas do sertão. Utilizando-se de estratégias militares de defesa e conquista do território, implantaram-se fortificações em pontos estratégicos ao longo dos principais rios, valorizando-se, assim, os aspectos físicos como principais atributos no processo de conquista.

O projeto de integração e desenvolvimento da Amazônia, implantado pelo Estado sob a égide dos militares, constitui-se como um dos mais significativos quadros geopolíticos devido as grandes alterações no conjunto da região e que, a nosso ver, a geopolítica assumiu um duplo sentido. O primeiro diz respeito à utilização do potencial geopolítico e estratégico da região como espaço de poder, por meio do controle do território para sua exploração econômica, privilegiando grupos econômicos privados nacionais e internacionais. Paralelamente a esse

processo, foram postos em prática interesses geopolíticos e ideológicos, fundamentados “[...] na doutrina de segurança nacional, cujo objetivo básico do governo militar tornou-se a implantação de um projeto de modernização nacional [...]” (BECKER, [1990] 2015, p. 12). Desse modo, as estratégias governamentais traçadas com vistas ao processo de integração inserem-se em um quadro geopolítico que combinou o potencial geopolítico da região e os interesses geopolíticos dos militares.

As estratégias foram meticulosamente postas em prática, sendo articuladas em cada ação dos militares, como as formas de apropriação da terra, o controle da mobilidade do trabalho, as políticas urbanas, a regionalização, os polos de desenvolvimento, o Programa Grande Carajás, a maneira de lidar com os conflitos, a criação de órgãos fundiários, entre outros. Bertha Becker interpretou geopoliticamente esses processos e destacou, como um dos exemplos mais nítidos, o que ocorreu em Carajás, caracterizado como “geopolítica pura, de base territorial. Geopolítica contemporânea em que se delineia a fragmentação do Estado e a gestão ‘privada’ do espaço nacional por ações de poderosa corporação estatal e da territorialidade de grupos sociais, faces antagônicas de um só e mesmo processo” (BECKER, 2012, p. 147). Esse caso específico pode, inclusive, ser interpretado como um quadro geopolítico à parte, dada a grandiosidade do programa, os atores envolvidos, os interesses em jogo e os conflitos.

Outro quadro geopolítico relevante situa-se em um contexto totalmente novo, caracterizado pela alteração no papel do Estado, pela emergência das questões ambientais — nas quais a Amazônia se torna o centro do debate — e pelo surgimento de movimentos sociais que atuam na esteira desse processo. O esgotamento do nacional-desenvolvimentismo¹⁴ expressou uma mudança significativa no papel do Estado¹⁵ na região, em face da conjuntura política nacional e econômica nas escalas nacional e internacional. Após um interregno de aproximadamente uma década, período em que o Estado deixou de exercer a primazia observada em fases anteriores, novos projetos passaram a ser

¹⁴ De acordo com Becker (2004), esse período se inicia na década de 1930, durante a Era Vargas.

¹⁵ “[...] O Brasil vive a democratização das instituições políticas em situação de crise econômica, ao longo dos anos 80. A vontade da nação recuperada alia-se forte redução da capacidade de ação do Estado, que pulveriza as políticas públicas em programas setoriais não articulados” (MORAES, 2005, p. 143).

implementados a partir de meados da década de 1990. Contudo, as questões ambientais passaram a assumir papel hegemônico, orientando e condicionando as intervenções na região. Nesse sentido, os movimentos sociais, empoderados pela agenda ambiental, atuam de forma organizada e articulada nas escalas regional, nacional e internacional, no contexto da globalização.

Esse quadro geopolítico confere à região um novo significado, no qual o seu potencial natural passa a ser valorizado para além do foco que anteriormente se concentrava quase exclusivamente na exploração dos recursos minerais. Nesse novo contexto, a Amazônia torna-se uma fronteira “do uso científico e tecnológico da natureza” (BECKER [2004] 2015, p. 192). Nessa perspectiva, alteram-se ainda as escalas de articulação dos diversos atores e da própria região, redimensionando, portanto, a sua importância geopolítica.

Bertha Becker mobilizou elementos da geopolítica clássica para a análise da Amazônia ao considerar sua posição geográfica, extensão territorial e disponibilidade de recursos naturais. Todavia, a autora também incorpora outras perspectivas analíticas, como aquelas relacionadas às dinâmicas socioespaciais, superando o que se convencionou denominar de “destino manifesto” da geopolítica, abordagem que atribuía centralidade quase exclusiva aos fatores físicos enquanto determinantes estratégicos do espaço. Nesse sentido, “ele se torna condição da reprodução generalizada e, como tal, o espaço do poder” (BECKER, 2012, p. 122). Ao examinar essas manifestações empíricas, Bertha Becker extraiu os elementos geopolíticos nelas subjacentes e os articulou conceitualmente, contribuindo de modo significativo para o avanço epistemológico da Geografia, em especial nos campos da Geografia Política e da Geopolítica.

4.2 Novas abordagens

As abordagens analisadas nesta seção inserem-se no último quadro anteriormente mencionado e situam-se no contexto internacional da globalização, cujos desdobramentos produziram impactos significativos no Brasil. Em 1972, quando ocorria a primeira grande conferência sobre o meio ambiente em Estocolmo, a Amazônia passava por um intenso processo de intervenção que destoava completamente dos debates ali suscitados. Conforme

já abordamos, as políticas desenvolvimentistas causaram grandes impactos negativos do ponto de vista social e ambiental na região. Nesse contexto, o Brasil sofreu pressões e cobranças¹⁶ no sentido de adotar providências contra a devastação de seus recursos, sobretudo das florestas e das espécies da fauna. No ano seguinte, em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente, que incorporou uma ótica tecnicista, tendo suas ações focadas no combate à poluição (MORAES, 2005). Em 1981, foi criada a Política Nacional de Meio Ambiente, que integrou o Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Nesse contexto, do ponto de vista político, o Brasil vivenciava o processo de democratização; no que concerne à economia, vivia-se uma crise. Todavia, dada a sua importância do ponto de vista ambiental, pautas nesse âmbito, como as mencionadas, assim como outras, foram implementadas mesmo diante desse cenário conturbado. A partir do Programa “Nossa Natureza”, em 1988, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no mesmo ano em que foi promulgada a nova Constituição, fruto de intensos debates, nos quais os movimentos sociais conseguiram inserir parte de suas pautas no novo texto constitucional. Nesse mesmo ano, o Brasil foi escolhido como sede da Segunda Conferência sobre Meio Ambiente, a Rio-92. Já na década de 1990, foi criado o Ministério do Meio Ambiente. Embora inserido em uma conjuntura difícil do ponto de vista social e econômico, a questão ambiental conferiu ao Brasil uma posição relevante no cenário internacional, sobretudo por conta da Amazônia. Evidentemente, em função dos atores envolvidos, dos interesses em disputa e das escalas de abrangência das políticas ambientais, constituem-se enormes desafios para a implementação de ações efetivas.

É sobre esse novo cenário que a geógrafa Bertha Becker se debruça a partir da década de 1990, à luz da Geografia e da Geopolítica, mobilizando conceitos que tanto auxiliam na leitura teórica dos processos em curso quanto fundamentam suas proposições, a partir de sua intensa participação em órgãos governamentais, nos quais contribuiu para a formulação de políticas públicas.

¹⁶ De acordo com Karol (2014), o Projeto Aripuanã foi uma tentativa de resposta por parte do governo brasileiro às pressões em relação as questões ambientais, todavia o projeto fracassou.

4.2.1. O debate ambiental: atores e interações

Bertha Becker trata o quadro acima no contexto da releitura da fronteira, atribuindo-lhe um novo significado no âmbito nacional, uma vez que a fronteira móvel, enquanto elemento estrutural do crescimento econômico, é superada em razão da consolidação do processo de povoamento, passando a constituir-se como uma região em si no cenário nacional. Sustenta-se que esse processo se deveu aos avanços políticos, econômicos e sociais ocorridos na região, os quais alteraram sua feição (BECKER, 2005). Esse quadro coincide com as questões tratadas anteriormente, nas quais a região passa a vivenciar um novo cenário, diante da importância assumida pelas questões ambientais e da emergência dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, a Amazônia foi caracterizada como uma fronteira experimental, marcada por uma nova lógica de apropriação do território protagonizada pelo vetor¹⁷ tecnoindustrial (VTI) e pelo vetor tecnoecológico (VTE). Tais vetores representam distintos projetos, atores e formas de utilização do território. Embora o primeiro modelo se caracterize pela execução de projetos nos moldes da economia de fronteira implantado pelo Estado, a existência do segundo modelo constitui um contraponto a esse processo, uma vez que este atua na lógica das políticas preservacionistas e conservacionistas, “configurando a transição para o desenvolvimento sustentável” (BECKER, 2008 p. 236), com a atuação expressiva das populações locais, detentoras de conhecimentos significativos acerca da biodiversidade regional.

Diante do processo de globalização, no qual a Amazônia adquire um novo significado geopolítico mundial em função da sua extensão e das fontes de recursos, Bertha Becker propõe uma outra leitura da fronteira, caracterizando-a como fronteira do capital natural. Nesse contexto, diversas questões são analisadas no que diz respeito aos interesses dos diferentes atores, a exemplo das disputas entre as potências mundiais pelo controle dos recursos naturais, do internacionalismo dos movimentos sociais, da cooperação internacional na condução de grandes projetos e do redimensionamento dos investimentos do capital internacional, que antes eram voltados para o setor produtivo e agora se direcionam a programas de preservação da região. Esse processo envolve

¹⁷ O conceito de vetor utilizado por Bertha Becker parece ter sido adotado das concepções de Perroux, sendo adaptados às leituras sobre a Amazônia e como instrumento de análise da geopolítica e do uso do território pelos diversos atores.

países centrais, grupos sociais locais organizados em diversos movimentos, ONGs estrangeiras, agências de pesquisa e instituições financeiras que, ao mesmo tempo em que possuem interesses em comum, também apresentam divergências e reverberam na organização territorial da Amazônia em diferentes escalas.

De acordo com Becker ([2004a] 2014, p. 193), a nova geopolítica mundial “não mais visa à apropriação direta dos territórios, mas sim o poder de influir na decisão dos Estados sobre o seu uso”. Considerando o papel da Amazônia nesse contexto, a autora, que defende parcerias entre o governo brasileiro e os diversos atores internacionais, chama a atenção para os interesses em jogo nesse processo e sustenta que capacidade de negociação constitui um elemento central nesse jogo de forças, prática que o Brasil ainda tem muito a aprender, pois os países centrais acabam tirando proveito de informações estratégicas provenientes do que ela denominou de estoques da biodiversidade e dos conhecimentos das populações locais, sem a devida contrapartida.

Diante desse cenário, o Brasil e os demais países amazônicos sofrem inúmeras pressões dos países desenvolvidos, no sentido de influenciar a condução de suas políticas ambientais, “normalmente sugerindo que tudo o que afete a região seja compartilhado com as demais nações, em razão de sua significativa importância para a vida na Terra” (GODOY, 2019, p. 298). Nessas circunstâncias, propõe-se a atuação conjunta entre os países que integram a Amazônia sul-americana, com vistas ao “uso conjunto e complementar dos recursos em prol do desenvolvimento regional, tal como ocorre com a formação de blocos supranacionais no mundo contemporâneo” (BECKER, [2004a] 2015, p. 213). Nesse sentido, a autora destaca o papel da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA)¹⁸ na condução de ações voltadas ao desenvolvimento, a partir do aproveitamento do capital natural, ancorado na tecnologia, que pode servir como um trunfo geopolítico no processo de barganha, resistência e integração efetiva. Todavia, na prática, a referida organização não avançou em seus propósitos, pois, em nosso entendimento,

¹⁸ “Os oito países amazônicos da região criaram em 1978 o Tratado de Cooperação amazônica (TCA), que evoluiu em 1998 para a organização do Tratado de Cooperação amazônica (OTCA), com sede permanente em Brasília, voltada basicamente para a concertação de ações no campo do meio ambiente (COSTA, 2019, p. 19).

suas ações não atingem uma escala adequada, capaz de produzir os efeitos desejáveis para o conjunto dos países, embora tenha sido reestruturada em 2002 e tenha sido construída uma agenda estratégica no ano de 2010.

A temática da fronteira política não constituiu o eixo central das análises desenvolvidas pela geógrafa Bertha Becker; entretanto, ao defender a integração entre os países amazônicos, a autora ressalta a importância da reativação dessas fronteiras, sem desconsiderar “as diferentes condições geográficas, socioeconômicas, políticas e culturais que incidem sobre os graus de permeabilidade e vulnerabilidade das fronteiras amazônicas” (BECKER, [2004a] 2015, p. 216). Entende-se que tais diferenciações, associadas aos interesses dos distintos atores que atuam no espaço fronteiro e às prioridades estabelecidas pelos governos nacionais, tendem a dificultar, em certa medida, os avanços no cumprimento dos objetivos da OCTA. Ainda assim, trata-se de uma organização regional, de escala continental, com potencial para contrapor os efeitos da globalização na região.

Embora reconheça os impactos da globalização sobre a Amazônia, Becker (2005, p. 74) chama atenção para o fato de que “os fluxos e redes não eliminam o valor estratégico da riqueza localizada, *in situ*; eles sustentam a riqueza circulante do sistema financeiro, da *in* formação, mas a riqueza localizada no território também tem seu papel e seu valor.”. No nosso entendimento, essa perspectiva se constitui uma das contribuições centrais de Bertha Becker para a compreensão da Amazônia como eixo empírico de análise, na medida em que a autora reafirma sua relevância não apenas enquanto reserva de recursos naturais, mas, sobretudo, como espaço socialmente produzido, resultante de uma dinâmica histórica e social complexa, expressa tanto em seus componentes materiais quanto simbólicos. Ademais, tal formulação confere centralidade ao território enquanto categoria analítica fundamental e à geopolítica como campo privilegiado para a leitura das disputas e estratégias que incidem sobre a região.

Nesse contexto, utilizando-se das redes de comunicação, diferentes atores sociais, a exemplo das populações tradicionais e dos pequenos produtores, articulam-se em várias escalas e passam a exercer papel preponderante no tocante aos projetos ambientais, pautados na lógica do desenvolvimento sustentável “fundamentando-se numa ação descentralizada e

participativa para a proteção da natureza, ao uso sustentável dos recursos naturais e à melhoria da qualidade de vida das populações locais” (BECKER, [2004a] 2015, p. 263). Se antes as populações locais eram atores passivos diante das políticas — no sentido de que não estavam suficientemente organizadas para influir nas decisões governamentais —, nessa nova conjuntura passam a protagonizar as lutas e a implantação de projetos ambientais na escala local com apoio de atores nacionais e internacionais.

O processo de articulação desses grupos sociais estabelece-se a partir das relações com outros atores, configurando um quadro distinto daquele predominante em períodos anteriores, nos quais o Estado concentrava a centralidade das decisões e das ações. A atuação dos movimentos sociais, das organizações não governamentais (ONGs), dos sindicatos, dos partidos políticos, da Igreja Católica, dos governos estaduais e dos municípios, de certa maneira, influenciou a forma de atuação do Estado na região, em razão dos inúmeros embates políticos e ambientais pautados na defesa das suas territorialidades.

Atores como a Igreja Católica, os sindicatos e os partidos políticos desempenharam papel central no processo de organização das populações locais, por meio da mobilização e da criação de diversos movimentos sociais, a exemplo do Conselho Nacional dos Seringueiros como uma das maiores referências nesse processo. No que se refere às ONGs, estas contribuíram para o desenvolvimento de projetos fundamentados nas experiências e nas demandas locais. Já os estados e municípios passaram a exercer papel mais ativo na formulação de políticas direcionadas às suas realidades específicas, em relativo alinhamento com os demais atores envolvidos nesse processo.

Bertha Becker observa que, embora a globalização tenha contribuído com os processos e lutas na direção do uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia, “por outro lado, o mercado estimula a derrubada da floresta, como é hoje o caso da valorização da soja no mercado internacional” (BECKER, [2004a] 2015, p. 283). A autora vê esse processo como contraditório, mas nos causa a impressão de que, a própria autora se contradiz ao defender a coexistência entre o desenvolvimento e a preservação, considerando que não existe dicotomia entre esses dois modelos. Dizemos isso porque, embora ela deixe claro a característica de cada modelo defendido, é pouco provável e a realidade

demonstra que os setores econômicos não se esforçam suficientemente no sentido de desenvolverem suas atividades de maneira sustentável, esforço que acaba recaindo sobre os projetos de menor monta na escala local.

Nessa mesma perspectiva, Becker avalia o caráter dos projetos implementados na Amazônia a partir da década de 1990, discutindo se eles se inserem em uma perspectiva endógena, em contraposição ao modelo exógeno implantado desde a ocupação da região pelos portugueses, com a exploração das drogas do sertão, passando pelos projetos desenvolvimentistas a partir da década de 1960 até meados da década de 1980. Na visão da autora, os projetos implementados a partir da década na região foram positivos, por se tratar de uma resposta do Brasil às pressões internacionais, por meio da cooperação técnica e financeira dos países desenvolvidos. Observa-se, nesse aspecto, outra contradição do próprio processo, pois as respostas às pressões internacionais foram dadas com o apoio daqueles que exercem essa pressão, o que se insere na lógica da nova geopolítica assinalada por Becker, ou seja, os países centrais tentam influir sobre o uso dos recursos naturais do país.

Todavia, a autora chama atenção para o fato de que as tecnologias estão concentradas nos países desenvolvidos, enquanto as reservas de recursos naturais estão concentrados nos países periféricos. Nesse sentido, a autora defende a cooperação internacional, mas salienta que é necessário fazer a regulamentação desse processo de modo a “[...] estabelecer as regras do jogo, porque o que tem acontecido na Amazônia é uma autonomia excessiva da cooperação internacional, ocorrendo abusos inaceitáveis [...]” (BECKER, [2004b] 2015, p. 442). O componente geopolítico se faz presente nessas relações, o que Bertha Becker soube captar muito bem e interpretá-lo numa perspectiva crítica, característica da autora nas análises dos diferentes processos geográficos na Amazônia.

O esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros configuram-se como um verdadeiro divisor de águas na história recente da Amazônia, na medida em que tais processos implicaram transformações substanciais na dinâmica regional. Nesse contexto, o vetor tecnoecológico — constituído por um mosaico de projetos (BECKER, 1999) oriundos da experiência dos referidos atores sociais — passou a ressignificar o território e a produção do espaço e constituindo

novas territorialidades forjadas pela resistência de grupos sociais apoiados em alianças internacionais. Alianças motivadas por interesses ambientais legítimos e por interesses geopolíticos em controlar os estoques da natureza, hoje valorizada como capital natural, particularmente o maior banco genético do planeta (BECKER, [1999] 2015, p. 96).

Esse novo quadro geopolítico viabilizou a projeção de cenários prospectivos para a região, ancorados em políticas públicas fundamentadas no conhecimento científico e no desenvolvimento tecnológico.

4.2.2. Ciência, tecnologia e políticas públicas

Referenciando-se na história, Bertha Becker situa o uso da ciência e da tecnologia na Amazônia como um processo presente desde a ocupação da região, iniciada com a exploração das drogas do sertão e a apropriação de outros recursos. Tal processo foi viabilizado graças às “inovações nas tecnologias de circulação e na ciência de inventário e classificação realizada pelos naturalistas europeus, foram essenciais em todos os períodos da sua formação” (BECKER; STENNER, [2008] 2015, p. 11). Desse modo, assim como a geopolítica, a tecnologia também desempenhou um papel preponderante no processo de apropriação da região, embora as intenções tenham sido voltadas ao benefício de atores externos, em detrimento das populações locais.

Essa observação dos autores constitui um importante componente analítico para a compreensão das dinâmicas da região, pois evidencia a relação tempo-espço como uma dimensão indissociável da realidade social, a qual influenciou de maneira decisiva na configuração do quadro regional atual e, ao mesmo tempo, possibilita projeções futuras. Com base nessa perspectiva, a ciência e a tecnologia constituem-se em instrumentos poderosos que devem ser incorporados às políticas públicas.

As transformações mais relevantes verificadas na Amazônia tiveram no Estado o seu principal agente indutor, materializando-se por meio do que Becker conceituou como **tecnologia territorial do Estado brasileiro**, caracterizado por um conjunto articulado de instrumentos jurídicos, políticos e administrativos que viabilizaram a constituição de uma malha territorial orientada ao atendimento de interesses geopolíticos. Essa malha encontrava-se ancorada ciência, tecnologia e inovação, tendo como um de seus principais produtos a aceleração da

velocidade, entendida como “elemento-chave da transformação, capaz de alterar não só o setor técnico-produtivo civil e militar, como também as relações sociais de poder” (BECKER; STENNER, [2008] 2015, p. 31). Trata-se, portanto, de um contexto em que o uso da ciência e da tecnologia não promoveu a melhoria das condições de vida das populações locais, nem demonstrou qualquer preocupação efetiva com as questões ambientais.

As alterações nas dinâmicas regionais, a partir da década de 1990, quando as questões ambientais ganham relevo, colocam a ciência e a tecnologia em outro patamar, pois, se antes eram utilizadas para explorar a região com vistas ao desenvolvimento, passou-se a questionar sua aplicação no sentido de promover o desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, Bertha Becker forja outro sentido para a fronteira. Trata-se, agora, da fronteira do uso científico e tecnológico da natureza, na qual a Amazônia se torna altamente relevante para o desenvolvimento da ciência mundial (BECKER, [2004a] 2015). Além disso, a autora captou outra perspectiva geopolítica desse contexto: o poder conferido à ciência contemporânea, dada a sua importância na apropriação adequada do capital natural da região, sendo capaz de promover o desenvolvimento sustentável e superar o que ela definiu como a incógnita amazônica.

Ao avaliar a escala de importância da ciência e da tecnologia, Becker destaca o atraso do Brasil em relação aos países desenvolvidos e o atraso da Amazônia em relação ao restante do país, o que se constitui um enorme desafio a ser superado. Nesse sentido, a autora tece críticas à falta de investimentos no setor e à “ausência de uma vontade política efetiva, baseada num planejamento estratégico que priorize esse objetivo” (BECKER; STENNER, [2008] 2015, p. 60). Apesar de tais questões, destaca-se a importância das instituições científicas regionais, a exemplo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), do Museu Paraense Emílio Goeldi, das universidades e das secretarias de ciência e tecnologia, além de empresas e empreendedores existentes na região, que produzem conhecimento, pesquisa e desenvolvimento, sendo condição *sine qua non* para uma revolução tecnológica.

A autora destacou a importância dos avanços da produção científica em Ciências Humanas na Amazônia, mas ressalva que a maioria das temáticas se volta para estudos de caso, o que, para ela, não permite uma visão da região em escala macrorregional. Outra observação diz respeito ao fato de que os estudos

não focalizam as dinâmicas mais atuais da região (BECKER; ALVES; COSTA, 2007). Houve a preocupação em inserir o elemento humano nas pesquisas desenvolvidas pelas ciências da natureza, sobretudo nas relacionadas aos estudos climáticos. Foi o que ela fez durante o período em que coordenou o subprograma Dimensões Humanas do Experimento de Larga Escala da Biosfera–Atmosfera na Amazônia (LBA).

A perspectiva de desenvolvimento regional defendida por Bertha Becker fundamenta-se na inserção ativa das populações locais aos processos decisórios e produtivos, uma vez que esses grupos detêm conhecimentos estratégicos sobre a biodiversidade amazônica e possuem interesse direto em sua conservação. Nesse sentido, a ciência e a tecnologia respeitando nos saberes locais, devem fornecer elementos e criar condições para que a biodiversidade e a manutenção da floresta em pé sejam capazes de competir com commodities, como a soja. Trata-se, portanto, de um ambicioso desafio que precisa ser enfrentado a partir da articulação entre ciência, tecnologia e políticas públicas, considerando as múltiplas escalas.

No tocante às políticas públicas, as pressões exercidas sobre o Estado brasileiro a partir da década de 1990 representaram um passo significativo no processo decisório, no sentido de oferecer respostas mais efetivas às demandas socioambientais. Nesse contexto, antes mesmo da implementação de políticas ambientais propriamente ditas, o Brasil vivenciou um conjunto de projetos estabelecidos por meio de parcerias internacionais, que contaram com a atuação de diversos atores até então excluídos dos processos decisórios governamentais, em razão da centralização na formulação e execução das políticas públicas. Isso favoreceu um conjunto de experiências e aprendizagens para os próprios grupos sociais ao defenderem as suas demandas junto ao Estado e aos diferentes atores nacionais e internacionais.

Dentre os projetos de proteção ambiental implantados no Brasil nesse período, Bertha Becker cita o PPG7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras), o SIVAM/SIPAM, o PROBEM (Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica) e o LBA (*Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment in Amazonia*). Em linhas gerais, trata-se de projetos financiados por países desenvolvidos e gerenciados por agências internacionais. Com exceção do PPG7, já extinto, os demais programas foram

liderados pelo governo brasileiro. Quanto ao PROBEM, este também saiu de operação.

Becker analisou as abrangências, os interesses e os resultados desses projetos. Embora tenha identificado a presença de coerção no âmbito da cooperação internacional, bem como problemas na concepção e na execução do PPG7, a autora avalia positivamente o fato de que todos os projetos integrantes do programa foram orientados às populações locais, a partir de suas demandas. Avalia, ainda, de forma positiva a criação das Terras Indígenas, das Unidades de Conservação e a incorporação de projetos voltados aos pequenos produtores. Trata-se de uma avaliação fundamentada em sua participação direta no programa ao longo de dez anos.

No que diz respeito às Unidades de Conservação e às Terras Indígenas, trata-se de políticas atualmente consolidadas, positivas e necessárias, sendo estas últimas previstas na Constituição de 1988. Quanto aos demais projetos destacados pela autora no âmbito do PPG7, não há parâmetros suficientes para inferir sobre sua efetividade.

As Unidades de Conservação e as Terras Indígenas representadas no mapa foram constituídas no contexto do avanço das políticas ambientais no Brasil que, de acordo com Becker (2004a), passaram a incorporar a questão ambiental como um valor agregado aos valores históricos compartilhados pela sociedade brasileira. Nesse sentido, “as políticas públicas para a Amazônia passaram a refletir o interesse nacional em seus valores históricos, pela incorporação das demandas da cidadania” (BECKER, 2004a, p. 285).

Essas políticas se traduzem na centralidade do desenvolvimento sustentável como uma demanda das populações locais, embora persista o dilema entre preservação e desenvolvimento, uma vez que a própria noção de desenvolvimento é compreendida de maneira distinta pelos diferentes atores que atuam na região. Ademais, as especificidades da Amazônia demandam enfoques diferenciados para cada porção desse vasto e complexo espaço.

Foi nessa perspectiva que se criou o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), no qual a geógrafa Bertha Becker teve participação decisiva no detalhamento da metodologia, juntamente com o geógrafo Cláudio Egler, no âmbito do Laboratório de Gestão do Território da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de um instrumento técnico e político (BECKER; EGLER, 1996),

que incorpora sugestões de diversos órgãos do governo federal à época de sua criação.

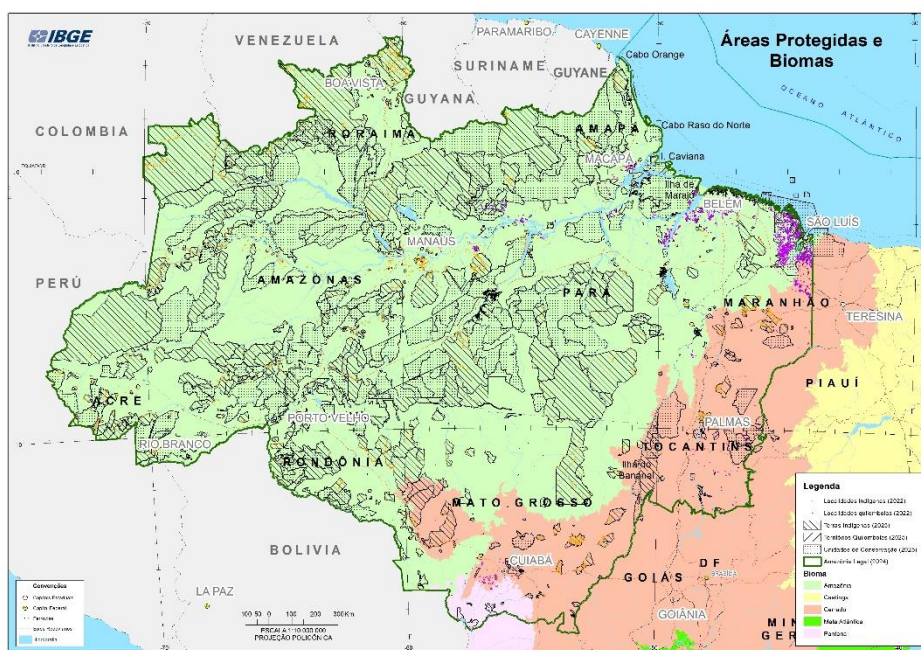
Os autores pensam zoneamento como uma forma de romper com as visões polarizadas entre desenvolvimento e preservação, situando que tal instrumento se constitui uma superação do que se viu na região nas décadas anteriores, conforme já abordamos. Trata-se então de

[...] um instrumento básico para o desenvolvimento sustentável, na medida em que incorpora a dimensão ambiental e a produtiva, considerando o desenvolvimento humano e da consolidação institucional. Para tanto, a definição das zonas ecológico-econômicas deve ser resultante de uma metodologia integradora, de atualização permanente e em tempo real [...] (BECKER; EGLER, 1996, p. 14).

A gestão do território é central na proposta dos autores, pois ele integra a questão do desenvolvimento humano e a viabilidade ambiental a partir dos critérios estabelecidos, quais sejam:

critérios de sustentabilidade, de absorção de conflitos, e de temporalidade, que lhe atribuem o caráter de processo dinâmico, que deve ser periodicamente revisto e atualizado, capaz de agilizar a passagem para o novo padrão de desenvolvimento (BECKER; EGLER, 1996, p. 8).

Figura 2 – Mapa das Áreas Protegidas e Biomas



Fonte: IBGE, 2022.

Por se tratar de uma proposta que busca romper com o modelo de desenvolvimento anterior, ela preconiza a descentralização institucional, a participação da sociedade civil e a flexibilização da base legal, com vistas a

possibilitar o processo de negociação. Conforme as várias abordagens de Bertha Becker sobre o papel dos atores na Amazônia, o ZEE foi pensado no sentido de atender às suas demandas. Por outro lado, como se trata de uma proposta voltada para os estados, em nosso entendimento, isso se deve ao papel mais ativo que estes passaram a ter na condução das políticas públicas; assim, o ZEE se constitui em um instrumento de ação a partir do diálogo entre o governo, a sociedade e o setor produtivo (BECKER [2004a] 2015).

Por se tratar de um instrumento técnico, os autores utilizaram a escala cartográfica; todavia, as dinâmicas inseridas em cada critério são evidenciadas a partir da escala geográfica sistematicamente empregada por Bertha Becker, o que lhe permite uma visão holística, como um dos componentes do zoneamento.

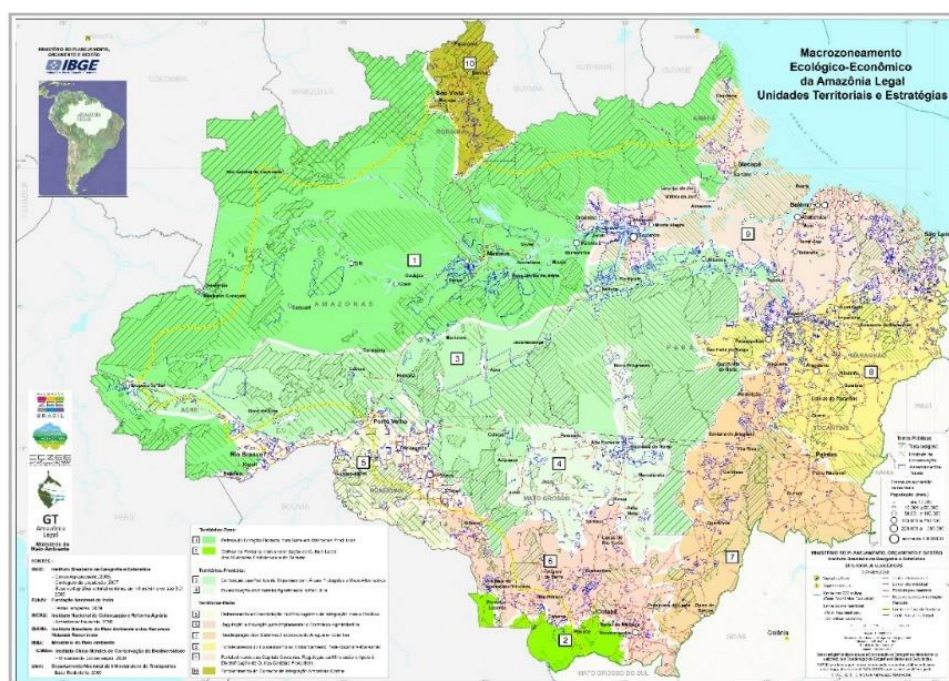
Nas décadas seguintes, houve a criação do Macrozoneamento no âmbito da Amazônia Legal, sem que isso inviabilizasse o ZEE, mas, ao contrário, em um processo de correlação com este e com outros programas em andamento na região. Conforme a previsão do próprio ZEE, faz-se necessário avaliar se ele está surtindo os efeitos propostos. Nesse sentido, consideramos de fundamental importância o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao acompanhamento e à verificação de seus resultados, bem como à proposição de soluções alinhadas às demandas das populações locais inseridas em cada área.

Na Amazônia, a dinâmica territorial é tão complexa que a criação de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, apesar de positiva, gera um debate sobre o conflito de competências, uma vez que essas áreas se estendem sobre os territórios dos estados e municípios. Nesse sentido, Becker ([2004a] 2015, p. 299) chama a atenção para o fato de que “a integridade territorial do município, imaginada como base espacial do processo de descentralização do poder no País, vê-se, de certo modo, desafiada na Amazônia [...]”. Trata-se de uma verdadeira federalização do território dos municípios, o que gera conflitos administrativos e debates acerca da área efetivamente gerenciada por esses entes. Acreditamos que essas questões carecem de mais pesquisas, no sentido de compreender como determinados setores podem se beneficiar dessa justaposição.

Outra importante e robusta política ambiental para a região foi o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que, segundo Becker ([2004a] 2015, p. 299), “constitui um marco nas políticas públicas para a Amazônia e um grande desafio

para alçar o desenvolvimento regional com sustentabilidade”. Trata-se de um plano elaborado por vários ministérios e governos estaduais, com a participação da sociedade civil, tendo como foco o desenvolvimento sustentável e o combate às desigualdades sociais por meio de diversas ações do Estado, cuja presença deve ser permanente e ativa. Além disso, o programa preconiza parcerias com a iniciativa privada e a cooperação internacional (Brasil, 2006). Embora se constitua uma proposta diferenciada em seus objetivos em relação aos programas anteriores, a ideia de cooperação internacional e de parcerias com a iniciativa privada retoma diretrizes já presentes em projetos anteriores. O projeto também preconiza a criação de novas Unidades de Conservação e Terras Indígenas, o que é extremamente necessário e positivo.

Figura 3 – Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal



Fonte: IBGE, 2022.

O referido programa contou com a participação de **Bertha Becker** como consultora. Sua contribuição se deu a partir das abordagens relativas à sua proposta de regionalização da Amazônia em **Arco do Povoamento Adensado**, **Amazônia Central** e **Amazônia Ocidental**, bem como de suas respectivas subdivisões, caracterizando-as. Além disso, a autora situa as novas dinâmicas regionais. Trata-se, portanto, de questões presentes na obra **Amazônia – Geopolítica na virada do III milênio** (2004).

As contribuições de Becker orientaram o programa no sentido de pensar políticas diferenciadas para cada porção da Amazônia, além disso é perceptível a sua contribuição direta no segundo objetivo específico do programa que visa

viabilizar atividades de produção sustentável com inovação tecnológica, estimulando a geração de emprego e renda, o aumento da segurança alimentar e maior competitividade em mercados regionais, nacionais e internacionais, priorizando a melhor utilização de áreas já abertas e o uso múltiplo da floresta em bases sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 19).

Trata-se da discussão que a autora desenvolveu ao refutar a ideia de que a porção da região por ela classificada como arco do povoamento adensado deva ser compreendida em contraposição à noção de arco do desmatamento ou da destruição. Segundo Bertha Becker, tal interpretação constitui uma visão reducionista, por não levar em consideração as dinâmicas em curso relacionadas ao uso da terra, especialmente nos espaços onde ocorre a inovação (BECKER, [2004a] 2015), configurando uma situação totalmente diversa daquela observada no período de abertura da fronteira.

Trata-se então de áreas em processo de dinamização em que a autora propõe, o incentivo ao reflorestamento com espécies da região, maximização do valor agregado nas cidades próximas, intensificar a produção agropecuária, concentrar a reforma agrária, criar projetos comunitários e criar reservas extrativista. Nos parece uma proposta factível por se tratar de áreas já alteradas cujo redirecionamento de atividades pode reduzir as pressões sobre novas áreas de floresta, a depender do contexto de cada área em específico, já que se trata de uma extensa faixa.

A relação entre políticas públicas e o desenvolvimento científico e tecnológico constitui elemento chave para o desenvolvimento da Amazônia. Igualmente importante é a organização e a participação das populações locais nos processos decisórios acerca das políticas a serem implementadas nos seus territórios de modo que respeitem suas culturas e a biodiversidade como conquista social.

4.2.3 Proposições frente aos desafios contemporâneos

Os enfoques mais recentes da autora repousam na questão ambiental, pauta que promoveu profundas transformações, exigiu novos direcionamentos

para a região e passou a envolver atores antes excluídos dos debates. Nesse sentido, Bertha Becker passou a defender o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Embora sob uma nova conjuntura, a autora se utilizou de ideias defendidas desde a década de 1970, a exemplo da coexistência entre projetos desenvolvimentistas e projetos preservacionistas. A questão do desenvolvimento permeia os debates sobre a Amazônia na atualidade, em face das novas dinâmicas e dos novos desafios que se impõem.

Os variados quadros geopolíticos analisados pela autora lhe permitiram projetar cenários futuros para a região. Nessa perspectiva, com base em suas últimas pesquisas, Bertha Becker defende que o futuro da Amazônia passa pelas urbes. Se outrora elas não reuniam as condições necessárias para viabilizar o desenvolvimento da região, “hoje cabe às cidades anteciparem o novo padrão de desenvolvimento regional, baseado na combinação do uso não predatório do patrimônio natural com serviços tecnologicamente avançados nelas sediados, para a conexão inter-regional e internacional” (BECKER, 2015d, p. 203).

A efetivação desse processo demanda políticas públicas que levem em consideração as reais necessidades das populações locais que, no passado, foram ignoradas e vitimadas pelas políticas impostas no contexto dos grandes projetos e que, ainda hoje, lutam por seus territórios. Eis a importância dos diversos movimentos que atuam ativamente nas lutas por direitos, incluindo a participação direta no poder de decisão na elaboração das políticas públicas, a exemplo do PAS, que, a nosso entender, é um programa pragmático e factível.

A autora propõe a ideia de serviços ecossistêmicos que podem ser desenvolvidos a partir da articulação entre Ciência e Tecnologia para o aproveitamento da biodiversidade. Desde a década de 1990, Bertha Becker passou a conceber a fronteira com base nesses elementos, considerados por ela como uma medida inovadora para o desenvolvimento regional e como solução para as crises energética, climática e econômica, que se acentuam cada vez mais e exigem ações enérgicas por parte dos governos. Dois caminhos são apontados pela autora para efetivar o desenvolvimento regional com base nessa concepção: o primeiro se assenta na preservação por meio do mercado de carbono; o segundo, na produtividade, que visa atribuir valor à floresta em pé. Para isso, seria necessária a realização de um zoneamento voltado à identificação das potencialidades do bioma amazônico, de acordo com suas

zonas de ocorrência dentro da região e, dessa forma, direcionar distintas formas de apropriação, com o apoio da C&T&I a ser desenvolvida a partir das cidades localizadas em cada sub-região.

Conhecedora do papel da ciência, Becker propunha uma articulação entre os vários campos científicos como resposta aos desafios amazônicos, considerando sua heterogeneidade e complexidade socioambiental. Nesse sentido, ela apresenta as seguintes proposições:

Tenho proposto três estratégias básicas para se desenvolver conservando. Uma é o investimento massivo em ciência e tecnologia para uma revolução. Não só de técnicas e nem positivista. É uma ciência e tecnologia transdisciplinar que englobe todas as disciplinas, que lidem com todas as dimensões de uma estratégia de desenvolvimento. A segunda estratégia é a mudança ou fortalecimento institucional, quer dizer, Estado e regras do jogo claras e que sejam cumpridas. Sem isso, não adianta. Terceiro, a regionalização. A Amazônia é imensa, é muito heterogênea, e não se pode pensar que vai se fazer tudo igual para toda a região. No “Plano Amazônia Sustentável”, propusemos três macrorregiões (BECKER, 2008).

A Amazônia não se revela rica apenas sob a perspectiva de sua natureza, de seus recursos, de sua cultura e de sua diversidade, mas também por constituir um espaço que desafia a produção do conhecimento científico, ao possibilitar que os pesquisadores se debrucem sobre a sua compreensão. Nesse processo, a própria ciência experimenta avanços de ordem conceitual e epistemológica. No campo da Geografia, os conceitos mobilizados por Bertha Becker assumem especial relevância, uma vez que as dinâmicas por ela analisadas evidenciam a relevância desses aportes teóricos tanto para a contribuição com a ciência geográfica quanto para a compreensão das relações socioespaciais.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou caracterizar a obra de Bertha Becker a partir do arcabouço epistemológico que fundamentou os estudos, as discussões e a produção de conhecimentos sobre a Amazônia, evidenciando o importante papel que a autora desempenhou na Geografia brasileira, especialmente nos campos da Geografia Política e da Geopolítica.

Extraímos que, a partir dos estudos sobre a Amazônia, Bertha Becker potencializou suas abordagens no âmbito dos citados campos de estudo, uma vez que as análises das dinâmicas processadas na região ao longo de suas pesquisas forneceram elementos substanciais para a ressignificação dos conceitos e métodos por ela adotados. Estes, por sua vez, ampliaram a compreensão sobre a própria região, que se constituiu em um verdadeiro laboratório empírico e teórico.

Nesse sentido, ao desenvolver seus estudos sobre a Amazônia, a autora trouxe importantes contribuições para a Geografia e, a partir desta, enriqueceu as abordagens sobre a região. Trata-se, portanto, de um processo dialético viabilizado pela articulação entre teoria e empiria, elementos que Bertha Becker soube manejar com a precisão necessária para desenvolver e expor seu pensamento sobre a Amazônia.

A análise da trajetória intelectual da autora revelou uma postura marcada pelo ecletismo crítico e pela recusa a modelos teóricos rígidos, o que lhe permitiu dialogar com diferentes correntes do pensamento geográfico e das ciências sociais, de onde extraiu teoria do desenvolvimento polarizado, a ideia de economia-mundo, e a teoria do trabalho velho e trabalho novo. Tal postura foi decisiva para a construção de uma Geografia comprometida com a compreensão das transformações territoriais em curso na Amazônia, articulando escalas locais, regionais, nacionais e globais. A observação e a análise dos fenômenos socioespaciais numa perspectiva multiescalar foi uma das maiores marcas da autora, sendo a macro, a escala privilegiada, sobretudo nas análises de quadros e cenários geopolíticos. Nessa perspectiva, contribuiu para consolidar uma leitura do espaço amazônico que supera visões naturalizantes e deterministas, evidenciando sua condição histórica, social, cultural, política e

estratégica no contexto do desenvolvimento nacional e das disputas geopolíticas internacionais.

No que se refere aos conceitos centrais mobilizados pela autora, constatou-se que o território ocupa lugar privilegiado em sua produção, sendo compreendido como expressão das relações de poder, da ação do Estado e da atuação de múltiplos atores sociais na construção de suas territorialidades. A noção de fronteira, por sua vez, foi fundamental para interpretar a Amazônia como espaço dinâmico, marcado por processos contínuos de incorporação, conflito e reestruturação produtiva, sendo em função disso sistematicamente ressignificada. Já a categoria região permitiu à autora problematizar tanto as regionalizações oficiais quanto as formas emergentes de organização territorial, evidenciando a coexistência de diferentes racionalidades espaciais, o que possibilitou a elaboração de uma proposta de regionalização com suas três macrorregiões e suas respectivas subdivisões.

Além desses conceitos centrais, os conceitos de malha, redes, regionalização, territorialidade, gestão do território, logística e escala também foram mobilizados pela autora e articulados metodologicamente nas análises das relações socioespaciais ao longo do tempo e em diferentes escalas. A articulação entre esses conceitos e os vários temas abordados, constituem o núcleo teórico da autora, a partir da Amazônia como eixo empírico.

Ao examinar as concepções de Amazônia formuladas por Bertha Becker, bem como os temas recorrentes em sua obra — tais como expansão agropecuária, migração, mobilidade da força de trabalho, conflitos territoriais, urbanização, desenvolvimento e políticas públicas —, observa-se que sua interpretação esteve sempre ancorada na compreensão do papel estratégico do Estado e na crítica aos modelos de desenvolvimento excludentes e ambientalmente predatórios. A partir da década de 1990, a incorporação mais sistemática da questão ambiental e da noção de desenvolvimento sustentável representou um importante deslocamento analítico, sem, contudo, romper com o núcleo político de sua abordagem territorial.

A produção intelectual da geógrafa Bertha Becker constitui um referencial teórico de grande relevância para os estudos sobre a Amazônia. Sua obra mantém plena atualidade, uma vez que os cenários por ela formulados continuam a se manifestar na região. Ademais, as temáticas por ela investigadas

configuram-se como importantes matrizes analíticas para o desenvolvimento de novas pesquisas, passíveis de serem exploradas tanto em estudos de caso quanto em abordagens em escalas mais amplas. Destacam-se, nesse contexto, as análises relativas à atuação do Estado na região, ao mapeamento dos projetos de desenvolvimento e à avaliação de sua efetividade, aos conflitos administrativos envolvendo a União, os estados e os municípios, bem como às questões relacionadas à logística, aos serviços ecossistêmicos e às dinâmicas regionais contemporâneas — com ênfase nos processos de urbanização. Somam-se a essas problemáticas as novas frentes de expansão territorial, especialmente na Amazônia Ocidental, que se configuram como processos relevantes para novas investigações.

Dessa forma, a pesquisa demonstra que as proposições da autora permanecem atuais e relevantes para a compreensão e o enfrentamento dos desafios amazônicos contemporâneos. Suas reflexões sobre gestão do território, ciência e tecnologia, planejamento regional e sustentabilidade oferecem subsídios teóricos e práticos para a formulação de políticas públicas mais integradas que favoreçam o desenvolvimento sustentável respeitando as dinâmicas das populações locais. Ao articular Geografia, política e território, a autora contribuiu para a construção de uma leitura crítica da Amazônia que reconhece sua complexidade socioespacial e seu papel estratégico no cenário nacional e global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 5-28, 1977.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras "visões iconográficas" do Brasil moderno. **Anais do museu paulista: história e cultura material**, v. 13, p. 21-72, 2005.

ANTUNES, Charles da França. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), origens, ideias e transformações**: notas de uma história, 2008. 307p. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense: Niterói.

BECKER, Berta K. **A urbe amazônica – a floresta e a cidade**. In: As Amazônias de Bertha Becker: ensaios sobre Geografia e Sociedade na região amazônica. Ima Célia Guimarães Vieira (org.). Rio de Janeiro: Garamond v.3, 2015.

BECKER, Berta K. Amazônia – Geopolítica na virada do III milênio. In: VIEIRA, Ima Célia (Org.). **As Amazônias de Bertha Becker**: ensaios sobre Geografia e Sociedade na região amazônica Vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Berta K. Amazônia, fronteira experimental para o século XXI – Atores, estratégias, conceitos. In: VIEIRA, Ima Célia (Org.). **As Amazônias de Bertha Becker**: ensaios sobre Geografia e Sociedade na região amazônica. Vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Berta K. Amazônia. In: VIEIRA, Ima Célia (Org.). **As Amazônias de Bertha Becker**: ensaios sobre Geografia e Sociedade na região amazônica. Vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Berta K. As migrações internas no Brasil, reflexos de uma organização do espaço desequilibrada. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 30, n. 2, p. 98-116, 1968.

BECKER, Berta K. As migrações internas no Brasil, reflexos de uma organização do espaço desequilibrada. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 30, n. 2, p. 98-116, 1968.

BECKER, Berta K. Fronteira amazônica – Questões sobre a gestão do território. In: VIEIRA, Ima Célia (Org.). **As Amazônias de Bertha Becker**: ensaios sobre Geografia e Sociedade na região amazônica. Vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Berta K. Geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos. In: VIEIRA, Ima Célia (Org.). **As Amazônias de Bertha Becker**: ensaios sobre Geografia e Sociedade na região amazônica. Vol. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Berta K. Síntese da produção científica em Ciências Humanas na Amazônia. In: VIEIRA, Ima Célia (Org.). **As Amazonas de Bertha Becker**: ensaios sobre Geografia e Sociedade na região amazônica. Vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Berta K. Um futuro para a Amazônia. In: VIEIRA, Ima Célia (Org.). **As Amazonas de Bertha Becker**: ensaios sobre Geografia e Sociedade na região amazônica. Vol. 3. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Berta K. Uma visão de futuro para o coração da floresta amazônica. In: VIEIRA, Ima Célia (Org.). **As Amazonas de Bertha Becker**: ensaios sobre Geografia e Sociedade na região amazônica. Vol. 3. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Berta. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. (pp. 223-244) In: CASTRO, I. et al.(org.): Brasil. **Questões atuais da reorganização do território**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2008.

BECKER, Bertha K. **A Amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas**. 2014. BECKER, Bertha K. et al. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 169-182, 1991.

BECKER, Bertha K. A crise do Estado e a região: a estratégia da descentralização em questão. **Revista brasileira de Geografia**, v. 48, n. 1, p. 43-62, 1986.

BECKER, Bertha K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Espaço aberto**, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012.

BECKER, BERTHA K. Aplicação de índices climáticos ao nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 30, n. 4, p. 3-21, 1968.

BECKER, Bertha K. Expansão do mercado urbano e a transformação pastoril. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 28, n. 4, p. 297-328, 1966.

BECKER, Bertha K. Memorial de Concurso para Provimento do Cargo de Professor Titular no Departamento de Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Espaço Aberto**, v. 3, n. 2, p. 49-82, 2013.

BECKER, Bertha K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

BECKER, Bertha K. O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil. **Parcerias Estratégicas**, v. 14, n. 28, p. 33-50, 2009.

BECKER, Bertha K. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 28, n. 2, 1966.

BECKER, Bertha K. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 35, n. 3, p. 107-132, 1969.

BECKER, Bertha K. **O uso político do território**: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: BECKER, B. K.; COSTA, R.; SILVEIRA, C. Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BECKER, Bertha K.; DA SILVA, Jorge Xavier. Entrevista realizada com os professores: Bertha Koiffmann Becker em 20/03/2012 e Jorge Xavier da Silva em 25/03/2012. **Espaço Aberto**, v. 2, n. 1, p. 151-158, 2012.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio AG; BARTHOLO JR, Roberto. O embrião do projeto geopolítico da modernidade no Brasil: o vale da Paraíba e suas ramificações. **Rio de Janeiro: UFRJO/Departamento de geografia/Laboratório de Gestão Territorial**, 1988.

BECKER, Bertha Koiffmann. Amazônia sem extremismo. Entrevista concedida a Carlos Fioravanti. *Revista Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n. 102, ago. 2004. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/amazonia-sem-extremismo/>. Acesso em: 30 outubro de 2025.

BECKER, Bertha. A Amazônia. Geopolítica na virada do III milênio. In: VIEIRA, Ima Célia (Org.). **As Amazônias de Bertha Becker**: ensaios sobre Geografia e Sociedade na região amazônica. Vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Bertha. *Entrevista à Revista Fórum. Floresta Urbanizada*. Revista Fórum, São Paulo, Nov. 2012.

BECKER, Bertha. Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia-um poder territorial. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 52, n. 4, p. 117-126, 1990.

BECKER, Bertha. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, Ester; HAESBEART, Rogério; MOREIRA, Ruy (Orgs.). **Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

BECKER, Bertha; DA SILVA, Ana Cristina. Geografia política e território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 4, p. 281-298, 2010.

BERNARDES, Antonio Henrique. Quanto as categorias e os conceitos. **Formação (Online)**, v. 2, n. 18, 2011.

BRASIL. *Plano Amazônia Sustentável – PAS*. Brasília, DF: Governo do Brasil, 2006. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdr/pt-br> >. Acesso em: 18/10/2025.

BRUZEKE, Frans Josef. Infração do espaço. **Papers do NAEA**. Nº 001, Belém, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, n. 18, 2002.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. John Friedmann: um “expert” em planejamento regional na América Latina. **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v. 14, 2016.

CLAVAL, Paul. O território na transição pós-modernidade. **GEOgraphia**, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999.

CONTI, José Bueno. ENTREVISTA: JOSÉ BUENO CONTI. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 88, p. 17-26, 2008.

COSTA, Wanderley Messias da. Crise da integração e tendências geopolíticas na América do Sul. In: **COSTA, Wanderley Messias da; Vasconcelos, Daniel Bruno. Geografia e geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos**. São Paulo: Editora UNESP, 2019. p. 16-34.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2020.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1988.

COX, Kevin R. Palavras-chave para uma Geografia Política do capitalismo. In: AZEVEDO, Daniel A.; CASTRO, Iná Elias; RIBEIRO, Rafael Winter (Orgs.) **Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2021.

EGLER, Cláudio. O Laboratório de Gestão do Território (LAGET) e a Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 12, n.2, p. 149-156, 2022.

FARIA, Camila Salles; RIBEIRO, Fabiana Valdoski; BIANCHETTI, Felipe Schaeffer. XIV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS-ENG/2006 A GEOGRAFIA E A AMAZÔNIA NO CONTEXTO LATINOAMERICANO: DIÁLOGOS, PRÁTICAS E PERCURSOS. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 10, n. 1, p. 193-193, 2006.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FORBES, Dean K. **Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasi, 1984.

FRIEDMANN, J. R. P. Introdução ao planejamento regional - com referência especial à região amazônica. Rio de Janeiro: FGV, 1960.

GODOY, Luciene Patricia Canoa de. Amazônia sul-americana e geografia política. In: **COSTA, Wanderley Messias da; Vasconcelos, Daniel Bruno**.

Geografia e geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos. São Paulo: Editora UNESP, 2019. p. 288-300.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaços públicos e territórios. As relações entre espaço e poder na Geografia. **Punto Sur**, n. 3, p. 153-169, 2020.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios**. Ensaio sobre ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HATTNER, Henrique. **Planejamento urbano e regional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

IANI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IANI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O IBGE e as Geociências em 80 anos de história**. Rio de Janeiro, IBGE, 2016. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br>. Acesso em 15 de abril de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Amazônia Legal*. 2022. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7/12/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Áreas protegidas e biomas*. 2022. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7/12/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal*. 2022. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7/12/2025.

KAROL, Eduardo. **Geógrafos e Geografia Política-Geopolítica no Brasil**. Produção geográfica nos últimos trinta anos (1982-2012). Novas Edições Acadêmicas, São Paulo, 2014.

KOHLHEPP, Gerd. Hilgard O'Reilly Sternberg, um pioneiro nas pesquisas das questões ambientais no Brasil. **Espaço Aberto**, v. 7, n. 1, p. 7-21, 2017.

MACHADO, Lia Osório. **Estado, território e redes**. In: BECKER, Bertha K. (org.). *Amazônia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 380. (Originalmente publicado em 1990).

MARTINS, Elvio Rodrigues. O pensamento geográfico é Geografia em pensamento?. **GEOgraphia**, v. 18, n. 37, p. 61-79, 2016.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (A Renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988) In: **GEOgraphia** – Ano. II – No 3 – 2000.

MOREIRA, Ruy. **O espaço e o contra-espaço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: Santos Milton [et al.]. **Território, territórios. Ensaio sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3ª ed.

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento geográfico brasileiro-Vol. 3: as matrizes brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2021.

MOURA, Alessandro de. Crise de acumulação, Estado e classes sociais. **Revista Fim do Mundo**, nº 3, set/dez 2020. <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2020.v1n03.p88-118>. Acessado em: 24/06/2024.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Algumas questões sobre a Amazônia como “fronteira”. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 77, p. 39-56, 2001.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária. **Ateliê geográfico**, v. 1, n. 2, p. 27-41, 2007.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Política e território: a invenção de uma região metropolitana. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 11, n. 2, p. 175-189, 2011.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Região e regionalização: debates contemporâneos**. São Paulo: UNESP, 2011.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Contra a fronteira: a revisão de um conceito perverso para a Amazônia. **Revista da ANPEGE**, v. 21, n. 45, p. 3-17, 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Entrevista: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 88, p. 7-16, 2008.

RABELLO, Ana Paula. **Fronteira, território e poder**. São Paulo: Hucitec, 2013.

RABELLO, Antônio Cláudio. Amazônia: uma fronteira volátil. **Estudos avançados**, v. 27, p. 213-235, 2013.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICOEUR, Paul. **Interpretações e ideologias**. 2. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1983.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios**. Ensaio sobre ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 5. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

SCARIM, Paulo César. A construção da Geografia acadêmica no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 88, p. 41-71, 2008.

SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. 3. ed. Rio de Janeiro. Vozes, 2014.

SILVA, Carlos A. F. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton. **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Carlos A. F. **Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial**. In: Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. Milton Santos (et al.). 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOUZA PIRES, Murilo José; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 411-424, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

TERAMATSU, Gustavo. Depoimento de Fany Davidovich em memória de sua irmã, Bertha Becker. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 3, p. 533-538, 2013.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VILHENA SILVA, Gutemberg; THÉRY, Hervé. Geografia Política e Geopolítica Brasileira no século XXI. **L'Espace Politique. Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique**, n. 31, 2017.

VLACH, Vânia. **Geopolítica, Estado e território**. São Paulo: Contexto, 2003.

WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano VXII, nº 04, outubro-dezembro de 1955.